



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

BEATRIZ DOS REIS SILVA GUIMARÃES

**A POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL COMO PARTE DO PRAGMATISMO
ECUMÊNICO E RESPONSÁVEL (1974-1979)**

GOIÂNIA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

BEATRIZ DOS REIS SILVA GUIMARÃES

3. Título do trabalho

A POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL COMO PARTE DO PRAGMATISMO ECUMÊNICO E RESPONSÁVEL
(1974-1979)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Carlo Patti, Professor do Magistério Superior**, em 06/12/2024, às 05:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Dos Reis Silva Guimarães, Discente**, em 09/12/2024, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5015991** e o código CRC **6A512B63**.

BEATRIZ DOS REIS SILVA GUIMARÃES

**A POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL COMO PARTE DO PRAGMATISMO
ECUMÊNICO E RESPONSÁVEL (1974-1979)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG) como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais.

Área de Concentração: Relações Internacionais

Linha de Pesquisa: Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Carlo Patti.

GOIÂNIA

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Guimarães, Beatriz dos Reis Silva
A POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL COMO PARTE DO
PRAGMATISMO ECUMÊNICO E RESPONSÁVEL (1974-1979)
[manuscrito] / Beatriz dos Reis Silva Guimarães. - 2024.
XCI, 91 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlo Patti.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política e Relações Internacionais, Goiânia, 2024.

Bibliografia.

Inclui siglas, abreviaturas, tabelas.

1. Ditadura Militar. 2. Política Externa. 3. Relações Brasil-África. I.
Patti, Carlo, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 48 da sessão de Defesa de Dissertação de **Beatriz dos Reis Silva Guimarães**, que confere o título de Mestre(a) em **Ciência Política**, na área de concentração em **Relações Internacionais**.

Ao/s **cinco dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro**, a partir da(s) **14:00 horas**, no(a) endereço eletrônico <https://meet.google.com/bor-uzcu-naa?hs=224>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **A POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL COMO PARTE DO PRAGMATISMO ECUMÊNICO E RESPONSÁVEL (1974-1979)**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Carlo Patti (PPGCPRI/UFG)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Geisa Cunha Franco (FCS/UFG)** membro titular externo e Professor(a) Doutor(a) **Danillo Alarcon (PUC-Goiás)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não** sugeriram a alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Carlo Patti**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) cinco dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Carlo Patti, Professor do Magistério Superior**, em 05/12/2024, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danillo Alarcon, Usuário Externo**, em 06/12/2024, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geisa Cunha Franco, Professor do Magistério Superior**, em 06/12/2024, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5015990** e o código CRC **40C571C3**.

AGRADECIMENTOS INSTITUCIONAIS

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Agradeço pelo auxílio concedido.

AGRADECIMENTOS ESSENCIAIS

Acredito verdadeiramente que nenhuma conquista é realizada de forma totalmente independente, mas sempre com a participação daqueles que se fazem presentes. Desta forma, gostaria de prestar os meus mais sinceros agradecimentos:

À Universidade Federal de Goiás (UFG), à Faculdade de Ciências Sociais (FCS) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI), em nome da coordenadora, professora Dra. Mariana Prandini Fraga Assis, que representa todo o corpo docente.

Ao meu orientador, professor Dr. Carlo Patti pela incansável dedicação em me instruir e guiar pelos últimos 24 meses. Obrigada por não medir esforços para que eu permanecesse no programa, sempre se preocupando e me apoiando com os desafios (pessoais e profissionais) que enfrentei durante esses dois anos. Obrigada por acreditar em mim e por estabelecer uma relação tão saudável, respeitosa e equilibrada. Obrigada pela excelência na orientação e inesgotável paciência nos últimos meses.

À minha esposa Emília Soares Moreira que há dois anos me encoraja e me apoia diariamente, muitas vezes sacrificando nossos momentos em família para que eu pudesse dedicar inúmeras horas, finais de semana e feriados para finalizar minha dissertação. Obrigada por acreditar em mim, por me acompanhar nos dias difíceis, longos e com crises de ansiedade, mas também celebrar comigo cada pequena vitória, cada nova página escrita e cada nova descoberta de documentos.

Aos meus pais Ronaldo e Olívia Guimarães e à minha irmã Giovanna Guimarães, por terem compartilhado comigo a minha jornada acadêmica e todos os seus percalços. Por me incentivarem e me apoiarem em cada uma das minhas decisões e por me ensinarem que enquanto existir amor, existe a possibilidade de realizar sonhos e tornar o mundo um lugar melhor.

À minha amiga e antiga colega de trabalho Natany Diniz que fez tudo ao seu alcance para que fosse possível conciliar minhas 44 horas de trabalho semanais com minhas obrigações acadêmicas durante o meu primeiro ano no PPGCPRI. Ao meu querido amigo Ian Nunes que se fez presente, compartilhando comigo a experiência única de fazer parte deste programa e vivenciar todas as nuances da vida acadêmica, me apoiando nas minhas questões pessoais e aceitando ser co-autor de alguns dos trabalhos que tive a honra de escrever e apresentar durante

os últimos 24 meses. Sem sombra de dúvidas, sua amizade e parceria foram indispensáveis para que eu chegasse até aqui.

Às minhas queridas parceiras em diversos trabalhos acadêmicos e trocas de experiência, que foram essenciais para que eu me sentisse pertencente e merecedora de ocupar o espaço acadêmico: Letícia Oliveira Calixto de Jesus e Shirley de Jesus Oliveira Pereira. À minha terapeuta Lara que me incentivou em diversos momentos para que me sentisse capaz e para que não desistisse. Aos meus amigos Aline Corrêa Schwaderer, André Hedlund, Mateus Alves, Bruna Lins, Flaviane Silva e Beatriz Borges pelos conselhos e empurrões para que eu me mantivesse firme e focada até o final do programa. Ao meu colega e conselheiro Reginaldo Quântico por se colocar à disposição para me ajudar a encontrar novas formas para melhorar meu foco e concentração para finalizar a dissertação.

Aos pesquisadores e pesquisadoras que vieram antes de mim e que deixaram um legado no campo de pesquisa histórica e documental. E aos pesquisadores e pesquisadoras que virão depois e darão continuidade aos estudos da Política Externa Brasileira e buscarão tornar o nosso presente melhor através do aprendizado adquirido com o passado.

Por fim, mas não menos importante, a minha eterna gratidão a Cristo e a Nossa Senhora Aparecida sem os quais eu nada seria e a quem devo todas as coisas.

À vocês, gratidão, gratidão, gratidão!

*“Devemos promover a coragem onde há medo,
promover o acordo onde existe conflito, e inspirar
esperança onde há desespero.”*

Nelson Mandela

RESUMO

A política Externa do Brasil durante o Governo Geisel (1974-1979), intitulada como Pragmatismo Ecumênico e Responsável tomou como uma de suas prioridades o estreitamento de laços com as nações amigas d'além mar. O interesse na África Negra não foi uma surpresa uma vez que, ainda durante o governo Médici (1969-1974), o Ministro das Relações Exteriores Gibson Barboza realizou importante missão no continente africano com o intuito de avaliar as nações que até então lutavam pela independência. Na década de 1970, no plano internacional observava-se o fortalecimento do movimento terceiro mundista, a imersão de uma narrativa em prol dos direitos humanos, a Revolução dos Cravos (1975) e as duas primeiras Crises do Petróleo (1973 e 1979). No plano interno, o regime militar ditatorial no Brasil (1964-1985) caminhava para seu período de transição, via-se a necessidade de expandir novos mercados, além de fortalecer a imagem do Brasil como um ator internacional relevante e garantir o fornecimento de petróleo, entre outras prioridades. Por conseguinte, se virar para o continente africano (em especial a África Austral) tornou-se não somente uma prioridade mas uma necessidade na agenda da política externa brasileira. O objetivo desta dissertação é analisar a política africana do Brasil durante o governo Geisel e entender os elementos que compuseram a formação e aplicação da estratégia utilizada sob os comandos do Ministro das Relações Exteriores Azeredo da Silveira. Como metodologia, este trabalho utiliza-se da análise de fontes primárias de arquivos históricos do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) em paralelo com a revisão bibliográfica do período em questão, com o intuito de traçar um diálogo entre os autores do tema com a visão do Itamaraty.

Palavras-Chave: Ditadura Militar; Política Externa; Relações Brasil-África;

ABSTRACT

Brazil's foreign policy during the Geisel government (1974-1979), entitled Ecumenical and Responsible Pragmatism, took as one of its priorities the strengthening of ties with friendly nations overseas. The interest in Black Africa was not a surprise since, during the Médici government (1969-1974), the Minister of Foreign Affairs Gibson Barboza carried out an important mission to the African continent with the aim of evaluating the nations that until then were fighting for independence. In the 1970s, on the international scene, there was a strengthening of the Third World movement, the immersion of a narrative in favor of human rights, the Carnation Revolution (1975) and the first two Oil Crises (1973 and 1979). Domestically, the Brazilian military dictatorial regime (1964-1985) was heading towards its transition period, and there was a need to expand new markets, strengthen Brazil's image as a relevant international player, and secure oil supplies, among other priorities. Consequently, turning to the African continent (especially Southern Africa) became not only a priority but a necessity on the Brazilian foreign policy agenda. The objective of this dissertation is to analyze Brazil's African policy during the Geisel government and understand the elements that originated the formation and implementation of the strategy used under the command of Foreign Minister Azeredo da Silveira. As a methodology, this work uses analysis of primary sources from historical archives from CPDOC (Center for Research and Documentation of Contemporary Brazilian History) in parallel with a bibliographic review of the period in question, with the aim of establishing a dialogue between the authors on the subject and the vision of Itamaraty.

Keywords: Military Dictatorship; Foreign Policy; Relations Brazil-Africa;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: BRASIL E A ÁFRICA: DO PERÍODO COLONIAL AO FIM DA DITADURA MILITAR	15
1.1 - Relação histórica Brasil-África Subsaariana	15
1.2 - A independência e a “ruptura” Com a África	16
1.3 - A retomada das relações com o continente africano	17
1.4 - A Política Externa Independente e a Política Africana Do Brasil	23
1.5 - A Política Africana Do Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985)	26
CAPÍTULO II: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE GEISEL E A POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL	44
2.1 - Pragmatismo Ecumênico e Responsável	44
2.2 - Política Africana do Brasil durante o Governo Geisel (1974-1979)	51
CAPÍTULO III : A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE GEISEL PARA A ÁFRICA: DILEMA ENTRE ÁFRICA DO SUL, O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E O REFLEXO DA POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS	66
3.1 - O mito da democracia racial no Brasil e seu impacto na Política Africana Do Brasil durante o Governo Geisel (1974-1979)	66
3.2 - Brasil-África do Sul durante o Governo Geisel (1974-1979)	70
3.3 - A Política Africana do Brasil nas Nações Unidas durante o Governo Geisel (1974-1979)	76
CONCLUSÃO	86
REFERÊNCIAS	90

INTRODUÇÃO

A conexão entre Brasil e África nos remete aos primórdios da formação da nação brasileira que foi baseada na mão de obra escrava por mais de três séculos. A contribuição africana em nossa cultura é inegável e o apelo a raízes culturais e raciais foi utilizado como facilitador para a política externa brasileira na África em diversos momentos da história.

Por séculos, Portugal ocupou a posição de mediador entre Brasil e suas então colônias ultramarinas no continente africano. A indubitável conexão e proximidade entre Brasil e Angola, por exemplo, antes mesmo do primeiro conquistar a independência é prova inexorável de que Portugal sabia o papel que o Brasil poderia desempenhar no continente africano e por conseguinte, não mediu esforço para barrar a presença e influência brasileira.

A relação entre Brasil e África foi intensa até o momento da independência do Brasil em 1822, quando houve a primeira ruptura com as nações do continente africano. Essa ruptura permaneceria até o século seguinte, na década de 1950, quando houve a retomada do relacionamento entre Brasil e algumas nações do continente africano, mais especificamente com as nações recém independentes.

Embora durante a década de 1960, com a Política Externa Independente (1961-1964) dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart tenha sido realizado um ensaio em defesa do fim do colonialismo e pela independência, em especial das colônias portuguesas, não houve grande avanço na relação Brasil-África. Com o golpe militar de 1964, ao assumir a presidência, o general Castelo Branco (1964-1967) rompeu com a Política Externa Independente e retomou o alinhamento automático com Portugal, o que viria posteriormente a prejudicar exponencialmente a relação com os países da África Negra.

Na década de 1970, com a Revolução dos Cravos (1974), que pôs fim à ditadura salazarista, e a decisão do governo brasileiro de finalmente romper com a longa e polêmica relação de amizade e conivência com Portugal, o Brasil se encontrou em uma posição favorável para se reaproximar da África Negra. O rompimento com Portugal não foi resultado apenas da Revolução dos Cravos, já se via como necessária a mudança de posicionamento brasileiro perante o governo português no final da década de 1960, uma vez que a análise de conjuntura do sistema internacional e as necessidades em âmbitos nacionais apontavam para mudanças de postura da política externa brasileira.

Já no governo Costa e Silva (1967-1969), os países da África Negra começaram a despertar o interesse do Itamaraty como uma possível alternativa para as necessidades econômicas e comerciais brasileiras. Contudo, não havia elementos suficientes que de fato justificassem medidas efetivas do governo brasileiro para uma ofensiva. Com o governo Médici (1969-1974) e o Itamaraty sob os cuidados do chanceler Mário Gibson Barboza, os países da África Negra, mais especificamente as colônias de Portugal que lutavam pela independência, se mostraram como uma oportunidade de novos mercados para os produtos brasileiros, além de serem fornecedores de petróleo e estarem formando alianças nos foros internacionais que poderiam favorecer interesses brasileiros se alinhados propriamente.

Todavia, é somente no governo de Ernesto Geisel (1974-1979) que mudanças efetivas e uma política africana brasileira são colocadas em prática. No âmbito nacional, os frutos do chamado milagre econômico se esvaíam e a necessidade de escoar produtos brasileiros para outros mercados era latente. Em âmbito internacional, tinha-se a Crise do Petróleo (1973), commodity esse que se fazia essencial para o desenvolvimento interno no Brasil e advinha majoritariamente de importações. Somados à força do movimento terceiro-mundista, a chegada da abordagem em favor dos direitos humanos e a recém formada aliança entre países da África Negra e países árabes na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), encontrou-se o momento decisivo da história em que a política brasileira para a África seria colocada em funcionamento como uma das prioridades da política externa brasileira.

Para que a política africana do Brasil estivesse em consonância com os princípios do Pragmatismo Ecumênico e Responsável, nova política externa brasileira estabelecida em conjunto entre o presidente e general Ernesto Geisel e o ministro das relações exteriores Antônio Francisco Azeredo da Silveira, se faziam necessárias algumas mudanças do posicionamento brasileiro perante o sistema internacional, mas também no âmbito das relações bilaterais. No que se refere às relações bilaterais, intensificaram-se as representações brasileiras nos países da África Negra, assim como também as visitas e missões oficiais. Em relação ao sistema internacional, o histórico do posicionamento brasileiro em relação não apenas ao colonialismo português, mas também em relação ao regime de discriminação racial na África do Sul, o apartheid, carecia de uma mudança que sairia do silêncio e neutralidade para um posicionamento mais assertivo de condenação.

A presente pesquisa pretende analisar a política africana do Brasil desenvolvida e aplicada durante o governo Geisel (1974-1979), apontando e avaliando as mudanças realizadas durante o período. Ao realizar uma revisão bibliográfica sobre o assunto e comparar com o

conteúdo de documentos oficiais do Itamaraty, pretende-se ampliar e aprofundar o conhecimento sobre o período que ficou conhecido como sendo de grande importância para as relações entre Brasil e África.

O objetivo central da pesquisa é analisar a política africana do Brasil durante o governo Geisel. O primeiro objetivo específico é entender como a política africana do Brasil durante o governo Geisel se encaixa no Pragmatismo Ecumênico e Responsável. O segundo objetivo específico é entender como a política africana do Brasil dos períodos anteriores se refletiu durante o Governo Geisel e como o contexto internacional do período orientou os rumos do posicionamento brasileiro em relação ao continente africano.

A hipótese deste trabalho é de que a política africana do Brasil estava totalmente em consonância com o Pragmatismo Ecumênico e Responsável não somente para seguir as diretrizes da política externa determinada pelo general Ernesto Geisel e pelo ministro das Relações Exteriores Azeredo da Silveira mas também como um reflexo direto de um contexto internacional que permitiu mudanças serem realizadas e forçaram o Brasil a se aproximar do continente africano, mais especificamente da África Subsaariana o que por conseguinte, levou o Brasil a se voltar para os países da África Negra e criar certo distanciamento da África do Sul. Ao passo que se leva em consideração o contexto internacional do momento para interpretar a política africana do Brasil, não se descarta levar em consideração a relação histórica entre o Brasil e o continente africano, traçando também desta forma um paralelo entre o governo Geisel (1974-1979) e os governos anteriores e a forma como a política africana do Brasil foi construída e como essa relação se tornou relevante para a gestão de Azeredo da Silveira.

Ao revisar obras sobre o tema de autores como Jerry Dávila, José Flávio Sombra Saraiva, José Honório Rodrigues, Pio Penna Filho, entre outros, entende-se importante uma colaboração com o uso de fontes primárias com o intuito de aprofundar o debate sobre a forma como o Brasil lidou com o continente africano durante o governo Geisel e em como a política africana do Brasil foi constituída pelo ponto de vista do Itamaraty. Ao contribuir utilizando a perspectiva do Ministério das Relações Exteriores, pretende-se corroborar a argumentação dos autores sobre o tema. Por conseguinte, ao se entender e interpretar com maior riqueza de detalhes este período histórico, pretende-se contribuir para que novas análises sejam feitas, baseadas no pressuposto de que ao se realizar uma análise historiográfica, podem-se consolidar as referências bibliográficas, que por sua vez auxiliam em uma melhor compreensão nas tomadas de decisões do presente momento.

A pesquisa foi desenvolvida com a coleta de dados de fontes primárias e

secundárias, utilizando-se de métodos qualitativos, com ênfase na qualidade, assim como nos significados das informações assimiladas. As fontes primárias se encontram no acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), com sede física na cidade do Rio de Janeiro. O acervo virtual do CPDOC é classificado em: “entrevista”, “documento de arquivo pessoal” e “verbetes”. As pastas com os documentos analisados se encontram nos documentos de arquivo pessoal do ministro das relações exteriores durante o governo Geisel (1974-1979): Azeredo da Silveira.

A utilização de fontes secundárias se resumiu na utilização de artigos acadêmicos e livros. Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o Governo Geisel e a política externa brasileira durante seu governo, além de aprofundar a política para a África e como as relações bilaterais com os países da África Negra e a relação bilateral com a África do Sul se encaixavam dentro das diretrizes do Pragmatismo Ecumênico e Responsável. Por conseguinte, buscou-se sopesar o conhecimento dos estudos já desenvolvidos na área, além de reunir o máximo de informações possíveis sobre o tema, unindo congruências e divergências teóricas no assunto.

Ao realizar a revisão da literatura, delimitou-se o período analisado ao Governo Geisel, no qual a atenção da política externa voltava-se com maior foco para o continente africano. Com o intuito de efetivar uma pesquisa histórica e descritiva, optou-se por analisar documentos presentes no CPDOC e comparar as informações encontradas na literatura existente sobre a Política Externa Brasileira do governo Geisel e a Política Externa Brasileira para a África Subsaariana.

Inicialmente o pretendia-se utilizar os documentos presentes nos acervos do MRE (Ministérios das Relações Exteriores), todavia, após serem realizadas duas tentativas de contato com o MRE no ano de 2023 e ter recebido como resposta “a suspensão temporária de atendimento ao público”¹ sem previsão de abertura, optou-se por prosseguir a pesquisa utilizando os arquivos do CPDOC.

Foram descritos os acontecimentos do tema proposto utilizando-se primeiramente da visão de autores que reverberam os objetivos deste trabalho e abordam em suas obras temas centrais como a política externa durante o governo Geisel, a política externa brasileira para a África e a relação bilateral entre Brasil e África do Sul e a perspectiva do próprio Itamaraty através de documentos confidenciais, secretos e ultrassecretos. Entre os autores

¹ Relatório - Realizações do Governo Geisel (1974-1978). Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16 298p.

das obras escolhidas estão: Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, João Daniel Almeida, Rubens Ricupero, Pio Penna Filho, Mário Vilalva, Paulo Fagundes Vizentini, Jerry Dávila, José Honório Rodrigues e José Sombra Saraiva. Foi possível concluir que a abordagem de Amado Cervo, Clodoaldo Bueno, José Sombra Saraiva e Paulo Vizentini é uma abordagem de cunho econômico, com enfoque maior às questões relacionadas ao comércio. Já Penna Filho, Jerry Dávila, José Honório Rodrigues e Mário Vilalva, embora também utilizem uma abordagem econômica, destacam o cunho histórico, enfatizam questões ideológicas e vínculos históricos.

Assim sendo, realizou-se uma análise própria e conclusões baseadas em novas informações encontradas que podem preencher lacunas nos trabalhos já realizados sobre o tema. Em relação à estrutura do trabalho, no primeiro capítulo serão abordadas primeiramente a relação histórica entre Brasil e África e a forma como a conexão cultural e histórica é utilizada posteriormente para justificar a política externa brasileira para com a África. Também será abordada a forma como Portugal exerce função de mediador entre Brasil e África, em momentos aproximando a relação entre ambos e em outros os afastando. Além de se realizar um balanço geral através dos anos da política externa brasileira para a África até o último governo do regime militar ditatorial no Brasil (1964-1985).

No segundo capítulo serão retratados os pontos da política externa brasileira do governo Geisel e como a política africana do Brasil reflete o Pragmatismo Ecumênico e Responsável, além de abordar como o contexto internacional da época afeta diretamente a política africana do Brasil. Também serão abordadas as relações bilaterais com as nações da África Negra.

No terceiro capítulo, será abordado como ocorreu o afastamento entre Brasil e África do Sul e como o congelamento de relações com esse antigo parceiro comercial brasileiro se deu em razão do Pragmatismo Ecumênico e Responsável. Também será traçado um paralelo entre a política interna em relação à África do Sul e o posicionamento brasileiro nos foros internacionais em relação ao regime segregacionista do apartheid e o alinhamento brasileiro com os países da África Negra, além de sopesar a importância do mito da democracia racial para a elaboração e prática da política africana do Brasil durante o Governo Geisel.

CAPÍTULO I: BRASIL E A ÁFRICA: DO PERÍODO COLONIAL AO FIM DA DITADURA MILITAR

1.1 - Relação histórica Brasil-África Subsaariana

A relação histórica entre o Brasil e o continente africano tem nos seus primórdios o tráfico negreiro. De acordo com José Honório Rodrigues, em seu livro intitulado “África e o Brasil, outro horizonte” (1961), os principais territórios sob a influência de Portugal no continente africano foram inicialmente Moçambique e Angola, sendo o segundo, aquele que se tornaria o maior parceiro do Brasil no que se refere à “exportação escrava” (Rodrigues, 1961, p.13).

Durante o século XVII, “o fim de Angola é servir escravos ao Brasil e o número sempre crescente atinge, num século, até 1681, cerca de um milhão de escravos.” (Rodrigues, 1961, p.17). É nos anos de 1600, que se estabelece uma relação de “parasitismo” entre o Brasil e Angola, tendo como principal fator a necessidade de abastecimento de mão de obra escrava. A importância de Angola para o Brasil e, por conseguinte, Portugal, era essencialmente esta. Ainda no século XVII no imbróglio entre Portugueses e Holandeses no que se refere à competição por dominância no continente africano, a interferência do Brasil foi essencial para a retomada da influência portuguesa em Angola:

Daí em diante, a vida de Angola depende mais do Brasil, a tal ponto que seus próximos governadores e funcionários mais responsáveis iam daqui e não da Metrópole e consideravam como dominantes os interesses do Brasil. João Fernando Vieira e André Vidal de Negreiros saem das lutas holandesas para o governo de Angola. A restauração de Angola, feita do Brasil, salvou o Império português da ruína e salvou, como disse o professor Boxer, a existência da própria Metrópole. (Rodrigues, 1961, p.22)

No século XVIII, “O Brasil absorvera todo o comércio e a navegação de Angola, com exclusão de Portugal, a tal ponto que para o sul do Dande dos 30 a 40 navios que o frequentavam, somente 2 ou 3 eram portugueses” (Rodrigues, 1961, p.27). Expandia-se o comércio de escravos para importação e exportação de produtos e o Brasil começou a fazer parte de uma triangularização comercial com África e Ásia, produtos como algodão e seda chegavam ao Brasil e cachaça e farinha eram exportados do país. Intensifica-se também neste período a importação de mão de obra escrava de Daomé.

O século XIX é o século onde temos o “empasse” entre as demandas britânicas para o fim da escravidão e por consequência do tráfico negreiro e a necessidade de mão de obra escrava nos anos de ouro do cultivo de cana de açúcar e café no Brasil. Com a assinatura do Tratado de Aliança e Amizade (1810) se consentia a abolição gradual do tráfico negreiro. Todavia, a assinatura deste e outros tratados nos anos seguintes, nos explica a expressão “para inglês ver”, uma vez que o tráfico de escravos se intensifica cada vez mais apesar dos tratados. Durante este período concretiza-se a intensa parceria comercial entre Brasil e Angola e Brasil e Daomé; Também neste período se torna mais evidente a quase irrelevância de Portugal como mediador entre os países:

Enquanto o comércio do Brasil com a África crescia sem cessar, o de Portugal com a África diminuía, ano a ano. Eram evidentes, como escrevia em 1820 Hipólito José Pereira da Costa Furtado de Mendonça, no Correio Brasiliense, a pequenez de Portugal, a decadência de sua agricultura e indústria e sua falta total de recursos; “por mais mal administrados que sejam os recursos do Brasil, são eles superiores aos que Portugal, no seu estado presente, pode manejar. A população é maior que a de Portugal; Os produtos do terreno montam a maiores somas; o número é mais suficiente, os mantimentos mais abundantes, os materiais para construção de vasos em maior abundância”. (Rodrigues, 1961, p.128)

1.2 - A independência do Brasil e a “ruptura” com a África

Às vésperas do processo de independência do Brasil, a forte influência exercida pelo país sobre os territórios pertencentes a Portugal no continente africano era uma crescente ameaça e preocupação não somente para a Metrópole mas também para a Grã-Bretanha (Rodrigues, 1961, p.139). Reconhecer a independência do Brasil, ao passo que havia certa movimentação para a independência de Angola, trazia à tona o medo de que Angola pudesse ser anexada ao Brasil e isso era algo que não seria admitido nem por Portugal nem pela Grã-Bretanha.

O verdadeiro “cabo de guerra” se instaura durante o processo de reconhecimento da independência do Brasil, no qual o apoio de Portugal e Grã-Bretanha se faziam essenciais. Os interesses britânicos incluíam claramente a abolição da escravatura, por conseguinte tal manobra distanciava o Brasil da África-Subsaariana, em especial de Angola. Os interesses britânicos e portugueses estavam, enfim, em consonância. Com o tratado de Paz e Aliança assinado entre D.Pedro I e D. João VI, sendo o primeiro o Imperador do Brasil e o segundo Rei de Portugal, conquistava-se a independência do Brasil embora constasse no artigo III que nenhuma “colônia portuguesa se reuniria ao Império do Brasil” (Rodrigues, 1961, p.143).

O Tratado de 1825 foi assim, o primeiro ato na série de medidas para cortar os laços de união entre o Brasil e Angola. A segunda será a Convenção de 1826, com que se

atende à exigência inglesa de abolição, preliminar do acordo de 1825. Nela reconheciam o Imperador do Brasil e Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Grã-Bretanha que, pela separação do Brasil de Portugal, deviam revogar, confirmar e dar pleno efeito às estipulações dos Tratados para a regulação e abolição do comércio de escravatura na costa da África. [...] (Rodrigues, 1961, p. 144)

Embora a Convenção de 1826 tenha sido ratificada e tenha permitido apenas três anos como período de transição para o fim da escravidão, o Brasil continuou (ainda que ilegalmente) através de traficantes, o comércio de tráfico negreiro. Tal situação tornou bastante conturbada a relação entre o país e a Grã-Bretanha pelas duas décadas seguintes. Houve uma forte resistência e insatisfação nacional no que se refere às consequências da Convenção de 1826. Perder a mão de obra escrava envolvia afetar diretamente a economia do país e interferir no estilo de vida da elite e por conseguinte trazer riscos ao governo da época.

De acordo com José Honório Rodrigues (1961), “o que ficava evidenciado é que a convenção não atendia aos nossos interesses nacionais, significando que uma intervenção nos nossos negócios internos fora arrancada sob pressão e ameaça de uso de força”. As intenções e objetivos da Grã-Bretanha eram claros: para ter mais influência e levar seus produtos para a África e Ásia, era necessário acabar com a escravidão e por consequência afastar aspirantes como o Brasil de adentrar no mercado Afro-Asiático. Embora tenha levado mais tempo do que esperado, os objetivos britânicos foram alcançados em 1850.

É na década de 1850 que ocorre o afastamento e oficialmente a saída do Brasil da África. A partilha da África pelas potências europeias e o foco brasileiro na política externa voltada para a América Latina (Bacia do Rio do Prata) e sob forte influência dos Estados Unidos e Grã-Bretanha, o afastamento da África Subsaariana foi uma questão de prioridades. A presença diplomática do Brasil na África era vetada e “dificultada” por Portugal. Apenas na década de 1890 foram estabelecidos vice-consulados em Luanda, Moçambique, Quelimane e Goa (Rodrigues, 1961, p.198). De acordo com José Honório Rodrigues (1961), as “relações com a África durante o Império foram meramente formais”.

Se o Império fora obrigado a voltar as costas para a África e a cuidar apenas do africano escravo, a República ignorou-a totalmente, não só porque não tinha poderes para fazer uma política independente, que promulgar o colonialismo europeu, como porque era obrigada a sujeitar-se às ideias de ascendência europeia ou da superioridade branca, anglo-saxônica britânica ou norte-americana. (Rodrigues, 1961, p.200)

1.3 - A retomada das relações com o continente africano

O estabelecimento e manutenção do Império Brasileiro dependeu por muitos anos quase

que exclusivamente de suas relações bilaterais com os países do continente africano por meio do tráfico negreiro. A manutenção das relações com o continente africano não foi uma realidade para o Brasil República. Em seu livro intitulado "África do Sul: do isolamento à convivência", Mário Vilalva explica como ocorreu o desligamento entre o Brasil e o continente africano:

Até 1948, o Brasil possuía interesses muito limitados no continente africano. O relacionamento entre as duas costas do Atlântico, que se firmara intenso até os fins do Império brasileiro, praticamente cessara na República e a influência direta de um lado no outro foi diminuindo à medida que, no Brasil, o interesse se fixava na integração das novas forças de trabalho oriundas da Europa, do Próximo e do Extremo Oriente e, na África, o domínio dos países colonizadores era cada vez mais absorvente e exclusivo. (VILALVA, 2016, p.56-57)

Na primeira metade do século XX, o Brasil estava em apogeu no mercado mundial com a produção e exportação de café. É também no século XX, que as colônias africanas da Grã-Bretanha e França vão começar a competir com os produtos brasileiros. Na década de 1930, alguns produtos como algodão, cacau e arroz produzidos em Uganda, Gana e Guiné já concorriam amplamente com os produtos brasileiros. Principalmente no pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a África começa a ser vista como uma ameaça aos interesses comerciais e econômicos do Brasil devido à alta competitividade.

De acordo com José Flávio Sombra Saraiva, em seu livro intitulado "África parceira do Brasil atlântico: Relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI", além da competitividade dos produtos africanos, outros tópicos que foram considerados na época em relação ao continente africano foram: "o financiamento internacional do desenvolvimento econômico na América Latina e na África, [...] a perspectiva de parceria do Brasil com a África do Sul, as relações especiais com Portugal [...] e as primeiras consequências da descolonização africana para a região do Atlântico Sul". (Saraiva, 2012, p.26).

Depois da Segunda Guerra Mundial, um dos principais objetivos da Política Externa Brasileira era a de se aproximar dos Estados Unidos e ser considerada como uma potência regional. Embora a América do Sul fosse um dos pontos de influência a ser aprofundado, a África Subsaariana não seria totalmente ignorada. Durante o governo Dutra (1946-1951), a relação com a África foi vista e tratada de diversas formas: devido à posição de serventia com Portugal, os interesses do colonialismo deveriam ser mantidos e, se não apoiados, ao menos não contrariados, assim se garantia o apoio das "potências coloniais" no plano de desenvolvimento brasileiro. Por conseguinte, frente ao Sistema Internacional não se demonstrou apoio ao fim do colonialismo (Saraiva, 2012, p.27). O continente africano também foi visto como um lugar suscetível à ideologia de esquerda (o que era visto como ameaça) e a questão do protecionismo e benefícios recebidos pelas colônias africanas da Grã-Bretanha, Portugal e

França foi um tema bastante debatido devido ao potencial econômico e à maneira como poderia afetar os objetivos da Política Externa Brasileira.

Todavia, o tema da descolonização africana era um tema menor na agenda do Congresso Nacional. Na verdade, o Brasil tinha pouco interesse no tema, exceto com relação aos imediatos interesses econômicos que isso poderia trazer. Entretanto, esse imediatismo foi o primeiro passo em uma trajetória que levou, na década de 1950, a um gradual aumento do interesse brasileiro pela África. A África do Sul era o único país na África ao sul do Equador com o qual o Brasil mantinha relações diretas no final da década de 1940. Além da obediência da condição de independência da África do Sul que contrastava com a situação colonial dos demais territórios na África negra, outras matérias vieram facilitar a aproximação entre os dois países. (SARAIVA, 2012, p.28)

Ao passo que a África Negra era considerada um ambiente quase “hostil” por ser propício a uma ameaça comunista, a África do Sul representava o contrário: uma “quase” potência regional com teores liberais e posicionamento geográfico estratégico. Embora houvesse o elefante branco na sala com a questão do apartheid, os benefícios econômicos se sobressairam. Desta forma, o Brasil manteve naquela época ativamente e sem intermediações uma relação econômica com a África do Sul.

As relações diplomáticas entre Brasil e África do Sul foram (re)estabelecidas em 1948, no pós Segunda Guerra Mundial, em nível de Enviados Extraordinários e Ministros Plenipotenciários (Vilalva, 2016, p.56). O estreitamento de laços com a África do Sul, ocorria em um momento oportuno, pois devido à guerra, o comércio bilateral havia se intensificado entre os países e havia uma noção de "solidariedade" (Vilalva, 2016, p.57) para com as nações amigas que lutaram lado a lado durante a Segunda Guerra Mundial.

Com o iminente declínio do colonialismo e os inevitáveis processos de independência das colônias européias no continente africano, dá-se início ao que posteriormente iria denominar de “lusotropicalismo” de Gilberto Freyre. Esse fenômeno viria a justificar a permanência do colonialismo português no continente africano, afirmando que o Brasil era o melhor exemplo de como se fazia necessário e satisfatório o envolvimento de Portugal para uma nova nação bem sucedida.

Um dos pontos mais abordados quando se fala do sucesso do Brasil como colônia portuguesa é a miscigenação racial que, através do ponto de vista português, teria ocorrido por conta de sua intervenção; “E, como mostramos, são mais frutos do próprio povo mestiço que da política étnica portuguesa. Mas a história não se repete, e a oportunidade oferecida não foi aproveitada.” (Rodrigues, 1961, p.223)

O Brasil não justifica, portanto, direitos inalienáveis portugueses de permanência na África, pois ele mesmo, que reconhece e louva alguns efeitos da colonização

portuguesa, obtidos através de diretrizes não seguidas na África, libertou-se de Portugal em 1822. E julga, mais, que se esta política de convívio e tolerância racial e de integração foi seguida, o mais que o futuro reserva a Portugal, nesta hora de encerramento de ciclo europeu de domínio mundial, é a criação de outros Brasil pela África, que possam unir-se numa autêntica comunidade brasileiro-luso-africana. (RODRIGUES, 1961, P.223-224)

O governo de Getúlio Vargas (1951-1954), baseou-se no nacional-desenvolvimentismo. No que se refere à política externa, o nacional-desenvolvimentismo se refletiu na necessidade em buscar financiamentos internacionais. É a partir deste ponto de vista, desses objetivos que o país moldou sua visão e interesse sobre o continente africano. Uma vez que os produtos produzidos na África se tornavam cada vez mais competitivos, a forma de privilégios e protecionismo entre as colônias e suas potências tornou-se um problema latente para o Brasil.

[...] Em outras palavras, o Brasil começava a afirmar, por um lado, que o desenvolvimento africano sobre bases coloniais não interessava ao país e, por outro lado, para que o Brasil se desenvolvesse era relevante que outros países atrasados também encontrassem seu caminho na trilha do desenvolvimento. (SARAIVA, 2016, p.30)

Nos foros internacionais, a situação dos países da África deixou de ser completamente ignorada pelo Brasil. A ideia de que o desenvolvimento econômico e o social deveriam andar lado a lado foi dedicada aos territórios africanos que buscavam a independência (Saraiva, 2012, p.30). É a partir desse momento que o debate existente sobre o processo de descolonização parece começar a apresentar relevância para a política externa brasileira. A dicotomia ideológica da Guerra Fria começava a ser colocada de lado (mesmo que aos poucos e momentaneamente), para dar prioridade aos interesses nacionais. Todavia, o interesse em tornar o país destino interessante para investimentos estrangeiros e garantir competitividade para os produtos brasileiros ainda não estava acima da necessidade de manter certo nível de submissão em relação aos Estados Unidos.

A Conferência de Bandung (1955), foi a primeira conferência afro-asiática, onde reuniu-se um total de 29 países. O tema mais defendido foi a condenação do colonialismo e racismo, além de abordar temas como relações sociais e econômicas. A Conferência de Bandung (1955), deu origem às subsequentes reuniões que acabaram por estabelecer e fortalecer o bloco asiático e africano, entre elas podemos citar: Conferência de Acra (duas conferências) e Conferência dos Povos Africanos. Essa articulação resultou na fortificação do bloco afro-asiático nas Nações Unidas.

[...] Com a emergência do grupo africano o problema africano e colonial passou a dar aos trabalhos da Assembleia um caráter especial. Pelo seu trabalho organizado e pela ampla simpatia para com as aspirações africanas pode exercer uma influência

considerável, que só tende a crescer com o aumento de admissões em 1960 e possivelmente em 1961. (RODRIGUES, 1961, P.329)

É no governo de Juscelino Kubitschek, JK (1956-1961), que temos uma grande movimentação no continente africano com um grande número de processos de independência, herança da Conferência de Bandung (1955). Ao todo foram 8 países recém declarados independentes, entre eles: Marrocos, Tunísia, Egito, Sudão, União Sul-Africana, Líbia, Etiópia e Gana.

Evidentemente, a atuação mais efetiva limita-se às formalidades do reconhecimento e de missões festivas, mas era o próprio Chefe de Governo quem declarava na Mensagem do Ano Novo “que justas, sem dúvida, são as preocupações do Ocidente com a África, que desperta, buscando integrar-se na civilização moderna. Cabe mesmo ao Brasil executar uma política dinâmica em relação aos povos africanos. Mas daí admitir que o interesse pela África deve merecer prioridade superior à atribuída à América Latina vai um erro funesto, de consequências que podem ser extremamente danosas, e até mesmo fatais à constelação de valores que incumbe ao Ocidente salvaguardar”. (Rodrigues, 1961, p.208-209)

Tendo como uma das bases do governo a defesa do liberalismo, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) colocava em ênfase os interesses econômicos e comerciais, e ao testemunhar o processo de independência de diversos países africanos, a oportunidade de se desenvolver uma política africana brasileira tornava-se uma realidade. O posicionamento brasileiro no que se refere ao processo de descolonização, à situação da África do Sul e o regime de discriminação racial, além da interferência de Portugal no posicionamento brasileiro começaram a serem questionados.

Entretanto, de acordo com Saraiva (2012), o interesse em modificar o posicionamento brasileiro em relação à África não advinha de uma necessidade política, mas sim econômica, uma vez que com o estabelecimento do Mercado Comum Europeu em 1957, as colônias e ex-colônias africanas foram colocadas em posições prioritárias pelos países membros do bloco. Questionava-se desta forma se os investimentos internacionais teriam preferência para as colônias africanas, além de que a entrada de produtos brasileiros fosse barrada ou prejudicados no mercado internacional devido à competitividade direta com os produtos africanos.

Mas a África, para Kubitschek, não tinha valor político. A importância central dizia respeito às relações econômicas que se desembaraçavam entre a Europa e a África, independentemente da condição de superação ou não da situação colonial. Essa forma de observar o continente africano é encontrada em toda a documentação relativa às posições brasileiras na criação do Mercado Comum Europeu. Para o Brasil, a formação de um mercado europeu que implicasse a associação das economias africana e europeia, por regras preferenciais de comércio, poderia afetar o projeto de desenvolvimento brasileiro pelo cerceamento à colocação do produto brasileiro na Europa. As exportações brasileiras de café, cacau e algodão, que eram os principais

produtos de exportação do país, poderiam ser ameaçadas pela concorrência, entendida pelos diplomatas como “desleal”, do fornecimento africano na Europa. (SARAIVA, 2012, P.33)

Na década de 1950, o Brasil apoia a entrada do "apartheid" como pontos a serem debatidos dentro das Nações Unidas, de acordo com Vilalva, esta seria a segunda abordagem utilizada pela política externa brasileira em relação à África do Sul desde o momento do (re)estabelecimento das relações. Em um primeiro momento, o Brasil teria se utilizado da defesa do princípio de não-intervenção para se referir aos assuntos envolvendo a África do Sul nos foros internacionais. Já nos anos 50, com a retomada das relações com os países da África Negra o Brasil teria optado por modificar seu posicionamento:

[...] Esse segundo período coincide com o limiar da verdadeira reabertura dos contatos com a África negra, após as primeiras independências ao sul do Saara, culminando com a emancipação de Gana e a visita ao Brasil, em setembro de 1958, da delegação dos Estados Africanos Independentes. A partir desse ponto, o Brasil abandona, no âmbito bilateral, o discurso de adjetivos generosos, substituindo-o por uma atitude reservada, enquanto passa a adotar, no contexto multilateral, sem abandonar a moderação, postura mais realista em relação ao problema da discriminação na África do Sul. (VILALVA, 2016, p.60).

Ainda de acordo com Mário Vilalva, o não interesse em desenvolver as relações bilaterais entre África do Sul e Brasil, era mútuo. Enquanto o Brasil de JK tinha foco e planos econômicos mas não às custas da imagem de "tolerância e mediação" (Vilalva, 2016, p.61) nos foros internacionais, a África do Sul por sua vez, não via com bons olhos a miscigenação de raças no Brasil. Entretanto, o não desenvolvimento da relação bilateral com a África do Sul não iria aproximar o Brasil dos países da África Negra, essencialmente devido à postura de subserviência para com Portugal.

À medida que o Brasil vai assumindo posição de reserva em relação a Pretória, pretende, por outro lado, conquistar simpatias entre as novas nações surgidas do processo de descolonização africano. Muito cedo, entretanto, se verá envolvido no paradoxo do seu alinhamento automático com as potências colonizadoras, ao lado das quais se posicionará no contexto da Guerra Fria, e do seu desejo de emprestar solidariedade aos povos oprimidos do continente africano. A partir de 1953, com o Tratado de Amizade firmado com Portugal, sua posição, à revelia da sua genuína vocação, se tornará vinculada a um tipo de colonialismo anacrônico, pelo que será inevitavelmente associada ao que representa, inclusive o racismo. Arriscava-se o Brasil, por andar na contramão da história, a envolver-se num perigoso isolamento. (VILALVA, 2016. p.62)

1.4 - A Política Externa Independente e a Política Africana do Brasil

O regime militar ditatorial no Brasil, que se estendeu de 1964 até 1985 foi marcado por continuidades e descontinuidades, principalmente no que se refere à Política Externa. Para entender melhor a Política Externa Brasileira para com o continente Africano durante este período, precisamos ressaltar um pouco do que foi a política externa africana do Brasil durante os anos dos governos Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), que foram marcados pela Política Externa Independente.

A principal proposta da Política Externa Independente de Quadros, era estabelecer uma nova lógica de adequação para a Política Externa Brasileira que não mais deveria ser guiada pela dicotomia ideológica criada pela Guerra Fria. Os interesses do país, assim como seus ganhos deveriam ser os princípios que regeriam a nova Política Externa e é com essa nova visão que os países africanos ganharam um maior destaque como uma possibilidade de diversificação de mercados.

A Política Externa Independente de Quadros distanciou o Brasil de seu alinhamento automático com os Estados Unidos e com Portugal. Ao definir o país como líder do mundo em desenvolvimento, e não como um seguidor dos Estados Unidos, ela satisfaz as aspirações brasileiras de se tornar uma potência mundial. [...] (DÁVILA, 2011, p.49)

Em sua obra de 2012, Saraiva refere-se ao período da Política Externa Independente, como sendo o momento em que a política africana do Brasil foi verdadeiramente desenvolvida. Contudo, a base para a política africana do Brasil, teria advindo, de acordo com o autor, do pensamento compartilhado por intelectuais da época como José Honório Rodrigues, Gilberto Amado, Álvaro Lins e Oswaldo Aranha ainda durante o governo JK, mas que só teria encontrado ambiente fértil no governo posterior. A política africana do Brasil foi dividida em diferentes pontos de interesse, sendo a primeira delas na África do Norte, em especial o Egito; a segunda sendo a África Negra; a terceira a África do Sul e a quarta o imbróglio com as colônias portuguesas (Saraiva, 2012, p.39).

Embora desde a década de 1960 existisse interesse por parte do governo Brasileiro no processo de descolonização dos países africanos, muito da política africana do país ficou à mercê do relacionamento bilateral entre Brasil e Portugal. Com exceção à Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart, até metade da década de 1970, a relação do Brasil com os países africanos foi limitada pelo posicionamento do país ante Portugal.

Nas décadas de 1960 e 1970, a política africana do Brasil muito se embasou na ideia de Gilberto Freyre de “lusotropicalismo” e de acordo com uma lógica de Democracia Racial que

seria piamente defendida pelos diplomatas e pelo Itamaraty (Dávila, 2011, p.12). Essa ideia de que o Brasil seria um país onde não se tolerava racismo, onde havia uma total harmonia e miscigenação de raças e de que o país seria um ótimo exemplo a ser seguido, tanto pelas colônias ultramarinas de Portugal, quanto pelos demais países do Sistema Internacional.

[...] O mito disfarça a desigualdade e a discriminação, em contraste com os símbolos visíveis de discriminação e segregação em sociedades como os Estados Unidos e a África do Sul. Nesse sentido, ele reforça a discriminação, tanto porque ajuda a escondê-la por trás de uma autoimagem nacional positiva, quanto porque dificulta a mobilização das vítimas do mito. (DÁVILA, 2011, p.12)

Por colocar o Brasil como potência mundial em ascensão, a ideia de se aproximar dos países africanos, até então colônias de Portugal e passando pelo que viria a ser um longo e sangrento processo de descolonização, se fazia lógica. De acordo com Jerry Dávila, em seu livro intitulado “Hotel Trópico”: “[...] em virtude de seu status de nação miscigenada em desenvolvimento, o Brasil seria a ponte entre o Ocidente branco desenvolvido e uma África negra subdesenvolvida”. (Dávila, 2011, p.51).

O estabelecimento da Política Externa Independente por Jânio Quadros encontrou continuidade no governo de seu sucessor João Goulart e assim permaneceu até o golpe que colocou os militares no poder em 1964. Durante o governo de Quadros, foram estabelecidas novas embaixadas no Senegal, Nigéria e Gana (Dávila, 2011, p.52): “Jânio abriu a primeira embaixada subsaariana em Gana porque foi a primeira nação do oeste africano a obter a independência [...]” (Dávila, 2011, p.59). Contudo, os esforços dos governos de Quadros e Goulart, não obtiveram de fato, o resultado esperado.

[...] O golpe de 1964 deu fim à Política Externa Independente. O regime militar virou as costas para a África e intensificou as relações com Portugal justamente no momento em que as guerras contra o domínio português em Angola, Moçambique e na Guiné-Bissau passavam a ser uma das preocupações que unia os países africanos independentes. A última coisa que parecia apropriada na África da década de 1960 era a ideia de que o Atlântico era um “lago lusitano”. (DÁVILA. 2011, p. 112).

O processo de descolonização dos países africanos e o movimento terceiro-mundista trouxe para a Política Externa Brasileira uma possibilidade de novos mercados, assim como também um novo nível de importância para os laços históricos e culturais que uniam o continente africano e o Brasil. De acordo com Jerry Dávila: “Os líderes brasileiros usaram as relações com a África para afirmar sua independência em relação aos Estados Unidos e reivindicar seu papel de potência mundial emergente.” (Dávila, 2011, p.14).

Durante o governo Quadros (1961), foram realizados movimentos de aproximação com o continente africano, movimentos estes que aconteceram internamente e externamente. No

âmbito interno, foi criado o “Grupo de Trabalho para a África” no Itamaraty e o estabelecimento do Instituto Brasileiro de Estudo afro-asiáticos no Rio de Janeiro (Visentini, 2016, p.29); Já em âmbito externo foram realizadas missões para nove países africanos, entre eles Nigéria, Guiné e Senegal, além de mudanças de posicionamento brasileiro nos foros internacionais, onde o país começou a: “ [...] votar nos organismos internacionais contra o colonialismo e apoiar diplomaticamente as independências afro-asiáticas [...]” (Visentini, 2016, p.29). Em “África parceira do Brasil Atlântico” (2012), Saraiva menciona que “a mais espetacular iniciativa brasileira naquele ano talvez tenha sido a da exposição flutuante no navio-escola Custódio de Melo”. Essa exposição teria tido como objetivo levar produtos brasileiros para o mercado africano e entre as regiões visitadas estavam: Lagos, Luanda, Mombassa e Casablanca.

Com o governo sucessor, João Goulart (1961-1964), a linha da política externa se manteve com a continuidade da política africana do Brasil. No contexto internacional, onde o movimento de independência das nações africanas começava a ganhar um maior enfoque, a questão do conflito em Angola ganhou destaque sob a administração de San Tiago Dantas. Contudo o posicionamento brasileiro se viu refletindo o que viria a ser uma longa e duradoura dualidade entre se posicionar de forma independente e manter os laços com Portugal:

As tentativas e propostas de mediação do conflito angolano a partir da gestão de San Tiago Dantas esbarram, inicialmente, na oposição portuguesa e norte-americana, e depois, nos recuos e vacilações de Goulart. Apesar de, num primeiro momento, o Brasil haver honrado a diplomacia africana da PEI nas votações internacionais, “a política africana, que nasceu sob o signo da esperança, caiu no mais completo silêncio [...]. A vontade era de salvaguardar os laços de amizade com Portugal, apesar do apoio à ideia de independência da África portuguesa”. (VISENTINI, 2016, p.31)

Essa tendência de aproximação do movimento terceiro-mundista e alinhamento com os países africanos em processo de descolonização só iria retornar na década de 1970, uma vez que com o golpe militar e o seu primeiro governo com o marechal Humberto Castello Branco (1964-1967), a Política Externa Brasileira sofre uma quebra de continuidade e retoma-se o alinhamento com os Estados Unidos e Portugal, deixando o continente africano em segundo plano.

1.5 - A Política Africana do Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985)

A transição do governo de Goulart (1961-1964) e Castello Branco (1964-1967) foi marcada pela descontinuidade da Política Externa, em contrapartida o governo de Costa e Silva (1967-1969) foi marcado pela continuidade da Política Externa e com a política africana não foi diferente. O realinhamento com Portugal gerou desconforto e estranhamento entre o Brasil e os países africanos que lutavam pela independência, em especial nos fóruns internacionais que foram marcados pelas abstenções do Brasil quando o assunto era o processo de independência dos países africanos. Mesmo com marcos oficiais, como a visita do presidente do Senegal Leopóld Senghor ainda em 1964, as relações entre o Brasil e os países da África Negra foram se deteriorando cada vez mais em detrimento da relação bilateral Brasil-Portugal.

De acordo com Letícia Pinheiro (2013), durante o governo Castelo Branco (1964-1967), as nações africanas que buscavam a independência se encontravam fora dos "círculos concêntricos de solidariedade" e portanto não tinham protagonismo na política externa brasileira, com exceção da África do Sul, com quem o Brasil mantinha importante laço comercial (Pinheiro, 2013, p.231). Embora a África do Sul já recebesse neste período atenção nos foros internacionais devido ao regime de discriminação racial (apartheid), além da ocupação ilegal na Namíbia e Rodésia, o governo brasileiro afirmava que utilizar do isolamento internacional somente agravaria a situação interna (Pinheiro, 2013, p. 231). Esse posicionamento ambíguo perdurou por mais alguns anos até a metade da década de 1970.

Ainda durante o governo de Castello Branco (1964-1967), foi realizada uma missão comercial à África Ocidental no ano de 1965. Durante esta missão foi constatado a congruência de mercado entre o Brasil e a África do Sul, enquanto que os demais países da África Negra, foram vistos como difíceis parceiros por questões econômicas ou pela pesada influência dos países europeus: "No tocante aos países da África negra [...] as perspectivas são, de momento, bem mais modestas, não só pela diferença do poder aquisitivo como por pertencerem a áreas de comércio internacional sob influência decisiva dos consórcios europeus" (Vilalva, 2016, p.101).

De acordo com Paulo Fagundes Visentini em seu livro intitulado: *A relação Brasil-África: Prestígio, cooperação ou negócios?*, a política africana do Brasil durante o governo Castelo Branco foi estabelecida em dois pontos: "Cortejar as delegações do Terceiro Mundo em órgãos multilaterais e Buscar ampliar mercados" (Visentini, 2016, p.33). Todavia, estes objetivos foram dificultados pela retomada de laços estreitos com Portugal:

[...] Um mês depois, o MRE distribuiu nota desmentindo notícias de que o Brasil cederia aviões e tripulações militares a Portugal para utilização em Angola, pois o país não possuía compromisso de ordem militar com Lisboa. Apesar disso, em fevereiro de 1967, uma flotilha brasileira efetuou visita de uma semana à Angola. A

visita de navios de guerra brasileiros assinalava, indiretamente, um gesto de apoio brasileiro à Portugal na luta para reter seus grandes territórios africanos. (VISENTINI, 2016, p.33)

Com o início do período da ditadura militar no Brasil, a ênfase ao desenvolvimento e sucesso econômico, ainda que como segunda prioridade, perdendo apenas para a divisão ideológica durante a Guerra Fria, seria uma grande força motriz para guiar a política externa brasileira. Na década de 1960, o Brasil iria renovar laços com Portugal, assinando os Acordos de Comércio e Cooperação Cultural, Técnica e Científica (1966). Com a assinatura destes acordos, o país obtinha acesso aos países africanos com o intermédio de Portugal, o que viria a desencadear um longo saldo negativo que geraria a desconfiança dos países da África negra por muitos anos a seguir.

A transformação e evolução da política africana brasileira dentro do regime militar ditatorial (1964-1985) no Brasil começou no governo Costa e Silva (1967-1969), teve uma maior atenção no governo Médici (1969-1974) e se desenvolveu e encontrou seu ápice nos governos Geisel (1975-1979) e Figueiredo (1979-1985). Dentre as principais razões para que o continente africano começasse a receber mais atenção neste período estão a necessidade de novos mercados, as duas crises do petróleo (1973 e 1979) e a necessidade de abastecimento brasileiro, presença e influência brasileira no Atlântico Sul e nova abordagem na relação com a África além da antiga mediação e idealismo de uma comunidade luso-brasileira (Sraiva, 2012, p.43).

Outra característica do esforço brasileiro para atingir comercialmente a África foi a reorientação geográfica das exportações e importações. A mais interessante consequência disso foi o declínio relativo da importância da África do Sul no cômputo geral da balança comercial brasileira. No início da década de 1970, a África do Sul era basicamente o único parceiro econômico do Brasil na África do Sul do Saara. No final da década de 1980, a África do Sul ficou significativamente menos relevante. Somente 5% do total exportado para a África eram dirigidos para a África do Sul no final da década de 1970 e início da de 1980. [...] A Nigéria se tornou, verdadeiramente, a substituta da África do Sul na pauta comercial brasileira com a África. O foco desta relação bilateral foi a troca de produtos industrializados por petróleo nigeriano [...]. (SARAIVA, 2012, p.47)

No governo de Costa e Silva (1967-1969), foram estabelecidas novas embaixadas brasileiras em território africano, além do estabelecimento de novas relações diplomáticas. Entretanto, pairava no governo Costa e Silva a mesma ideia de que se havia a necessidade de manutenção de laços com Portugal e uma necessidade de proteger o continente africano de ameaças da esquerda. Além de Portugal se apresentar como um grande obstáculo para o desenvolvimento das relações entre Brasil e países da África negra, a manutenção da relação

bilateral do Brasil com a África do Sul, também aumentava a distância entre os países.

Em 1969, durante o governo Costa e Silva (1967-1969), ocorreu o que seria um dos grandes imbrólios relacionados à política africana do Brasil e sua contradição para com a África do Sul e os demais países africanos. Naquele ano, o ministro Muller realizou uma visita ao Brasil, onde se encontrou com o chanceler brasileiro. Este encontro gerou impacto na imprensa onde se falava sobre a possibilidade de um pacto de defesa do Atlântico Sul, onde estariam envolvidos Brasil, África do Sul, Uruguai e Argentina. Embora oficialmente o país tenha desmentido qualquer estabelecimento de pacto de defesa, houve uma missão de oficiais brasileiros à África do Sul. Este episódio, viria a ser apenas o primeiro “grande mal-entendido” no que se refere ao posicionamento de condenação ao regime do apartheid na África do Sul e à ocupação ilegal na Namíbia por parte do Brasil nos foros internacionais, enquanto há um estreitamento econômico e comercial com a África do Sul em âmbito bilateral.

Estabelecidos os objetivos econômicos e seu lugar de destaque dentro dos governos do regime militar, os esforços do governo brasileiro, em especial a partir do governo Costa e Silva (1967-1969) foram de intensificar as relações bilaterais ao passo que se movimentava quase que de forma independente nas relações multilaterais. Assim se explica o desenvolvimento da relação com a África do Sul e o posicionamento brasileiro nos foros internacionais.

Ainda na década de 1960, o Brasil encontrou a oportunidade em desenvolver sua relação bilateral com a África do Sul, uma vez que devido ao contexto internacional, mesmo com as condenações ao apartheid nos foros internacionais, havia a prevalência dos interesses econômicos que iria guiar não apenas o Brasil, mas também diversos países da África negra que viriam a manter laços econômicos com a África do Sul, apesar das diferenças ideológicas.

O novo enfoque nas relações bilaterais partia, assim, da presunção de que a aproximação entre Pretória e o resto da África fazia desaparecer o antigo dilema da posição brasileira. Se a África entrava em entendimentos políticos e comerciais com a África do Sul, desobrigavam-se os demais países das restrições impostas nas relações bilaterais. Todavia, apesar dos novos fatos, o apartheid não fora abolido, nem tampouco haviam desaparecido os esforços internacionais na sua condenação. Na prática, portanto, a nova postura brasileira significava uma transformação do antigo divórcio entre o discurso multilateral e a não demonstração bilateral em uma profunda contradição entre a retórica e a ação efetiva, como se a condenação do apartheid fosse um exercício de cunho abstrato, sem vínculo direto com o governo que o aplicava. (VILALVA, 2016. p.99)

Este comportamento ambíguo que perdurou por anos viria a se justificar pela defesa do "politicamente correto" nos foros internacionais, enquanto que em âmbito bilateral os interesses econômicos seriam interpretados como totalmente independentes. Este movimento

prevaleceu e pôde ser notado do final da década de 1960 até metade da década de 1970, período onde a necessidade de eliminar incongruências para conquistar objetivos traçados pelo Governo e um contexto internacional propício, fez com que os laços bilaterais com a África do Sul se afrouxasse.

Por outro lado, justificando a sua posição contrária às sanções econômicas e comerciais de resto consideradas inúteis diante da omissão dos principais parceiros sul -africanos, aderiu à tese da educação, e não da força, como meio para a eliminação do preconceito. Nessa linha, passou a considerar que qualquer iniciativa com vistas a isolar a África do Sul tendia a exacerbar os ódios e a sacrificar, em última análise, a população que já era vítima do apartheid. Com sentido semelhante, qualificar -se -ia de contraproducente a sua expulsão dos organismos internacionais, porquanto se perderia o liame jurídico que fazia com que o problema pudesse ser examinado à luz dos postulados das Nações Unidas. Por tudo isso, o Brasil vai favorecer o intercâmbio e o contato direto com a África do Sul. (VILALVA, 2016, p.103)

Posicionamento Brasileiro em relação à África do Sul

Ano	Postura Condenatória ao apartheid/África do Sul	Postura Amistosa com a África do Sul
1966	Seminário Internacional sobre o apartheid em Brasília; Brasil votou a favor da Resolução 2202A na XXI sessão da AGNU (suspensão das relações econômicas com a África do Sul);	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Secretário da Indústria e do Comércio da África do Sul no Rio de Janeiro;
1967		Participação brasileira na Rand Easter Show; Abertura do escritório comercial da África do Sul no Rio de Janeiro;
1968	Assinatura e ratificação da Convenção Internacional sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial; Contribuição para o Fundo Fiduciário da ONU para a África do Sul; Voto a favor do estabelecimento do Conselho das Nações Unidas para a Namíbia;	Participação brasileira na Rand Easter Show;
1969		Concessão de linha de crédito com o intuito de financiar importações brasileiras; Estabelecimento da linha aérea a South African Airways no Rio de Janeiro;
1970		Participação brasileira na

		Johannesburg International Exposition; Lloyd brasileiro com novas linhas para portos sul-africanos;
1971		Estabelecimento da Câmara de Comércio Brasil-África do Sul em Joanesburgo; Regata Cape Town-Rio de Janeiro;
1972		Novos acordos para driblar dupla tributação entre os países e autorização de vistos; diplomáticos e oficiais entre ambos países;
1973		Regata Cape Town-Rio de Janeiro;

Fonte: Visentini, 2016. Elaboração própria.

De acordo com Mário Vilalva, seria ao final da década de 1960 e início da década de 1970 onde a dinâmica entre Brasil e África do Sul começaria a ser vista de forma diferente pelo governo brasileiro: "A gradual distensão entre as superpotências, a paulatina consciência do anacronismo da posição portuguesa na África e a crescente maturidade política e econômica do Brasil na cena externa ajudariam a reverter a direção dos interesses brasileiros na África Austral." (Vilalva, 2016, p 103-104) Com a missão realizada pelo Ministro Gibson Barboza no ano de 1972 à diversos países da África Austral, os países da África negra passaram a ser vistos de fato, como verdadeiros possíveis parceiros comerciais, fazendo assim com que a África do Sul não se apresentasse como único e mais importante parceiro econômico, uma vez que novos caminhos e oportunidades passavam a ser vistos. É também neste período que com os resultados do chamado "milagre econômico" e visível crescimento da economia brasileira, o continente africano volta a ter maior destaque na Política Externa Brasileira e abre-se um leque de possibilidades de novos mercados (Dávila, 2011, p.52).

Durante o governo Médici (1969-1974), a estratégia utilizada para lidar com o continente africano foi se utilizar da relação Brasil-Portugal. Ao se aproveitar dos processos de independência dos territórios ultramarinos de Portugal na África, o Brasil encontrava nesse momento, a oportunidade de atuar como mediador para realizar a solução pacífica dos processos de independente e assim conseguir se aproximar dos que logo seriam nações independentes da África negra sem causar estranheza e conflito com Portugal.

Em seu livro intitulado "A diplomacia na construção do Brasil" (2017), Rubens Ricupero afirma que a estratégia utilizada pelo Brasil para colocar-se como mediador dos

conflitos, teria sido a aproximação com Portugal através de comemorações e visitas oficiais enquanto que para lidar com Moçambique, Guiné e Angola, a estratégia seria se utilizar de outras nações africanas para criar um canal de comunicação com as nações em guerra (Ricupero, 2017, p.505). Por conseguinte, esta estratégia explicaria a longa jornada de Gibson Barboza e as missões no continente africano em 1972, que utilizou como subterfúgios de aproximação principalmente a relação histórica entre Brasil e África e as conexões culturais.

O presidente Senghor do Senegal, realizou pedido de que o Brasil atuasse como mediador entre Portugal e as colônias africanas. Embora o país tenha se esforçado para que o papel de mediador fosse além da imaginação, a resistência de Portugal foi clara e o pedido do presidente do Senegal não obteve frutos.

"O balanço da memorável visita deixou, no entanto, um saldo de iniciativas que só faria aumentar nos anos seguintes, não se registrando mais retrocessos como no passado. Dessa forma, se não foi possível mediar solução negociada para uma guerra que terminaria por derrubar o suicida regime português, atingiu-se o segundo objetivo: assegurar para o Brasil um retorno progressivo e crescente a um continente do qual havia sido injustamente alijado. Em diplomacia, a frustração de uma iniciativa de construir a paz pode e deve ser mais valorizada do que certas vitórias que contribuem para o agravamento da opressão e da injustiça." (RICUPERO, 2017,p.506)

Durante o Governo Médici (1969-1974) com o Itamaraty sob comando do ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barboza, é feita a retomada de estreitamento de laços com os países africanos em processo de descolonização. No ano de 1972, Gibson Barboza realizou visita oficial a oito países da África Ocidental com a intenção de aproximar o Brasil do continente africano (Dávila, 2011, p.53). É neste período, que a tentativa de que houvesse um papel de mediador do Brasil entre os países africanos em processo de descolonização e Portugal aconteceu. Contudo, como dito anteriormente, a tentativa de mediação do país se viu frustrada, assim como a tentativa de aproximação do continente africano, pois enquanto o Brasil se alinhava com Portugal, o sentimento de ressentimento e desconfiança dos países africanos se manteve.

A delegação brasileira na ONU apresentava o país como uma democracia racialmente mista que tinha responsabilidade de apoiar a descolonização. No entanto, não conseguia agir de acordo com esse princípio no único assunto que realmente importava: Portugal. Essa incapacidade demonstra a força assimétrica nas questões nacionais que tinham os brasileiros que assumiam uma etnicidade portuguesa em contraste com aqueles que afirmavam que suas origens era africanas. (DÁVILA, 2011, p.116).

A necessidade em estreitar os laços com a comunidade africana durante o governo Médici (1969-1974), perpassava a ideia de novos mercados. Paulo Visentini menciona em sua

obra de 2016, que os interesses com o continente africano também se pautavam na necessidade em encontrar parceria para lidar com assuntos nos foros internacionais de interesse brasileiros: “O Brasil também necessitava da simpatia diplomática dos africanos para legitimar a expansão do mar territorial para 200 milhas, ao mesmo tempo que a ideia da OTAS era enterrada” (Visentini, 2016, p.36).

As viagens feitas pelo Ministro das Relações Exteriores Gibson Barboza foram resultados de uma análise cuidadosa do Sistema Internacional, que contava cada vez mais com a participação dos países recém-independentes africanos nos fóruns internacionais: “A África parecia um mercado potencialmente rico para a exportação dos tipos de bens de consumo industriais que o Brasil agora estava produzindo para seu mercado interno.” (Dávila, 2011, p.179). A duração dos conflitos sangrentos resultado do duro processo de descolonização dos países africanos, a tensão dos países recém-independentes em relação ao Brasil nos fóruns internacionais, a possibilidade de novos mercados e o alto custo da manutenção de subserviência do país à Portugal em relação ao colonialismo, foram aspectos essenciais para a mudança de posicionamento do Brasil e que tornaram possível ainda durante o governo Médici, a tentativa de realinhamento do Brasil com o continente africano.

[...] Ironicamente, o forte relacionamento entre o Brasil e Portugal tornava o primeiro mais relevante para os países africanos. A confiança que existia entre os governos brasileiro e português passou a ser uma qualidade da qual os países da África Ocidental iriam tentar se aproveitar. Se o Brasil pudesse usar o relacionamento com Portugal para facilitar a descolonização, poderia recuperar a confiança africana que tinha sido estremeçada por anos de negligência diplomática. (DAVILA, 2011, p.181).

Em contraponto às tentativas de mediação do governo brasileiro, o governo Português além de recusar veementemente e repetidas vezes a proposta do Brasil, tentava oferecer ao país uma possibilidade de entrada nos mercados de suas “colônias ultramarinas”, com diversos incentivos econômicos em especial nos países: Angola e Moçambique, na tentativa de barrar um alinhamento do Brasil com os países africanos (Dávila, 2011, p.184).

Com as visitas de Gibson Barboza nos países africanos, ficou claro para a diplomacia brasileira que existia um mercado adequado aos produtos brasileiros, todavia, o sentimento de desconfiança desses países com o Brasil e seu apoio de longa data com Portugal era uma grande barreira para a conquista das metas brasileiras. Havia, dessa forma uma exigência tácita de apoio brasileiro pela independência e fim do colonialismo português na África, assim como também libertar o continente das mazelas do regime discriminatório do apartheid na África do Su (Dávila, 2011, p.184).

A iniciativa de Mário Gibson Barboza e suas missões no continente africano, representavam mais do que simplesmente o cumprimento das diretrizes da política externa brasileira e sua empreitada em busca de novos mercados e novas parcerias comerciais, buscava traçar uma nova imagem brasileira, de um país que começava a entender mesmo que tardiamente a derrocada do colonialismo Português e a necessidade de “congelamento” com a África Sul:

No continente negro, contudo, “a viagem passou a ser entendida principalmente como um gesto de abertura de política externa para o continente africano, mais do que visitas bilaterais”. As declarações conjuntas continham, à parte as especificidades de cada país a afirmação de princípios gerais, entre eles o da igualdade jurídica dos Estados, o da autodeterminação dos povos, o do repúdio à discriminação, o apoio ao fortalecimento da ONU, a reivindicação da transferência de tecnologia dos países industrializados aos subdesenvolvidos, a condenação ao protecionismo nos países ricos e a afirmação da necessidade de cooperação entre os países fornecedores de produtos primários (para obtenção de preços justos). (VISENTINI, 2016, p.39)

A política africana do governo Geisel (1975-1979), acompanhava um momento do Sistema Internacional onde o movimento terceiro-mundista ganhava força; Onde a dicotomia ideológica da Guerra Fria começava a enfraquecer; Onde a subserviência e alinhamento automático com Portugal e Estados Unidos não podiam mais ser de extrema importância na Política Externa Brasileira: Era um momento em que o Brasil poderia se mostrar como peça importante do Sistema Internacional, um novo player, com hegemonia regional, que estava aberto a pertencer a uma nova gama de novos atores internacionais que ganhavam cada vez mais força.

A Revolução dos Cravos (1974), ocorreu pouco tempo depois da posse do general Ernesto Geisel. Concretizava-se o momento perfeito para que o país de fato colocasse em prática sua política africana. A questão com as colônias de Portugal que estavam em guerra pela independência, é que não era apenas um movimento de independência de Portugal, mas também ainda sofrendo reflexos da Guerra Fria, se encontrava a participação da China, União Soviética e Estados Unidos, de formas diretas ou indiretas. Precisava-se, portanto, certo cuidado do governo brasileiro para lidar com a questão e avaliar as consequências de suas atitudes e seus objetivos e como seriam interpretados internamente e externamente.

Todavia, o processo de reparação história a ser feito com os países da África negra não seria um processo fácil, mas que exigiria um trabalho árduo: "Os rebeldes moçambicanos rechaçarão as primeiras gestões de aproximação de Silveira e não convidarão o Brasil às festas de independência de Moçambique". (Ricupero, 2017, 519)

Embora se aproximar dos países da África Negra pudesse parecer controverso e

confuso, afastando o Brasil de parceiros de longa data como Portugal, Estados Unidos e África do Sul, além de trazer uma forte resistência e contradição interna, a nova guinada da política africana brasileira era uma jogada de mestre em busca de soluções para novos mercados, abastecimento de petróleo e um novo mecanismo de atuação e defesa nos foros internacionais:

Em 1975, Geisel criou uma força-tarefa para encontrar meios de limitar o prejuízo que as violações de direitos humanos estavam causando à imagem Internacional e às relações exteriores do Brasil. O relatório da força-tarefa dizia que “a substituição recente de governos que antes absorviam boa parte das críticas (como Grécia e Portugal) e o fim, próximo, do processo de descolonização são alguns fatores que liberam energia para o tratamento dos direitos humanos”. Mas com o fim do colonialismo, o Brasil podia também contar com novos aliados ao bloquear as expressões por direitos humanos. Em 1976, diplomatas brasileiros na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas conseguiram arquivar um relatório sobre abusos no Brasil, com os votos favoráveis de Nigéria, Ruanda, Serra Leoa, Tanzânia e República do Alto Volta (Hoje Burkina Faso). No ano seguinte, uma tentativa por parte dos “países desenvolvidos” de reabrir a questão por uma subcomissão da ONU não teve sucesso devido “em grande parte ao apoio novamente recebido pelo Brasil dos países em desenvolvimento”, inclusive Gana. (DÁVILA, 2011,p.299-300).

Com o governo Geisel (1974-1979), o que se encontra é a retomada de alguns elementos presentes na Política Externa Independente, ao menos no que se refere ao "retorno das raízes africanas". Em uma conjuntura onde o movimento terceiro mundista estava em ênfase, a Revolução dos Cravos (1974) derrubava o governo salazarista e por conseguinte abria novos caminhos aos processos de independência do que até então era ainda entendido como território ultramarino de Portugal. Somados ao processo lento e gradual de abertura do Brasil, onde se via necessário a demonstração de valores aceitos no contexto internacional e que também seriam reflexos da população brasileira, via-se a oportunidade de renovação da postura brasileira em relação aos países da África Negra e também em relação à África do Sul.

Desses elementos conceituais, inferia -se que a política externa, como instrumento do desenvolvimento econômico do Brasil, para o qual a promoção das exportações e o estímulo aos investimentos estrangeiros eram peças fundamentais, passaria a ser revestida de um realismo ético, preocupado em buscar soluções eficazes, porém não necessariamente amorais. Por outro lado, o sentido do interesse nacional passou a englobar não apenas o interesse permanente do Estado, mas também aqueles claramente identificados pela nação. Geisel e Silveira, ao aproximarem a ação externa do Brasil ao sentimento nacional, revalorizavam os elementos autênticos da nacionalidade brasileira, recuperando os fundamentos da Política Externa Independente. (VILALVA, 2016, p.120)

O período histórico compreendido entre a segunda metade da década de 1970 e a primeira metade da década de 1980, é compreendido por muitos historiadores, economistas, entre outros como um período de rico crescimento e aprofundamento entre as relações do Brasil com os países africanos, mas especificamente os países da África Negra. Embora tenha havido

um crescimento em âmbito econômico (como mostrado a seguir), a parceria e alinhamento entre o Brasil e o continente africano reverberou principalmente nos foros internacionais em âmbito diplomático.

Relação Comercial entre Brasil e o Continente Africano

Percentual da África no Comércio Brasileiro	Governos Militares (1964-1985)
1,7%	Castello Branco e Costa e Silva
2,4%	Médici
4,9%	Geisel
6,7%	Figueiredo

Fonte: Visentini, 2016, p.42-43. Elaboração própria.

A guinada em relação ao continente africano, mas especificamente a África Negra, vai decorrer de um contexto internacional onde o governo precisou lidar com a Crise do Petróleo (1973), Revolução dos Cravos (1974) e o fim da Guerra no Vietnã (1959-1975). Já não se tratava apenas de encontrar novos mercados para escoar os produtos primários e manufaturados brasileiros, nem mesmo encontrar novas parcerias comerciais. A necessidade de mudança na postura brasileira, vinha de um momento na história onde a luta pela independência e o longo e dispendioso processo pelo qual muitos países da África estavam se desdobrando e indo rumo à conclusão.

O momento era adequado para ensaiar uma nova identidade na postura brasileira perante o Sistema Internacional, uma vez que finalmente se via a oportunidade da libertação dos laços com Portugal e o ensejo em se tornar uma grande potência e influência na África Austral se mostrava uma realidade. Ademais, o momento abria espaço para ênfase em pautas sobre os Direitos Humanos e se posicionar mais firmemente nos foros internacionais, em especial em questões que o Brasil se mostrava por longa data como neutro, como é o caso do apartheid na África do Sul, se tornava oportuno para demonstrar o processo de abertura que posteriormente se iniciaria no país.

Um elemento que diferenciou a diplomacia de Geisel da de Médici foi ter que lidar com as novas nações lusófonas e enfrentar o que restava do “bastião branco” da África Austral. O intercâmbio com a África do Sul caiu acentuadamente e o Brasil

condenava o Apartheid explicitamente e de forma contundente nos foros internacionais. E o Brasil apoiou ativamente o nacionalismo africano em sua luta contra os regimes racistas da África do Sul (que incluía a ocupação do Sudoeste Africano, hoje Namíbia) e da Rodésia. Brasília também procurava obstaculizar as tentativas sul-africanas de penetrar na América Latina, especialmente em direção às ditaduras militares. (VISENTINI, 2016, p.48)

Durante o governo Geisel (1974-1979), além do estabelecimento de novas embaixadas no continente africano, houve um dos maiores atos simbólicos e diplomáticos referente à política africana do Brasil: o país tornou-se o primeiro país a reconhecer a independência de Angola. Ademais é neste período em que o Brasil finalmente irá condenar de forma mais firme e incisiva o regime de discriminação racial do apartheid na África do Sul e é onde oficialmente o status da relação bilateral com a África do Sul entra em nível de “congelamento”.

O governo Geisel adotou um discurso sem ambiguidades em relação à África portuguesa. Em julho de 1974, o Brasil reconheceu a Guiné-Bissau como um Estado independente, mesmo antes que esse país tenha dado por terminada as negociações com Portugal. No discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU em setembro de 1974, o chanceler declarou que não havia motivo para o adiamento da descolonização. Ainda nessa seção, Azeredo comentou a necessidade da independência imediata de Moçambique e Angola. “O mesmo sentimento de fraternidade (à Guiné-Bissau) nos liga a Moçambique e a Angola, cuja independência desejamos ver concluída”. (VISENTINI, 2016, p.44)

O sentimento de ressentimento dos países africanos com o Brasil perdura até a metade da década de 1970, com a Revolução dos Cravos em 1974. Somada à crise do Petróleo em 1973, a conjuntura do Sistema Internacional foi o impulso perfeito que o país precisava para se posicionar de forma independente em relação à Portugal e se redimisse perante os países africanos, começando com o reconhecimento de Angola em 1975.

É somente no governo do general Ernesto Geisel que a transição do posicionamento brasileiro de fato ocorre e a aproximação dos países africanos se concretiza. Entre as metas da Política Externa do governo Geisel, estava o apoio da descolonização portuguesa: “[...] e apoiar a descolonização portuguesa, “plena e positivamente, qualquer que fosse a reação do governo português ou dos seus admiradores brasileiros” [...]”. (Dávila, 2011, p.207).

Com o aval do presidente, o novo ministro das Relações Exteriores Azeredo da Silveira pôde realizar as mudanças necessárias na política externa brasileira e alinhar as ações do Itamaraty às novas metas do governo. Novas embaixadas brasileiras foram estabelecidas em diversos países da África Subsaariana. Um movimento foi realizado para o distanciamento de Portugal e afirmação de que o Brasil estava pronto para se desvincular e promover (finalmente) a descolonização portuguesa, começando pelo reconhecimento da independência de Angola.

Infelizmente para a política africana do Brasil no governo Geisel, a postura duradoura de “alinhamento” que o país tinha com Portugal em relação ao continente africano se estendeu por tempo demais e na altura da Revolução dos Cravos (1974), o nível de desconfiança dos países da África Negra com o Brasil era altíssimo e a aproximação desejada dos países recém-independentes se via prejudicada pelo histórico do país.

Ainda em 1974 era possível ver os resquícios de uma subserviência das decisões diplomáticas brasileiras para com Portugal, um bom exemplo disso seria o reconhecimento de Guiné-Bissau (1974): “Os novos líderes de Guiné-Bissau, que estavam cientes do apoio que o Brasil dava ao colonialismo português, agora viam a lentidão do governo brasileiro para reconhecer a independência.” (Dávila, 2011, p.228).

O sentimento de ressentimento e desconfiança era geral no continente africano em relação ao Brasil e a mesma situação de rejeição (talvez, ainda mais intensa) ocorreu durante a independência de Moçambique (Dávila, 2011, p.229). Era evidente que o país precisava demonstrar claramente que existia finalmente autonomia e independência de Portugal nas decisões do Itamaraty, eventualmente, a independência de Angola seria a oportunidade que o Brasil não poderia perder para se fazer cumprir as metas do governo Geisel.

O momento histórico onde o Brasil se torna o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975 é reflexo de uma política africana brasileira que reverbera não apenas a necessidade de novos mercados mas também reflete uma maior autonomia no Itamaraty, que sob comando de Azeredo da Silveira e apoio do Presidente Ernesto Geisel, colocaram o relacionamento do país com os países do continente africano como uma prioridade, mesmo sabendo das possíveis pressões internas que se seguiriam à decisão de declarar abertamente apoio a um governo marxista em Angola sob comando do MPLA (Movimento Popular para a Libertação da Angola).

Seguindo a lógica do Pragmatismo Ecumênico Responsável e seus eventuais momentos de contradição, o governo brasileiro, que passava por uma ditadura militar que repreendia vilmente os movimentos de esquerda, viria a ser o primeiro país a reconhecer a independência de Angola que seguia agora sob comando de um governo marxista.

Para o governo brasileiro, Angola era o portão para a África; um rápido reconhecimento de sua independência superaria o dano político advindo do apoio a Portugal, e assim poderia abrir portas diplomáticas e comerciais para outras partes do continente. O Brasil acreditava que Angola passaria a ser uma fonte de petróleo e um mercado exportador. [...]. (DÁVILA, 2011,p.232).

O processo de independência de Angola foi longo, sangrento e caótico. A liderança do país foi disputada por três movimentos distintos: UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e MPLA

(Movimento Popular de Libertação de Angola), sendo este último aquele que tomou o controle no momento da independência. Justamente pelo processo caótico em que passava, pela conjuntura incerta, o novo governo de Angola estaria aberto de forma a um diálogo que outros países da África Subsaariana não estariam. Seguindo esta brecha e sob ordens diretas do presidente, o Brasil se tornou o primeiro país a reconhecer a independência de Angola e assim, tomava-se uma atitude que se esperava amenizar os sentimentos em relação ao Brasil no continente africano.

O reconhecimento da independência de Angola pelo Brasil fazia parte de uma estratégia importante da Política Externa brasileira (estratégia que foi desenvolvida atentamente com Ovídio de Melo sendo o representante brasileiro em Luanda e Ítalo Zappa como o chefe da repartição da África no Itamaraty), todavia, foi uma decisão tomada sabendo dos altos custos que teria, principalmente em âmbito nacional ao enfrentar o lobby português e a resistência de parte dos militares. Em nome de um “bem maior” ou simplesmente de “ganhos maiores e melhores”, a ação foi realizada em conjunto entre Azeredo da Silveira e o General Ernesto Geisel. Jerry Dávila, aborda sobre esse momento decisivo na política africana brasileira em seu livro *Hotel Trópico* e descreve como o momento da tomada de decisão ocorria em um mesmo espaço de tempo em que as tropas se enfrentavam com o envolvimento do exército Sul-Africano e forças cubanas na capital de Angola: “[...] Geisel e o governo brasileiro sabiam dos combates na região, mas não os associavam com a África do Sul [...]” (Dávila, 2011, p.245).

Não por acaso, o reconhecimento de Angola foi tão polêmico e tão vital para representar os ideais do Pragmatismo Ecumênico Responsável de Geisel: representava a forma alternativa de lidar com o Sistema Internacional fugindo da dicotomia ideológica da Guerra Fria com enfoque maior nos ganhos e interesses nacionais, uma maior autonomia em relação aos Estados Unidos (que estavam envolvidos indiretamente do processo de independência Angolana) ao mesmo passo em que se desvincilhava de agir direta e ativamente no processo, mesmo que isso significasse possíveis inimizades no continente africano:

Geisel e Silveira compreenderam que sua política era contrária às metas dos Estados Unidos em Angola e eram um desafio às esperanças que os Estados Unidos tinham de cooperação para vencer o MPLA. Embora não esteja claro se as autoridades brasileiras estavam cientes do apoio dos Estados Unidos à África do Sul, elas sabiam que os norte-americanos estavam apoiando o FNLA por intermédio do Zaire. Com efeito, um membro do governo americano perguntou a Geisel se o Brasil poderia enviar um contingente de “sargentos negros” para apoiar o FNLA. Os Estados Unidos calcularam que “sargentos negros” brasileiros poderiam se comunicar em português em Angola e a cor de sua pele poderia evitar que sua identidade e intenções fossem conhecidas, o que manteria a clandestinidade da intervenção norte-americana. Geisel respondeu friamente que o Exército tinha “sargentos brasileiros” e não “sargentos negros”. E que, além disso, tropas brasileiras “não podem ser usadas para fins de intervenção em assuntos internos de outros países, política que o Brasil não praticava. (DÁVILA, 2011, p. 249-250).

Embora inicialmente após ser o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, a imagem do Brasil tenha melhorado frente aos demais países da África Subsaariana e também tenha sido motivo de prestígio para o país no Sistema Internacional, muitos dos planos e metas estabelecidas durante o governo Geisel não se concretizaram nos anos seguintes. A partir da metade da década de 1970 e em parte da década de 1980, as trocas comerciais e laços com o continente africano se estreitaram e floresceram, especialmente com a Nigéria (Dávila, 2011, p.270). O estreitamento de laços com os países da África Subsaariana se deu por meios bilaterais e multilaterais: somente com nações da África Subsaariana, foram estabelecidas um total de 14 embaixadas durante todo o Governo Geisel².

Dentre aquelas Missões Diplomáticas, foram as seguintes as Embaixadas abertas no período de 1974 e 1978: a) Embaixadas residentes: Bissau (República da Guiné-Bissau), em setembro de 1974; Luanda (República Popular de Angola), em dezembro de 1975; Maputo (República Popular de Moçambique), em dezembro de 1975; Libreville (República Gabonesa), em fevereiro de 1976, anteriormente cumulativa com a Embaixada em Kinshasa; b) Embaixadas cumulativas: Porto Novo (República Popular do Benin) em outubro de 1974, cumulativa com a Embaixada em Lagos; Conacri, (República da Guiné), em setembro de 1974, cumulativa com a Embaixada em Dacar; Freetown (República da Serra Leoa), em agosto de 1974, cumulativa com a Embaixada em Abidjan; Uagadugu (República do Alto Volta), em dezembro de 1975, cumulativa com a Embaixada em Abidjan; Malabo (República da Guiné Equatorial) em dezembro de 1975, cumulativa com a Embaixada em Acra; Port Louis (Maurício), em agosto de 1974, cumulativa com Nairóbi; Praia (República de Cabo Verde), em julho de 1975, cumulativa com Bissau; São Tomé (República Democrática de São Tomé e Príncipe), em dezembro de 1975, cumulativa com Lagos; Maseru (Reino do Lesoto) em dezembro de 1975, cumulativa com Maputo; M'babane (Reino da Suazilândia), em julho de 1978, cumulativa com Maputo. (MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16 298p)

De acordo com Vilalva, em sua obra intitulada "África do Sul: do isolamento à convivência", foi justamente durante o governo Geisel e graças às diretrizes do pragmatismo ecumênico e responsável, que a ambivalência do posicionamento brasileiro teve embasamento para cessar: "O elemento ético do pragmatismo responsável se encarregaria de alterar os pesos na balança entre a condenação do regime e as relações efetivamente mantidas com a África do Sul." (Vilalva, 2016, p.122) O status da relação bilateral entre o Brasil e a África do Sul, passaria a ser, de acordo com Vilalva (2016): uma relação em "congelamento".

Independentemente das mudanças ocorridas no cenário internacional e também interno do país, o Brasil ainda manteria a defesa do princípio de não-intervenção referente às questões da África do Sul nos foros internacionais, princípio que faz parte da história

2 Subsídios para pronunciamento do senhor Presidente da República. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira, MRE, FGV CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16, 12.12.74, p.1-2

diplomática do Brasil e que seria utilizado de acordo com as diretrizes do novo governo, sendo utilizado de forma responsável e perspicaz.

No âmbito bilateral, o pragmatismo responsável impôs um esfriamento das relações, “o que, entretanto, não significava que deveriam deteriorar-se”. Tratava -se, apenas, de reconduzi -las ao nível adequado e próprio, mediante redução nos contatos oficiais, desestímulo ao aumento dos fluxos comerciais e cumprimento das resoluções da ONU, especialmente no tocante à suspensão do intercâmbio cultural e desportivo. Nos primeiros momentos da Administração Silveira, a posição do Brasil foi, assim, inspirada por uma atitude de wait and see, porquanto ainda ecoavam os sinais de possíveis mudanças na conduta internacional da África do Sul. (VILALVA, 2016, p123)

Eventualmente, o posicionamento brasileiro em relação à África do Sul foi se solidificando, uma vez que se observou que não haviam mudanças concretas em relação ao apartheid e práticas intervencionistas pela parte da África do Sul. Este afastamento se deu pelo fato de que os países da África Negra foram se apresentado como ótimos mercados, um grande exemplo seria a parceria com a Nigéria: "60% das exportações brasileiras para a região subsaariana, com o petróleo representando o principal produto de importação" (Vilalva, 2016, p.124). Embora oficialmente, o Itamaraty realizasse a desvinculação de diversas formas entre Brasil e África do Sul, como revogação de concessão de vistos automáticos, fechamento do Consulado Geral em Cabo, entre outras iniciativas, havia internamente um lobby sul-africano que continuou movimentando o intercâmbio comercial não oficialmente; Esta situação perduraria por anos, seguindo do Governo Geisel para o Governo de João Figueiredo (1979-1985).

A exemplo do que ocorreu com a PEI, a postura coerente e responsável da política externa em relação à África do Sul não foi totalmente compreendida por determinados setores do governo brasileiro e do empresariado nacional. Ainda entusiasmados com as potencialidades do intercâmbio bilateral e reinterpretando o sentido pragmático das relações externas do Brasil, passariam a estimular sub -repticiamente os negócios com o país do apartheid. Tal atitude, além de comprometer os esforços da chancelaria, voltava a emitir sinais contraditórios para a comunidade internacional. Em 1977, as importações de produtos sul -africanos dariam um salto de 220% e se manteriam em ascensão por quatro anos consecutivos. Tão ou mais desconcertantes do que os números na pauta comercial seriam, todavia, as suas razões, na maior parte derivadas de vultosos investimentos sul -africanos na economia brasileira. (VILALVA, 2016, p.125)

Após à grande guinada das relações com a África negra durante o governo Geisel, o governo sucessor de João Figueiredo (1979-1985) e sob comando no Itamaraty de Saraiva Guerreiro, foi dado continuidade na política africana do Brasil, justificando-se pelo foco no "universalismo" (Vilalva, 2016, p.139):

Nesse quadro, as relações do Brasil com a África ultrapassariam o discurso das afinidades históricas e culturais bem como os interesses imediatos do intercâmbio

comercial para situarem -se também dentro de um contexto de conjugação de esforços políticos para o concerto de posições na promoção de “transformações que tornem a ordem internacional mais justa, equitativa e democrática”²²⁴. Deveriam, portanto, pautar -se por um comportamento desinibido, de confiança mútua e de sinceridade de propósitos. (VILALVA, 2016, p.140).

Ao dar continuidade à política africana do Brasil do governo Geisel, o governo Figueiredo conseguiu encontrar o ápice das relações entre Brasil e continente africano durante o regime militar ditatorial no Brasil. O general Figueiredo se tornou o primeiro presidente brasileiro a visitar diversos países africanos, entre eles Senegal e Guiné-Bissau. E o país continuou tendo um posicionamento cada vez mais firme em relação ao regime de discriminação racial na África do Sul.

O Itamaraty definiu claramente sua política para a África com base em seis diretrizes: estabelecer relações fraternais que inspirassem confiança, desenvolver o conhecimento recíproco, aumentar ao máximo as possibilidades comerciais, estudar os recursos africanos em termos de agricultura e mineração, estabelecer um diálogo constante que pudesse esclarecer todos os problemas concernentes às nações africanas, e proceder à transferência de tecnologia àquele continente. A prioridade da Diplomacia do Universalismo era a África Lusófona. Merece destaque particular a aproximação do governo brasileiro com o angolano, pois ameaçou enviar tropas brasileiras para defender Angola da África do Sul, em 1981. Segundo o chanceler Saraiva Guerreiro, não era possível explicar a política externa africana do Brasil em termos puramente econômicos, embora as possibilidades de relações econômicas com países como Nigéria, Gabão, Angola, Moçambique, entre outros fossem significativas. Celso Lafer argumentou que a política de aproximação com os países africanos articulados por Guerreiro defendia “a presença qualitativa do Brasil na África” como contrapeso de recursos no cenário internacional. (VISENTINI, 2016, p.49)

Com o alinhamento entre as relações bilaterais com a África negra e o posicionamento brasileiro nos foros internacionais, em congruência com os propósitos de enfoque nas relações SUL-SUL, a relação com a África do Sul foi mantida com mínimos status possíveis. Embora pela lógica de adequação o passo mais seguro a tomar seria o afastamento total com a África do Sul, havia ainda no Brasil um forte lobby sul-africano que manteve esforços para continuar alimentando a relação entre os dois países. Contudo, a existência do lobby sul-africano, presente principalmente no setor conservador e na mídia brasileira, não foi o suficiente para mudar os rumos da política africana do Brasil. A relação entre África do Sul e o Brasil foi descrita da seguinte forma:

[...]Foi ela incluída na quase totalidade dos documentos oficiais de política externa, nos comunicados conjuntos de visitas bilaterais e de reuniões multilaterais, nas palestras e conferências perante centros acadêmicos, entidades privadas e instituições governamentais, na imprensa, nos diversos eventos promovidos pelos organismos internacionais, na Assembleia, no Conselho de Segurança e nos demais órgãos das Nações Unidas.[...] (VILALVA, 2016, p.144)

A relação bilateral com a África do Sul permaneceria com o status de afastamento cada vez mais concreto com o processo de abertura democrático que viria a ocorrer no Brasil com o final do regime militar (1964-1985). Por conseguinte, o posicionamento mais firme em relação ao apartheid Sul-Africano que se iniciou no governo Geisel (1974-1979) acabou por se concluir com o governo sucessor de Figueiredo (1979-1985), mesmo com forças adversas internas.

O que pôde se observar ao final do regime militar (1964-1985), é que o longo histórico de incoerências relacionado à política africana do Brasil, com elementos chaves sendo a relação duradoura de subserviência com Portugal e o "cabo de guerra" travado pelos interesses na África Negra e interesses na África do Sul, encontraram seu fim no governo Figueiredo (1979-1985) e tiveram sua consagração com a abertura para os processos democráticos no governo Sarney (1985-1990).

CAPÍTULO II: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE GEISEL E A POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL

2.1 - Pragmatismo Ecumênico e Responsável

De acordo com Altemani (2005), o principal objetivo da política externa brasileira a partir do governo Médici (1969-1974) era a inserção do país no sistema internacional. Todavia "[...] em razão das dificuldades de acesso ao mercado internacional e igualmente das ampliações das medidas protecionistas por parte dos países industrializados [...]" (Altemani, 2005, p.156), a estratégia encontrada pelo país foi aprofundar as relações Sul-Sul. Embora a aproximação do Brasil com os países recém-independentes do continente africano estivesse de acordo com as diretrizes da política externa, isso não impediu que houvesse fortes represálias internas contrárias a tais medidas. Entre as principais fontes do movimento contrário, estava Antônio Delfim Netto, ministro da Fazenda (1967-1974), que muito fez em busca de fortalecer a ideia de uma comunidade luso-afro-brasileira (Dávila, 2011, p.151).

O impasse interno estava na interpretação do espaço que o Brasil ocupava perante o sistema internacional. Enquanto que para Delfim Netto e seus apoiadores o país representava

uma grande potência e por conseguinte não precisaria se aprofundar nas relações Sul-Sul; Para o governo, representado pelo ministro das Relações Exteriores Exteriores Mário Gibson Barboza, o Brasil precisaria passar por um processo para não mais ser considerado como um país desenvolvido e para tal precisava ser inserido no sistema internacional de forma a contribuir notoriamente tanto em âmbito econômico quanto político.³ Desta forma a cooperação Sul-Sul se mostrava como uma alternativa promissora para o cumprimento de tais objetivos.

Antes de quaisquer outras considerações defende-se a hipótese de que o interesse básico brasileiro no restabelecimento e estreitamento de relações com os países subdesenvolvidos não foi ditado unicamente por razões comerciais e ou mercantilistas. E que, de outro lado, seu interesse não foi também exclusivamente político. Pelo contrário, seu interesse era, concomitantemente, comercial e político, subordinado, no entanto, ao contexto da política exterior brasileira, ou seja, ao contexto da estratégia de inserção do País no sistema internacional. (ALTEMANI, 2005, P.145-146)

A ideia de uma comunidade luso-afro-brasileira e a importância de manutenção de laços com Portugal era um grande impasse durante o governo Médici para manter coerência e cumprir os objetivos de se aproximar dos países do terceiro mundo. Em 1972 e 1973 durante a Assembleia Geral da ONU, o Brasil votou contra os movimentos de independência de colônias portuguesas como Guiné-Bissau, Moçambique e Angola. Embora houvesse uma defesa simbólica pelo direito de autodeterminação dos povos e soberania, a subserviência a Portugal ocupava uma posição de prioridade maior na política externa brasileira da época. Posteriormente, a atuação do Brasil na Assembleia Geral da ONU traria resultados negativos com muita desconfiança e até mesmo resistência dos países da África negra com as futuras tentativas de aproximação.

O presidente Ernesto Geisel assumiu a presidência com a proposta de uma "abertura gradual e controlada" (Spektor, 2004, p.210). Em âmbito interno o reflexo dessa abertura veio em meio a fortes contradições: enquanto se findava a censura da imprensa, permanecia o uso de tortura, por exemplo. Em âmbito externo, de acordo com Matias Spektor (2004), a política externa de Geisel se dividiu em três vertentes: a utilização da política externa para exercer controle sobre os militares, a política externa como pilar para o processo de abertura interno e por fim, a política externa utilizada para apaziguar as oposições políticas internas (Spektor, 2004, p. 212-213).

Os frutos do chamado milagre econômico já haviam sido colhidos e já se encontravam escassos no momento da posse do presidente Ernesto Geisel. Havia uma clara percepção de que

³ Aula de Mestre, pronunciada pelo embaixador Antônio F. Azeredo da Silveira. ministro de estado das relações exteriores, no dia 4 de Março de 1975, na faculdade de direito da Universidade Federal de Pernambuco. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira, MRE, FGV CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16,04.03.75, p.1-20

as dívidas estavam em um patamar crítico e que algo precisava ser feito para impedir que a fragilidade econômica do país tomasse rumos irreversíveis. Henrique de Altemani de Oliveira, em seu livro intitulado “Política Externa Brasileira” (2005), descreve o seguinte cenário no início de 1974:

No final do Governo Médici e início do Governo Geisel, a vulnerabilidade do país estava ampliada, principalmente, por causa do crescente endividamento externo, pelo alto consumo de petróleo como matéria-prima fundamental ao modelo de desenvolvimento econômico implantado e também pela demanda de bens de equipamento, atendida quase exclusivamente por intermédio de importações. (ALTEMANI, 2005, P.148-149)

Sobre a nova política externa instaurada sob o comando de Antônio Francisco Azeredo da Silveira no governo Geisel, tanto o presidente quanto o ministro das Relações Exteriores frisaram que as novas medidas tomadas seriam baseadas não apenas no teor comercial ou político mas com um escopo maior e maleável, que levaria em conta principalmente o contexto do sistema internacional, assim como também as novas demandas nacionais (Oliveira, 2005, p.149-150).

Entretanto, é importante ressaltar que a implementação do pragmatismo vai, em parte, ser viabilizada pelo fato de em 1974 já existir uma infra-estrutura econômica que sustentará o discurso e a prática diplomática. Por isso, já no Governo Médici, mas principalmente no Governo Geisel, a política externa brasileira procurou redefinir suas relações com os Estados Unidos e diversificar seu envolvimento, seja com os demais países desenvolvidos (Europa Ocidental e Japão) ou mesmo com o Terceiro Mundo, principalmente América Latina e África. (ALTEMANI, 2005, P.150)

O pragmatismo ecumênico e responsável do governo Geisel, foi baseado na ideia de "universalização" e por conseguinte uma de suas principais cartadas foi a intensificação pela busca de novos parceiros internacionais, o que levou a um aprofundamento das relações bilaterais(Oliveira, 2005, p.152). Um dos imbróglis ocorridos durante o governo Geisel nos ajuda a entender a profundidade do pragmatismo ecumênico e responsável e o dinamismo e balanço de importância entre a conjuntura do sistema internacional e os objetivos e demandas nacionais, que é a questão da hidrelétrica de Itaipu.

A disputa entre Brasil e Argentina sobre a hidrelétrica de Itaipu foi abordada durante a Assembleia Geral das Nações Unidas⁴. O Brasil acabou perdendo esse contencioso para a Argentina, pois esta última recebeu o apoio dos países árabes e africanos. A estranheza entre o Brasil e os países africanos recém independentes advinha da longa e histórica relação de

4 Aula de Mestre, pronunciada pelo embaixador Antônio F. Azeredo da Silveira. ministro de estado das relações exteriores, no dia 4 de Março de 1975, na faculdade de direito da Universidade Federal de Pernambuco. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira, MRE, FGV CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.1,04.03.75, p.1-20

amizade com Portugal e as repetidas abstenções brasileiras em foros internacionais no que se referia ao longo e por vezes sangrento processo de “descolonização” das antigas colônias portuguesas. Já para o bloco árabe, o posicionamento anterior do Brasil em relação à questão da Palestina era um grande obstáculo.

Levando em conta a ideia de universalismo, as demandas por novas parcerias, o possível boicote por parte dos países africanos e árabes e o fornecimento de petróleo, somados ao declínio português e a recente derrota brasileira para a Argentina na ONU, deixava claro para o governo brasileiro que mudanças deveriam ser realizadas e antigas incoerências abandonadas em detrimento das necessidades e objetivos da nova política externa brasileira.

De acordo com Altemani:

[...] o Brasil toma algumas medidas que passam a ser emblemas de seu posicionamento internacional. Em especial:

- a) o reconhecimento da independência de Angola e do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) como legítimo representante do povo angolano;
- b) a condenação de Israel pela ocupação de territórios árabes pelo uso da força e o reconhecimento da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) como representante do povo palestino;
- c) o reconhecimento diplomático da República Popular da China e o consequente descredenciamento de Taiwan. (ALTEMANI, 2005, P.153)

Luiz Felipe de Seixas Corrêa, em sua obra intitulada "O Brasil nas Nações Unidas 1946-2011", publicada em 2012, realiza uma análise e compilado dos discursos realizados pelas delegações brasileiras durante as Assembleias das Nações Unidas. Corrêa ressalta que ao total foram 5 os discursos proferidos pelo Ministro das Relações Exteriores Antônio Azeredo da Silveira na Assembleia Geral das Nações Unidas e que durante o primeiro discurso, o ministro elencou os novos princípios da política externa do Governo Geisel:

Nossa conduta, para alcançar esses objetivos, é pragmática e responsável. Pragmática, na medida em que buscamos a eficácia e estamos dispostos a procurar, onde quer que nos movam os interesses nacionais brasileiros, as áreas de convergência e as faixas de coincidência com os interesses nacionais de outros povos. Responsável, porque agiremos sempre na moldura do ético e exclusivamente em função de objetivos claramente identificados e aceitos pelo povo brasileiro. (CORRÊA, 2012, p.311)

É importante mencionar que com exceção do governo Castelo Branco (1964-1967), os seguintes governos que fizeram parte do período do regime militar ditatorial no Brasil retomaram algumas diretrizes contidas na política externa independente dos governos de Quadros (1961) e Goulart (1961-1964). Isso é traduzido pela forma que a dicotomia ideológica da Guerra Fria vai perdendo espaço para os interesses nacionais, assim como o alinhamento automático com os Estados Unidos e Portugal e a necessidade de firmar o Brasil como uma figura autêntica nos foros internacionais.

O governo Geisel foi considerado por Pio Penna Filho, em seu livro intitulado "O Brasil e a África do Sul: O arco Atlântico da Política Externa Brasileira (1918-2000)" de 2008 como sendo "um dos governos mais nacionalistas do ciclo militar" (Penna Filho, 2008, p.23). Por conseguinte, entende-se que as medidas da política externa foram tomadas sem o histórico alinhamento automático com potências parceiras como Portugal e Estados Unidos. Desta forma, o autor coloca entre muitas das decisões da política externa, dentre elas a política africana do Brasil, como sendo independente e até mesmo inovadora/pioneira podendo ser usada como exemplo a ser seguidos por demais nações ocidentais.

O panorama que se descortinava ao início de 1974 colocava, com efeito, novos e graves desafios ao processo de desenvolvimento brasileiro e, por isso, requereria de nossa atividade diplomática níveis elevados de dinamismo. Tendências profundas, que se já vinham fazendo sentir desde algum tempo na economia mundial, emergiram com intensidade, às vezes dramática, a partir de outubro de 1973, em decorrência da quadruplicação dos preços do petróleo. Pressões inflacionárias e fatores recessivos, acoplados a elementos de instabilidade cambial e a desequilíbrios de balanço de pagamentos, traziam ao primeiro plano das preocupações nacionais o problema energético e a proliferação de medidas protecionistas no comércio internacional. (FGV CPDOC; AAS MRE AG 1974.01.16,p.2-298)

Com o declínio dos Estados Unidos devido à Guerra do Vietnã (1955-1975), o primeiro choque da Crise de Petróleo em 1973 e a Revolução dos Cravos (1974), um novo posicionamento brasileiro, mais firme e coeso tornou-se possível. O enfoque em uma cooperação Sul-Sul e o fortalecimento da ideia de que o Brasil era uma potência emergente resultou na possibilidade da retomada de laços com a China, o fortalecimento da relação com o Japão, a negociação de um Tratado Nuclear com a Alemanha e a aproximação com os países da África Negra. Ainda que existisse uma força contrária interna, a força do pragmatismo ecumênico e responsável de Geisel irradiava as decisões do Itamaraty.

A defesa e promoção dos interesses brasileiros, em termos de aprofundamento do seu processo de desenvolvimento, pressupunha, portanto, um duplo movimento de relativização da dependência em relação aos Estados Unidos, de um lado, e a diversificação ou ampliação de seus contatos externos, de outro. Em função das alterações conjunturais do contexto internacional, Fonseca defende a ideia de que, com a ampliação do número de atores no sistema internacional, o Brasil passou a contar com maior margem de manobra, podendo jogar tanto com os interesses dos países desenvolvidos, em seu processo de conflito e disputa comercial com os Estados Unidos, quanto com o conjunto dos não desenvolvidos buscando ampliar suas possibilidades. (ALTEMANI, 2005, P.161)

Camila Castro Kowalski em sua tese intitulada: "A África na política externa brasileira: uma análise dos discursos de Ernesto Geisel (1974-1979) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)" de 2018, realizou uma análise dos discursos do presidente Ernesto Geisel e do ministro das Relações Exteriores Azeredo da Silveira e as menções feitas sobre a relação Brasil-África.

Entre as conclusões feitas pela autora está o uso estratégico da "proximidade geográfica" entre Brasil e África para justificar o estreitamento de laços do país com os países da África negra (Kowalski, 2018, p.71):

Torna-se impossível, dada a frequência das citações, não relacioná-las a duas situações correlatas: em primeiro lugar, a qualidade militar-estratégica do Regime Militar no Brasil. Sendo os governantes e principais personalidades do Executivo oriundos das Forças Armadas, as questões de guerra e paz receberam, naturalmente, maior atenção. Assim, o Atlântico Sul ganha importância e os discursos do presidente buscam trazer o relacionamento com os africanos uma forma de mitigar possíveis vulnerabilidades neste espaço. Certamente, colocar a África dentro do "entorno estratégico" do Brasil também servia para prestar contas, junto à elite militar, das mudanças na política externa brasileira e do novo papel da África na mesma. Em segundo lugar, a extensão que Geisel faz das fronteiras marítimas do Brasil, levando-as ao encontro dos Estados africanos, do outro lado do Atlântico, remete à afirmação pelo seu antecessor, Médici, dos novos limites do mar territorial brasileiro, estendendo-o a 200 milhas marítimas através do decreto-lei nº 1098, de 25 de março de 1970. Medida polêmica, que provocou reações sobretudo dos países desenvolvidos do Bloco Ocidental (notadamente Estados Unidos e França), a nova extensão do mar territorial ainda não era consenso entre a opinião pública nacional – nos jornais, especulava-se que a decisão pudesse ser revogada (GÓES, 1978). Assim, ao estender, em seu discurso, a fronteira do Brasil até a África, Geisel contribuiu para reafirmar a decisão sobre a soberania brasileira no Atlântico. (KOWALSKI, 2018, P.71)

A estratégia desenvolvida por Geisel teria sido de acordo com Kowalski (2018) uma inteligente solução para lidar com as forças contrárias internas, uma vez que ao usar a geografia como justificativa, eliminava possíveis críticas que uma abordagem comercial ou histórica/cultural poderia ter. Além da geografia também é mencionado o fato de que a língua em comum é importante nos discursos de Geisel, embora a ligação histórica que resultou na língua em comum não seja abordada. A conclusão a partir da análise dos discursos do presidente Ernesto Geisel realizada por Kowalski é de que somadas ao discurso de anticolonialismo e aos princípios de autodeterminação dos povos e de não-intervenção, a recém-inaugurada política africana do Brasil buscava-se instaurar no país de forma a não levantar suspeitas e/ou críticas, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Em documento presente no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), datado em 16 de Janeiro de 1974, nomeado como "Subsídios para o pronunciamento do Senhor Presidente da República", encontra-se uma breve síntese do que seriam os nove primeiros meses de governo do presidente Ernesto Geisel e com o Itamaraty sob os comandos do chanceler Azeredo da Silveira. Neste documento, destaca-se a ênfase na necessidade de mudanças na abordagem da política externa, uma vez que a mesma "seria interessada em resultados e não em efeitos declaratórios" e salienta-se ao descrever as diretrizes da política externa, como o interesse nacional teria destaque no processo de tomada

de decisões⁵.

Ao se referir às relações bilaterais e o Brasil no plano internacional, destaca-se uma nova abordagem de comunicação com os Estados Unidos, o estabelecimento de relações com a China e as nações árabes, assim como se reforça a mensagem de que o Brasil permanece firme na defesa dos princípios de autodeterminação dos povos e no princípio de não-intervenção (Oliveira, 2005, p.155-156). O denominador comum em cada um dos parágrafos do documento é a relevância dos aspectos econômicos e comerciais, com destaque especial para a mudança de postura do governo brasileiro para com o continente africano, mais especificamente as nações que lutavam por independência. Ainda que a permanência de “amizade” com Portugal fosse mantida, abre-se espaço para notar um nível de importância maior para as nações da África Negra.

Com relação aos nossos vizinhos africanos, adotamos uma posição de ativa compreensão dos legítimos desejos das nações que aspiram à independência e buscam o fim da era colonial na África. Reconhecemos a República de Guiné-Bissau e encetamos o diálogo com representantes dos movimentos de emancipação mais responsáveis os quais, em futuro próximo, estarão assumindo os Governos dos Estados independentes que estão por formar-se. No futuro imediato, esses Estados serão todos de língua portuguesa, o que aumenta o sentido fraternal de nosso interesse na sua constituição. Simultaneamente, encaminhamos nossas relações com Portugal de forma cordial e franca. Ampliamos nossa rede diplomática na África e adotamos medidas para dinamizar o comércio com países africanos e para alargar e diversificar a cooperação com eles em outros setores. (FGV CPDOC; AAS MRE AG 1974.01.16, p.1-2)

Através das palavras do próprio Ministro das Relações Exteriores durante aula de Mestre em 4 de março de 1975, ministrada na faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, é possível entender melhor como os objetivos da política externa brasileira iriam levar o país a dar maior atenção para o continente africano. Silveira afirma que a política externa do Governo Geisel "define-se em função de circunstâncias objetivas que tornam o momento brasileiro e mundial peculiar e justificam uma reavaliação da nossa diplomacia"⁶.

A partir do discurso do chanceler podemos agrupar elementos do pragmatismo ecumênico e responsável e associá-los ao novo formato da política africana brasileira. A ênfase na necessidade de leitura, interpretação e solução para as consequências da Crise do Petróleo de 1973, a conciliação entre a manutenção de antigos laços com nações como Estados Unidos e Portugal ao mesmo tempo em que se enuncia a oportunidade de abranger as relações Sul-Sul e

5 Política Externa. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 18.08.75, 11 p

6 Mensagem ao congresso nacional (1974). Política Externa (minuta de telegrama). Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 7 p. p.6

fortalecer o poder econômico do país através destas novas mudanças evidenciam os novos horizontes para a política externa brasileira: "Podemos concluir que a política externa do atual Governo tem necessariamente que ser inovadora, não para renegar o passado, mas para construir sobre ele⁷". Por conseguinte, ao enfatizar o novo posicionamento brasileiro em relação às nações africanas, mas especificamente a luta contra o colonialismo, o chanceler explicita uma das soluções encontradas pelo Governo brasileiro para lidar com a crise mundial e as novas oportunidades para lançar o Brasil como uma potência tropical com muito a oferecer nos âmbitos econômico, comercial e diplomático.

Entre os atrasos históricos que coube à nossa geração assistir, é o colonialismo um dos mais dramáticos. Já não é possível desconhecer a evidência de que não souberam as nações colonizadoras cumprir a missão de elevar à civilização as populações primitivas ou desfavorecidas que pretendem proteger. Contra a ingerência predatória dos colonizadores, foi necessário que o sentimento nativista se erguesse com toda determinação. A luta anticolonialista na África vem acordando as consciências universais para a urgência do problema. No Brasil, o sentimento de fraternidade com os povos de Angola, de Moçambique, de Guiné-Bissau e de Cabo Verde deram o estímulo para nova atitude governamental muito mais participante na erradicação do colonialismo. A estes Estados em formação estendemos a nossa cooperação mais sincera. (FGV CPDOC; AAS MRE AG 1974.01.16, p.18-20)

2.2 - Política Africana Do Brasil durante o governo Geisel (1974-1979)

Já existia durante o governo Costa e Silva (1967-1969), na Divisão da África do Itamaraty, estudos que delineavam o que viria a ser a política africana do Brasil, analisando aspectos culturais, políticos, comerciais e econômicos. Todavia, a relação amistosa com Portugal ainda apresentava grande empecilho para o desenvolvimento da política africana do país. De acordo com Cervo e Bueno (2002), a política africana do Brasil se constituiu por duas fases, sendo a primeira de 1967 a 1973 e a segunda de 1974 a 1979:

Durante os governos Costa e Silva e Médici, duas estratégias de inserção brasileira eram confrontados sob o impulso de três fatores: as vinculações com Portugal traduziam-se, na ONU, por votos de apoio a seu colonialismo, até por volta de 1973, com abstenção nos casos em que se condenava o apartheid desde 1970, e, no Brasil, pela estratégia de inserção por meio da comunidade luso-brasileira defendida por Delfim Neto, com fortes pressões por parte do lobby português; estudos e contatos desenvolvidos pelo Itamaraty, aliados ao fato de marcharem juntos Brasil e países independentes da África Negra nos foros internacionais que lutavam por uma nova ordem, constituem o terceiro impulso e sugeriam outra estratégia de inserção, defendida por Gibson Barboza, pela via do continente autônomo. O dilema governou a política brasileira até a passagem de Médici para Geisel, quando se firmou a última orientação. (CERVO E BUENO, 2002, p.420)

7 Política Externa. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 11 p. 18.08.75, p.5

Ainda durante a década de 1960, com a divisão da África e o resultado de estudos demonstrando o potencial que nações como as de Angola e Moçambique poderiam adquirir na política externa brasileira, houve a interferência de Portugal, que com receio da aproximação entre o Brasil e suas então colônias, preferiu mediar privilégios com suas colônias e o Brasil, para que assim, as relações bilaterais ficassem sob o controle português. Durante o governo Médici (1969-1974), os laços com Portugal foram renovados e fortalecidos e assim, o Brasil garantiu sua presença no continente africano através da mediação de Portugal que garantia as trocas comerciais entre suas então colônias e o Brasil, principalmente em Moçambique e Angola.

Essa posição de mediador será mantida até a metade da década de 1970, quando antecedendo a Revolução dos Cravos (1974), Portugal foi perdendo seu poder de barganha e influência tanto com o Brasil quanto com as nações africanas que lutavam pela independência.

Indeed, from then on the government started to evaluate the actual political and economic advantages of keeping its “special relationship” with Portugal. Not being able – or perhaps to a lack of will – to change its own policy towards the issue without Portuguese support, Brasilia started to pressure Lisbon to do so following President Médici’s visit to Portugal (May 1973)⁵⁸⁷. Eventually, not being able to convince the Portuguese government to change its policy, Brazil finally decided to play down its connections with Portuguese Africa as a way of decreasing Brazilian commitment to the colonial administration. (PINHEIRO, 2013, P.234)

Embora o movimento terceiro mundista tenha ganhado força e espaço nas discussões dos foros internacionais antes da década de 1970, foi a partir do ano de 1973 que de fato constatou-se uma conjuntura internacional favorável, que se tornou mais relevante do que a manutenção de laços com Portugal e a longa relação de contradições e abstenções brasileiras em prol dos portugueses. A crise do Petróleo em 1973 e a possível interrupção do fornecimento de petróleo para o Brasil, somados à Revolução dos Cravos em 1974, fariam com que a tomada de posse do general Ernesto Geisel se tornasse um momento de virada histórica com relação aos países da África.

[...] Erodia-se o conceito de comunidade luso-brasileira em 1973, Delfim perdia para Gibson Barbosa, o Brasil não votava mais com Portugal na ONU e negava apoio à repressão portuguesa na África. Em suma passou a agir pelo interesse próprio e pelo africano, abandonando o alinhamento automático a Portugal. (CERVO e BUENO, 2002, p.422)

Em documento nomeado como "Política Externa", datado de 1975, é retratado com

detalhes a política externa brasileira do "ano base 1974"⁸. A importância da segurança e do desenvolvimento e a forma como esses dois aspectos guiavam as ações da política externa do país está estampado nas linhas e entrelinhas do documento, é assim que se justifica as ações diplomáticas do país e explica-se tanto os movimentos que estavam de acordo com o posicionamento histórico do país, quanto aqueles que demonstravam mudanças e poderiam estar passíveis de serem criticados.

A necessidade de colocar o Brasil como sendo um país que toma as suas decisões diplomáticas de forma independente e centrada no interesse pessoal pode ser interpretada como justificativa de mudanças da política externa que logo mais são descritas no documento. O uso da geografia é um aliado para explicar a nova política externa africana:

O Brasil tem uma política ecumênica, voltada para todos os quadrantes do globo. Essa atitude não o impede de dar especial ênfase ao relacionamento com as nações-irmãs e aquém e além-mar, convencido também o Governo de que, objetivamente, seus propósitos devem ser demonstrados, sobretudo, em nossa própria circunvizinhança. (MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. p.2)

A nova política africana brasileira desta forma, alinhava-se perfeitamente à necessidade de estreitamento das relações bilaterais entre o Brasil e suas "nações-irmãs" de além-mar. Em Cervo e Bueno (2002), menciona-se o fato de que o presidente "pressionou" o governo de Portugal a realizar o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, assim como também "favorecer" a independência de Angola e Moçambique, respectivamente (Cervo; Bueno, 2005, p.422). Embora esta e outras tentativas (como a de mediação) do governo brasileiro tenham sido fracassadas, isso não impediu que o Brasil passasse a tomar medidas efetivas em relação ao continente africano tal como o reconhecimento dos governos da Guiné-Bissau (1974) e posteriormente Moçambique (1975), Angola (1975), Cabo Verde (1975) e São Tomé e Príncipe (1975). Essas e outras medidas que viriam a ser tomadas em relação ao continente africano durante o governo Geisel (1974-1979), resultariam em ações diplomáticas que mudariam o rumo da política africana do país de forma quase radical, uma vez que implicaria eventualmente em embates com Portugal e a África do Sul, consideradas historicamente nações aliadas.

A Presidência da República, no início do atual mandato, determinou fosse prestada atenção prioritária às relações do Brasil com as nações africanas. Dentro desta orientação, o Governo empenhou-se numa revigorada política de aproximação tanto com os países independentes, quanto com os territórios não-autônomos do continente africano. Essa política, inspirada no princípio da autodeterminação, contém um elemento ético fundamental: o repúdio a todas as formas de colonialismo e à odiosa

⁸ Roteiro de Conversações. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE RB 1974.08.19, 9p.

prática da discriminação racial e do "apartheidismo". (MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. p.5)

Ainda de acordo com Cervo e Bueno (2002), sob a orientação de Azeredo da Silveira, o Brasil propagou para os países da África negra suas novas diretrizes da política externa brasileira, que consistiam em:

- a) incremento da cooperação Sul-Sul, em proveito do desenvolvimento mútuo;
- b) respeito aos princípios da soberania e autodeterminação dos Estados e da independência econômica das sociedades;
- c) repulsa ao colonialismo e à discriminação racial, com apoio à independência da Namíbia e ao governo de maioria negra do Zimbábue. (CERVO E BUENO,2002, p.422)

Em mensagem ao Congresso Nacional no ano de 1979, o Presidente Ernesto Geisel refletiu sobre a Política Externa de seu governo e como as mudanças no plano internacional influenciaram as diretrizes do Pragmatismo Ecumênico e Responsável. Ao relatar sobre a política externa brasileira para com o continente africano, frisou a importância do apoio brasileiro aos processos de independência "dos países submetidos à dominação colonial"⁹. Destacou a participação brasileira na Assembleia das Nações Unidas e sua atuação para apoiar a independência da Namíbia e do Zimbábue, além de reforçar a importância do reconhecimento pontual e por conseguinte fortalecimento das relações bilaterais com as ex-colônias de Portugal, destacando-se: Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Ao reconhecer a independência da Guiné-Bissau, o Brasil realizou o que foi considerado por Altemani (2005) como "um marco importante por ter sido antes de Portugal e sem tê-lo consultado a priori". Mas seria com o reconhecimento da independência de Angola que a política africana do Brasil abriria alas para conquistar a empatia dos recém independentes países da África negra.

De acordo com Pio Penna Filho e Antônio Carlos Moraes Lessa, em seu artigo intitulado: "O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil", o reconhecimento da independência de Guiné-Bissau se deu literalmente como um aviso prévio à Portugal, era oficialmente o momento em que se anunciava que a longa e vergonhosa relação de subserviência com Portugal havia se encerrado:

[...] Neste caso, o Itamaraty deu conhecimento prévio ao governo português, mas como a intenção era de fato pressionar Portugal, o comunicado só foi efetuado 24 horas antes do anúncio do reconhecimento. Estrangulada pela falta de tempo, Lisboa, através de gestões no mais alto nível governamental, tentou conseguir que o Brasil adiasse por "alguns dias" o reconhecimento, solicitação não atendida pelo governo brasileiro. O

9 Roteiro de Conversações. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE RB 1974.08.19, 9p.

Itamaraty avaliou que, agindo desta maneira, estaria apressando o processo de independência ao pressionar o governo português, o que evidencia, de fato, a primeira mudança substancial de orientação com relação ao colonialismo luso. (PENNA FILHO; LESSA, 2007, P.70)

O reconhecimento da independência da Guiné-Bissau seria o primeiro passo para iniciar o que seria o processo de reparação brasileira para com os países da África negra. O quase imediato estabelecimento de uma embaixada na Guiné-Bissau demonstrava as sérias intenções do governo brasileiro de finalmente estabelecer firmes e vindouros laços com as antigas colônias portuguesas. Em documento oficial presente no acervo pessoal do chanceler Azeredo da Silveira no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da FGV (Fundação Getúlio Vargas), sobre a decisão do governo brasileiro em relação à Guiné-Bissau, afirmou-se que: "A atitude brasileira contribuiu para apressar o processo de descolonização não só do povo guineense, mas também de outros territórios ainda não-autônomos [...]"¹⁰.

Ainda em 1974, com o Itamaraty sob os comandos de Azeredo da Silveira e com Ítalo Zappa como chefe da Divisão de África, foi realizada missão especial rumo aos países da África negra. O objetivo era claro: abrir caminho para a política africana brasileira e convencer as novas nações africanas de que o Brasil realmente estava pronto para se posicionar firmemente a favor das antigas colônias de Portugal e estabelecer estreitas e especiais relações com a África negra. A missão teve como destino inicial o Senegal, país que também contou com a visita do ministro das Relações Exteriores brasileiro e logo depois seguiu para o Quênia.

Em documento secreto datado de 15 de agosto de 1974, foram elencados os tópicos que deveriam ser tratados tanto pelo Presidente Geisel quanto pelo Ministro das Relações Exteriores Azeredo da Silveira com o Presidente da Costa do Marfim Félix Houphouët-Boigny, que visitaria o país junto com representantes de seu governo. Entre os principais tópicos a serem discutidos estavam o processo de descolonização em especial das colônias portuguesas, a questão do apartheid e a postura invasiva da África do Sul nos territórios da Rodésia do Sul e Namíbia e a participação brasileira no Fundo Africano de Desenvolvimento¹¹.

Sobre o processo de descolonização, as orientações afirmavam ser a postura de ambos os países a mesma. Já em relação ao regime de apartheid e a África do Sul e suas intervenções na Rodésia e Namíbia não apenas afirmou-se serem semelhantes as posições de ambos os países,

¹⁰ Representação Especial em Luanda. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE RB 1974.08.19, 3.8.75, 5p.

¹¹ Assembleia Especial sobre a Namíbia. Visita do Presidente Carter. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE BE 1976.00.00, 24.04.78, 10p.

mas também foi recomendado que se requisitasse dos "dirigentes marfinianos uma indicação de como deverá proceder a Costa do Marfim após as Decisões de Dar-es-Salam." Entendia-se que naquele momento era de extrema importância um alinhamento do posicionamento brasileiro com as demais nações africanas. Pontua-se que a Costa do Marfim possuía até o momento um posicionamento de certa forma amigável com relação a África do Sul optando pelo diálogo e não isolamento, entretanto acreditava-se que devido à críticas realizadas por outras nações africanas, o posicionamento da Costa do Marfim viria a mudar e se tornar "mais agressivo". Por conseguinte, o Brasil deveria sondar os representantes marfinianos para posteriormente e possivelmente alinhar-se com o país africano, em busca de favorecer sua política africana. Finalmente sobre a participação brasileira no Fundo Africano de Desenvolvimento, recomendou-se destacar a colaboração brasileira no total de 3 milhões de dólares¹².

Em dezembro de 1974, foi realizada a primeira reunião com representantes da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), onde os representantes brasileiros, entre eles Ítalo Zappa, foram recebidos com palavras de impetuosidade e repulsão, saldos negativos pelo posicionamento brasileiro anterior em relação ao colonialismo português.

A postura dos líderes de Moçambique mostrava que seriam necessárias mais do que palavras para aceitar de fato a mudança na política externa brasileira e o rancor da FRELIMO foi notório durante a festa de independência do país, na qual os líderes/representantes brasileiros não foram convidados. Como resposta à forte resistência de Moçambique, o Itamaraty recorreu ao habilitado diplomata Ítalo Zappa para executar o cargo de embaixador brasileiro na cidade de Maputo.

Entre as ex-colônias portuguesas, Moçambique foi o caso mais complicado para a diplomacia brasileira. Os moçambicanos não estavam dispostos a esquecer tão facilmente o comprometimento brasileiro à causa portuguesa. Reflexo imediato disso foi que a Frelimo não concordou, de imediato com a proposta brasileira de criação de uma Representação Especial em Lourenço Marques (atual Maputo). O Brasil não teria prioridade alguma no relacionamento com o novo país, e a sua proposta seria discutida, juntamente com outras, quando o Diretório da Frelimo se reunisse, provavelmente em Janeiro de 1975. (PENNA FILHO; LESSA, 2007, P.72)

Ovídio de Andrade Melo retrata em seu livro "Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty: relatos de política externa de 1948 à atualidade" (2009), detalhes de sua experiência em missão na África. O objetivo da missão de Andrade Melo era a mesma das missões anteriores realizadas por Zappa e Silveira: estabelecer conexões com as nações da África Negra e abrir representações especiais. A primeira experiência em Moçambique narrada

¹² Primeira Reunião do Presidente Ernesto Geisel com o Presidente Jimmy Carter. Visita do Presidente Carter. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE BE 1976.00.00 12p.

por Andrade Melo pode ser resumida como amigável e embora o estabelecimento da representação especial não tenha sido aceita de imediato, a ajuda humanitária oferecida pelo governo brasileiro à Moçambique através do diplomata brasileiro foi bem recebida.

Embora o objetivo de estabelecer uma representação especial em Moçambique não tenha sido conquistado de imediato, Ovídio de Melo transferiu seus esforços para Angola. Conseguiu, como o próprio narrou em sua obra de 2009, durante uma viagem de avião com o representante do movimento MPLA Agostinho Neto a complacência para inaugurar a representação especial brasileira em Luanda. Ovídio de Melo também se reuniu com os representantes da UNITA(União Nacional para a Independência Total de Angola) e FNLA(Frente Nacional de Libertação de Angola), que também responderam de forma positiva em relação à proposta de uma representação especial do Brasil em Angola.

Ao retomar o contato com o representante da FRELIMO, Marcelino dos Santos, e informar sobre sua experiência com os três líderes do movimento de independência em Angola, que eram favoráveis a abertura de uma representação especial, Ovídio de Melo se encontrou em uma difícil posição, onde deveria afirmar que a ajuda humanitária antes oferecida pelo governo brasileiro havia sido retirada. Todavia, como instruído por Zappa deveria realizar a proposta da visita da ESG (Escola Superior de Guerra) à Moçambique. E é então em seu segundo contato com o representante da FRELIMO que a proposta de estreitamento de laços entre Brasil e Moçambique novamente é hostilizada, como anteriormente mencionado, devido ao histórico complacente brasileiro ao colonialismo português.

Para mim, a posição, por demais ressentida e pouco coerente de Moçambique era eminentemente política: a Frelimo queria primeiro ver como o Brasil iria se comportar em Angola, agora que lá abríamos uma Representação Especial. As relações com Moçambique dependeriam certamente do que fizéssemos em Angola. E relações de confiança com a África Negra, a mais longo prazo, o Brasil só poderia ter caso se entendesse bem com os novos países que falam português naquele continente. A Representação Especial em Luanda assim ganharia uma dimensão maior e uma importância decisiva nas relações futuras com a África. Passava a ser o laboratório experimental para as relações com todo um continente. (MELO, 2009, P. 114)

Em 1975, o Brasil instaurou uma Representação Especial em Angola, onde o diplomata Ovídio de Andrade Melo viria a ser o responsável pelo estabelecimento de relações com o país: "sua missão em Luanda pautou-se pela orientação de acompanhar o processo de descolonização e estabelecer contatos com a liderança dos movimentos que lutavam pela independência" (Penna Filho; Lessa, 2007, p.73). Em documento secreto-exclusivo de Azeredo da Silveira para Ítalo Zappa, o Ministro das Relações Exteriores reflete sobre a abertura da Representação Especial em Luanda e na manutenção do posicionamento brasileiro em não demonstrar "apoio ostensivo" para nenhum dos três movimentos de libertação envolvidos no processo de independência de

Angola. O Ministro chegou a afirmar que a derrota do MPLA para o FNLA ou ANITA, seria "uma solução melhor do que o prevalecimento puro e simples do MPLA, de notória orientação marxista [...]"¹³.

Embora os países da África negra em geral fossem atrativos para o Brasil por conta dos objetivos da política externa brasileira do governo Geisel anteriormente mencionados, algumas nações ganharam atenção maior devido à possibilidade de serem fornecedores de petróleo e terem um perfil mais adequado para a importação de produtos brasileiros, entre essas nações cabe destacar Nigéria, Senegal e Angola (Penna Filho; Lessa, 2007, p.70). Uma vez tendo falhado as iniciativas de aproximação com Moçambique, Angola se tornou o farol para o estabelecimento de relações com os países da África negra.

O processo de independência de Angola foi complexo e conturbado. Havia o embate entre três movimentos de libertação: a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Através de ofício, o diplomata Ovídio de Andrade Melo recomendou o reconhecimento da independência de Angola, com o intuito de redimir o Brasil pelo longo posicionamento de cumplicidade à Portugal. O Itamaraty eventualmente recomendou o reconhecimento da independência da nova nação que aconteceu no dia 10 de novembro, um dia antes da independência de Angola em 11 de novembro de 1975. Ovídio de Melo revelou em sua obra (2009), que durante as preparações para a festa de independência de Angola, ao se encontrar com Marcelino dos Santos (FRELIMO), este o disse que "dali por diante as relações do Brasil com Moçambique seriam de amizade" (Melo, 2009, p.130).

O reconhecimento de Angola foi uma tomada de decisão polêmica que levantou críticas e questionamento de forças da oposição no âmbito interno uma vez que o MPLA era um movimento de centro-esquerda com tendências marxistas e havia o envolvimento de tropas cubanas no conflito de independência do país. As consequências da tomada de decisão resultaram na necessidade de justificativas por parte do presidente para evitar represálias:

Geisel chegou a abordar em quatro momentos o caso específico de Angola, justificando o engajamento brasileiro na ex-colônia de Portugal: "Se nós estivermos ausentes, aí é que a influência cubana e a influência soviética crescerão em Angola. Não é que o Brasil pretenda se opor a essa influência, mas sua presença será, sem dúvida, saudável" (GEISEL, 1977, p. 85); "[...] Acho que se o Ocidente estiver mais presente na África, em Angola e em Moçambique, nós teremos uma maneira de nos contrapormos" (GEISEL, 1977, p. 125); "[...] A nós o que nos preocupa é o desdobramento de Cuba fora de sua área. Devo, particularmente, registrar a presença de forças cubanas na África" (GEISEL, 1979a, p. 58-59); "Estamos em Angola,

13 Linhas Mestras da Política Externa Brasileira. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 2.78, 6 p.

estamos em Moçambique, em Guiné-Bissau e em outras áreas, procurando cooperar e, através desta cooperação, mostrar a esses países que eles poderão ter outras opções que não seja a opção comunista” (GEISEL, 1979a, p. 175-177). (KOWALSKI, 2018, P.75)

Melo (2009) explica que a Representação Especial em Luanda tinha o conhecimento do envolvimento de tropas da África do Sul no processo de independência de Angola todavia só ficaram sabendo da participação de tropas cubanas em Luanda alguns dias após a festa de independência de Angola em 11 de novembro de 1975. Para Melo, o reconhecimento da independência de Angola sob o governo do MPLA por si só já significava o enfrentamento de forças contrárias internas no Brasil, mas a confirmação de envolvimento de Cuba elevaria o patamar dos questionamentos.

Na minuta de telegrama datada de 24 de abril de 1978, classificada como "urgentíssimo" e intitulada como "Assembleia Especial sobre a Namíbia". Visita do Presidente Carter", foi realizado um resumo sobre os principais tópicos discutidos entre o Presidente Geisel e o Presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter durante a visita do presidente estadunidense no Brasil. Entre os relatos feitos foi ressaltado a reação do Presidente Geisel ao receber elogios do Presidente Carter sobre a política africana do Brasil, em especial o reconhecimento da independência de Angola, o mesmo teria observado que a posição estadunidense teria mudado pois à época da independência de Angola, o posicionamento brasileiro teria sido duramente criticado pelo governo norte-americano. Ainda no mesmo documento, afirmou-se que a pedido do governo brasileiro foi retirado do comunicado Conjunto de Imprensa entre os países "qualquer menção às questões africanas". Era de interesse do Brasil que os tópicos referentes à África fossem discutidos secretamente, utilizou-se a justificativa de que as questões africanas deveriam ser resolvidas pelos africanos.¹⁴

Em outro documento classificado como secreto-exclusivo e intitulado "Primeira Reunião do Presidente Ernesto Geisel com o Presidente Jimmy Carter", que também narrou as conversações entre os presidentes do Brasil e dos Estados Unidos salientou-se o interesse estadunidense em realizar consultas rotineiras com representantes brasileiros sobre as questões na África, algo que o Presidente Geisel concordou em realizar, assim como acentuou as relações

14 Pronunciamento do Senhor Embaixador Antônio F. Azeredo da Silveira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, perante as comissões de relações exteriores do senado federal e da câmara dos deputados, em reunião conjunta, no dia 11 de agosto de 1976. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 11.08.76, 25 p.

amistosas entre as nações africanas e o governo brasileiro¹⁵.

[...] O Presidente Carter acrescentou que esperava poder contar com a compreensão e apoio brasileiros, propondo-se a informar o Governo brasileiro, através do Ministro Silveira, do desenrolar da reunião da Lagos e outros eventos. Tratava-se, a seu ver, de uma situação potencialmente explosiva, passível de degenerar um conflito de proporções continentais. Impunha-se uma atitude de extrema cautela. Em vista da relutância dos norte-americanos de se envolverem em conflitos militares e da atitude inversa demonstrada por Cuba existia indubitavelmente o risco de vir a prevalecer a posição cubana, por indesejável que fosse. (MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE BE 1976.00.00 12p.)

Embora a decisão calculada e planejada de reconhecer a independência de Angola tenha de fato aberto os caminhos para o aprofundamento das relações entre o Brasil e os países da África Negra, os questionamentos internos em relação ao envolvimento de tropas cubanas e o conhecimento do Brasil sobre tal acontecimento foi pauta para ser trabalhada, desmentida e justificada pelos próximos anos do Governo Geisel. Em documento datado de 16 de agosto de 1978, que relata as "Linhas Mestras da Política Externa Brasileira", Azeredo da Silveira retrata o bom relacionamento com os países da África Negra, ressaltando a defesa do princípio de autodeterminação dos povos e ao mesmo tempo enfatizando que o princípio de não-interferência permanecia sendo respeitado pela diplomacia brasileira e embora o foco do parágrafo em relação ao continente africano tenha dado atenção maior no apoio brasileiro para a independência da Namíbia e da Zimbábue, três anos após o reconhecimento de Angola, ainda se fazia necessário retomar explicações e justificativas que assegurassem que o reconhecimento de um governo de esquerda em Angola (MPLA), nada mudaria na relação entre o Brasil e demais nações de esquerda, mas especificamente Cuba¹⁶:

Com referência a Cuba, desejo confirmar que efetivamente não mantemos relações diplomáticas com aquele país. Os motivos dessa situação são de conhecimento geral e dizem respeito ao comportamento de Cuba com relação à América Latina. Não temos planos de promover a modificação da situação atual. (MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. p.4-6)

Em discurso ministrado durante reunião com as Comissões de Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara de Deputados em 1976 Azeredo da Silveira enfatizou como a

¹⁵ Pronunciamento do Senhor Embaixador Antônio F. Azeredo da Silveira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, perante as comissões de relações exteriores do senado federal e da câmara dos deputados, em reunião conjunta, no dia 11 de agosto de 1976. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 25 p. 11.08.76, p.6

¹⁶ Pronunciamento do Senhor Embaixador Antônio F. Azeredo da Silveira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, perante as comissões de relações exteriores do senado federal e da câmara dos deputados, em reunião conjunta, no dia 11 de agosto de 1976. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 25 p. p.14

mudança no Sistema Internacional e a ascensão de novos atores criou um panorama onde as mudanças da política externa de países emergentes como o Brasil se faziam necessárias¹⁷. Ao elucidar a importância dos processos de industrialização e descolonização, buscou justificar mudanças significativas na política externa brasileira, em especial na política africana brasileira.

Tanto o posicionamento brasileiro em relação ao continente africano nos foros internacionais quanto às atitudes diplomáticas tomadas em âmbito bilateral para aproximar o Brasil dos países da África Negra eram fundamentados de acordo com o Chanceler não somente pelo contexto internacional e objetivos nacionais mas também pelo "nosso repúdio ao racismo e ao colonialismo, nossa condenação às tentativas de "congelar" qualquer estrutura de poder que consagre relações de hegemonia e de dominação, bem como nossa adesão aos princípios da não-intervenção e da autodeterminação [...]"¹⁸.

Azeredo da Silveira buscou mostrar que a aproximação com o continente africano justificava-se além de razões de laços históricos e culturais, mas que havia na África Negra potencial comercial e econômico. Todavia, para que o potencial destas relações fosse atingido não dependeria somente da ação exclusiva do governo, isto é do Itamaraty, mas envolveria também "uma ampla e dinâmica colaboração entre todos os setores nacionais interessados"¹⁹. O objetivo de trazer a responsabilidade para o setor privado e ultrapassar as fronteiras do setor público, pode ser interpretada como uma necessidade para conter a resistência da tentativa de congelamento da relação com a África do Sul e combater as fortes críticas recebidas após o reconhecimento da independência de Angola. Além de trazer os aspectos econômicos para o discurso, o Ministro das Relações Exteriores também abordou a questão ideológica e buscou aferir que a questão da independência das antigas colônias de Portugal, advinham de um quadro muito mais complexo do que a dualidade advinda da Guerra Fria:

A realidade africana, entretanto, é uma realidade complexa. Noções estereotipadas encontram escassa aplicação na análise do fato político africano. Com frequência, elas contribuem para torná-lo mais nebuloso, dificultando sua apreensão racional. Isso ocorre, por exemplo, quando se atribui aos movimentos de libertação africanos ideologias muito precisas e preferências bem determinadas no plano da política internacional global. Uma análise mais fria da experiência africana parece indicar que mais determinante do que as diferenças teóricas é a profunda divisão de cada país em diferentes tribos e etnias, e que o que a África realmente busca prioritariamente é a identificação e a afirmação das realidades nacionais do continente e a unificação dos

17 Relatório - Realizações do Governo Geisel (1974-1979). Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 298 p

18 Relatório - Realizações do Governo Geisel (1974-1979). Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 298 p

19 Relatório - Realizações do Governo Geisel (1974-1979). Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 298 p

esforços dessas Nações, em prol do progresso e da eliminação das sobrevivências do colonialismo. A convicção que me fica do estudo da realidade africana é a de que tais sentimentos nacionais terminarão por prevalecer sobre preocupações doutrinárias. Mesmo porque, ainda com roupagens novas, estas são, ainda, no plano cultural, uma reminiscência colonial. (MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 25 p. p.13-14)

De acordo com Troitinho e Silva (2017), 70% das importações realizadas durante o governo Geisel eram referentes à importação de petróleo. Este dado justifica e exemplifica a importância que o alinhamento do Brasil com os países da África negra se mostraram necessários na época. Além de prover petróleo para o Brasil, os produtos industrializados brasileiros encontraram oportunidades no mercado africano. Todavia, haviam obstáculos para o aprofundamento da relação comercial Brasil-África:

Entretanto, a política comercial com a África enfrentou alguns obstáculos, que ocasionaram no declínio posterior das relações do Brasil com esse continente. De início, pode-se elencar a estrutura desigual dessa relação, uma vez que o Brasil copiava os padrões metropolitanos de relacionamento com a região. Além disso, o país enfrentava a concorrência das relações privilegiadas que os países africanos mantinham com as ex-metrópoles. Como consequência, o Brasil estabelecia estruturas próprias para desenvolver as relações com a região e enfrentar a competição internacional. Trading companies estatais como a Interbrás e Cobec e o Banco do Brasil instalaram-se nos principais centros comerciais africanos (LIGIÉRIO, 2011, p. 238; SILVA, H, 2004, p. 435) e, a despeito dos desafios, as exportações brasileiras para a África independente cresceram consideravelmente durante o governo Geisel de US\$190 milhões para US\$600 milhões (LEITE, 2011, p. 145). (TROITINHO; SILVA, 2017, P.178)

Em sua tese de doutorado intitulada: "Geopolítica brasileira na África subsaariana: assertivas cooperativas e ou conflitivas dos governos de Geisel (1975-1979) e Lula (2003-2006): um estudo comparado", Herbert Schutzer descreve as relações bilaterais entre o Brasil e os países do continente africano e classifica as ações efetivas entre os países como "atos internacionais", que durante o governo Geisel em relação a África Subsaariana teriam abrangido entre 10 a 19 países, sendo esses atos internacionais: "acordos, protocolos e memorandos" (Schutzer, 2009, p.131). Entre as nações escolhidas para os atos internacionais estão: África do Sul, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Mauritânia, Nigéria e Senegal. Ao total foram 14 (quatorze) Embaixadas estabelecidas na África Subsaariana e duas Embaixadas (Gabão e Togo) residentes no Brasil e cinco Embaixadas cumulativas (Mali, Serra Leoa, República da Guiné e Maurício)²⁰.

Embora seja reconhecido que a política africana do Brasil localizou seus maiores esforços e obteve seus maiores resultados com as nações africanas de expressão portuguesa, tais

20 Política Externa. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 11 p. p.5

como Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, a política externa brasileira para a África durante o Governo Geisel(1974-1979) também estreitou seus laços com nações africanas da África Austral e Oriental²¹.

Em relatório sobre as “Realizações durante o Governo Geisel (1974-1979) do Ministério das Relações Exteriores presente no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), afirma-se que a Nigéria era destino 60% das exportações brasileiras em direção à África Negra, tendo a relação comercial entre os dois países, um avanço de 12 milhões de dólares em 1974 para 206 milhões de dólares em 1977 e passando de 250 milhões de dólares em 1978²². Outras nações que estreitaram os laços com o Governo brasileiro intensamente foram Angola e Moçambique. As importações do Brasil para Angola saíram do valor de 4.525.000 dólares em 1974 para 26.184.000 dólares em 1977. As exportações angolanas para o Brasil estavam em 2.595.000 dólares em 1974 e passaram para 1.203.000 dólares em 1977. No caso de Moçambique, as importações do Brasil saíram de 5.660.000 dólares em 1974 para 10.214.000 dólares em 1977 e as exportações moçambicanas para o Brasil que eram de 2.568.000 dólares em 1974 caíram para 71.000 dólares em 1977.

Para Angola e Moçambique também se concentraram as maiores linhas de concessão de créditos cedidas pelo Banco do Brasil para que fossem realizadas as compras de produtos brasileiros: para Angola foi concedido um total de 80 milhões de dólares, enquanto que para Moçambique foi concedido o total de 50 milhões de dólares. As trocas comerciais com Quênia e Tanzânia também obtiveram destaque durante o Governo Geisel. As exportações para o Quênia passaram de 1.170.000 dólares em 1974 para 5.365.000 dólares em 1977. Já as exportações para a Tanzânia saíram de 13.000 dólares em 1974 para 7.867.000 dólares.

Feitos da Política Africana Brasileira durante o Governo Geisel (1974-1979)

1974	Reconhecimento da independência de Guiné-Bissau; Visita ministerial da Nigéria; Visita de Azeredo da Silveira ao Senegal;
1975	Representação Especial em Angola; Reconhecimento da independência de Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe; Embaixada do Brasil em Luanda; Visita do Chefe de Estado Africano do Gabão;

²¹ Convenção Internacional sobre a Supressão e Punição do Crime de Apartheid. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE RB 1974.08.19 17p.

²² Assembleia Especial sobre a Namíbia. Visita do Presidente Carter. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE BE 1976.00.00 10p.

	<p>Estabelecimento de Missões Diplomáticas com Gabão; Visita ministerial do Gabão; Visita de Azeredo da Silveira a Costa do Marfim; Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Quênia e Procurador-Geral e do Presidente da Assembléia Nacional da República do Quênia para assinatura de Comunicado Conjunto; Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Zâmbia; Participação de firma brasileira no projeto hidrelétrico no Zaire e na IV Feira Internacional de Kinshasa; Visita de delegação técnica brasileira à Guiné-Bissau e a Cabo Verde e assinatura de memorandos; Visita do Comissário dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau; Missão brasileira em São Tomé e Príncipe;</p>
1976	<p>Visita de Chefe de Estado Africano do Senegal; Nova sede da Embaixada do Senegal em Brasília; Comissão Mista de Cooperação com Senegal; Visitas de Ministros de Estado da África Ocidental e Central: Nigéria, Gabão, Costa do Marfim, Senegal, Alto Volta, Camarões, Congo, Gana, Libéria, Mauritânia e Togo; Visita ministerial do Alto Volta; Visita do Chanceler do Reino do Lesoto; Missão Comercial do Gabão e concessão brasileira de linha de crédito de 119 milhões de dólares; Participação brasileira na Feira de Comércio de Gana e concessão brasileira de linha de créditos no valor de 35 milhões de dólares; Realização no Brasil de Comissão Mista Brasil-Senegal; Embraer fecha contrato no valor de 5,7 milhões de dólares com Togo;</p>
1977	<p>Visita ministerial da Nigéria, Togo e Senegal; Estabelecimento de agência de Banco brasileiro na Costa do Marfim; Acordo Comercial com Libéria; Visita do Comissário das Pescas da Guiné-Bissau; Visita do Ministro da Educação de Cabo Verde e assinatura de "Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica"; Presença de representação moçambicana às "Brasil Export"; Visita de líder religioso da Nigéria; Participação brasileira no Festival de Arte e Cultura Afro-Negra, na Conferência contra o apartheid e na Conferência em Apoio dos povos do Zimbábue e da Namíbia; Incorporação de embargo à África do Sul;</p>
1978	<p>Visita do Rei de Gana; Visita ao Brasil de Comitiva de recrutamento da Comissão Nigeriana do Serviço Público Federal; Implementação de Programa de Soja brasileira na Costa do Marfim; Participação de Construtora brasileira na construção de rodovia na Mauritânia; Visita de missão comercial do Congo; Visita do Chanceler de Guiné-Bissau, assinatura de três acordos básicos (Acordo de Amizade, Cooperação e</p>

	Comércio, Acordo de Cooperação Técnica e Científica e Acordo de Comércio) e um Comunicado Conjunto; Presença de representação moçambicana às "Brasil Export";
1979	Visita do Vice-Presidente da Nigéria e assinatura de 6 (seis) acordos: Acordo de Amizade, Cooperação e Comércio; Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica; Acordo sobre a criação de uma Comissão Mista de Coordenação; Acordo sobre Serviços Aéreos; Acordos, por troca de notas, sobre Rádio e Televisão; e Protocolo Adicional ao Acordo Cultural de 16 de novembro de 1972;

Fonte: MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16 298p. Elaboração Própria.

Entendia-se necessário uma mudança de comportamento da diplomacia brasileira que iria além do fim da relação de amizade com Portugal e esforços bilaterais com as nações da África Negra para que a política africana do Brasil obtivesse os resultados desejados, concluiu-se necessário um posicionamento mais firme em relação ao regime de discriminação racial, apartheid na África do Sul. Por conseguinte, o status da relação bilateral entre Brasil e África do Sul precisou sofrer alterações, assim como o posicionamento brasileiro nos foros internacionais.

No primeiro ano do governo Geisel, a mudança de status com a África do Sul já era enunciada, uma vez que ao estabelecer a Embaixada em Pretória, fez-se questão de elucidar que a ação foi realizada “apenas por motivos de ordem administrativa interna uma vez que aquela primeira categoria de missão diplomática foi extinta por decreto do Poder Executivo” e desta forma, garantia-se a congruência com a postura condenatória que o país começou a adotar em relação ao apartheid²³.

Um dos pontos a destacar na política africana de Geisel é a mudança de atitude em relação à África do Sul. Conforme já foi destacado, o apoio, mesmo que velado, ao regime de Pretória foi um dos pontos chave da política africana dos governos anteriores. Geisel rompe com essa lógica, e o Brasil passa a condenar publicamente o Apartheid. (ROSI, 2010, P.36)

CAPÍTULO III : A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE GEISEL PARA A ÁFRICA: DILEMA ENTRE ÁFRICA DO SUL, O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E O REFLEXO DA POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS

²³ II Festival Mundial de Artes Negras. Acusações de racismo ao Brasil. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE D 1974.03.26 3p.

3.1 - O mito da democracia racial no Brasil e seu impacto na Política Africana do Brasil durante o governo Geisel (1974-1979)

Braga e Milani (2019) traçaram paralelos entre as identidades nacionais estabelecidas durante o século XX no Brasil e na África do Sul: " [...] ambos os Estados constroem grandes narrativas nacionais no século XX no intuito de homogeneizar uma identidade onde a questão racial tem papel central [...]" (Braga; Milani, 2019, p.7). Na África do Sul, ao final da década de 1940 se estabelecia o regime de segregação racial do apartheid; enquanto no Brasil ainda na década de 1930, Gilberto Freyre propagava o mito da democracia racial brasileira.

De acordo com George Reid Andrews, em seu artigo "Brazilian Racial Democracy, 1900-90" publicado em 1996 o mito da democracia racial teria começado no Brasil ainda no século XIX com o processo de branqueamento da população. Ao optar pelo branqueamento, o país encontrava uma alternativa à teoria de degeneração de raças e deixava em aberto a possibilidade de tornar o Brasil "capaz de se juntar à comunidade de nações brancas" (Andrews, 1996, p.4).

It also formed a powerful incentive to Brazilian policy-makers to speed up the process of whitening, or branqueamento, by excluding non-whites from Brazil's genetic pool and increasing the European component. The 1891 constitution prohibited African and Asian immigration into the country, and the federal and state governments of the First Republic (1891-1930) made concerted efforts to attract European immigration. These efforts bore fruit in the form of 2.5 million Europeans who migrated to Brazil between 1890 and 1914, 987.000 with their steamship passage paid for by state subsidies. After a lull during the first world war, another 847.000 Europeans arrived during the 1920s. (ANDREWS, 1996, 4-5p)

As consequências do branqueamento da população não foram exatamente como esperadas, uma vez que a elite brasileira encontrou nos imigrantes europeus competitividade e ameaça ao estilo de vida da classe alta do país. Com o estabelecimento do Estado Novo pelo Presidente Getúlio Vargas (1937-1945), fez-se oportunidade de se utilizar da ideia de democracia racial desenvolvida por Gilberto Freyre em 1933. Para Gilberto Freyre, o Brasil representava algo novo: "o novo mundo nos trópicos" (Andrews, 1996, p.6).

De acordo com Braga e Milani (2019), o mito da democracia racial brasileira de Gilberto Freyre foi criado como uma resposta da elite brasileira que desde a política de branqueamento precisava conter possíveis revoltas da população contra as divisões de classe e desigualdade visíveis, consequências da política escravagista do Brasil. Ainda de acordo com os autores, usar da comparação do processo de miscigenação no país com o regime de segregação racial na

África do Sul (apartheid) e o Movimento dos Direitos Civis (1954-1968) nos Estados Unidos, colaborou para que se estabelecesse uma identidade nacional harmônica entre as raças.

Gilberto Freyre, que colocou a suposta ausência de consciência de raça do colonizador português como um diferencial na formação da identidade nacional brasileira. Segundo Freyre, “nossa formação social fez-se pela solidariedade de ideal ou fé religiosa, que nos supriu a lassidão de nexos político ou de mística ou de consciência de raça” (Freyre, 1998, p. 271). A capacidade de resolução dos conflitos e o equilíbrio dos antagonismos sociais foram as marcas desse Brasil antropofágico, conforme noção modernista, que poderia dar sua contribuição ao mundo justamente por esse potencial de mistura e hibridismo. O mito da democracia racial foi uma solução sofisticada para um problema de pluralismo racial e cultural, mas também de desigualdade socioeconômica diretamente vinculada ao estatuto da raça. Os discursos da elite disseminaram a ideologia de harmonia racial e excepcionalismo, que se tornou base da identidade nacional (Hanchard, 1994, p.47). O Estado encontrou na democracia racial a fórmula de homogeneizar a narrativa nacional, dirimir os possíveis conflitos étnicos e perpetuar patamares de desigualdade entre os mais elevados do mundo. (Braga; Milani, 2019, 8p)

Ao estabelecer que não havia no Brasil uma “dominação racial”, atrasou-se a possibilidade de desenvolvimento de um movimento negro no Brasil, situação que se agravou ainda mais durante a Ditadura Militar (1964-1985), especialmente durante a década de 1970, período no qual a imagem internacional do país como uma democracia racial se tornou ponto importante na Política Externa do Brasil (Braga, Milani, 2019, p.9). Segundo Andrews (1996), durante a década de 1960 e 1970 o regime militar ditatorial no Brasil reagiu "fortemente" às denúncias e críticas feitas sobre a questão racial no país. A resposta do governo militar teria sido encaixar o movimento negro como "subversivo e de esquerda" (Andrews, 1996, p.10).

This small but highly provocative wave of research and writing cracked the wall of unanimity within the Brazilian academy on the question of racial democracy. [...] And Gilberto Freyre joined in the attack on "pseudo-sociologists" and "communists" who, in criticizing racial democracy, "act in an anti-Brazilian manner" and suffer from "a lamentably anti-Brazilian attitude". (ANDREWS, 1996, 10p)

De acordo com Jerry Dávila, em seu trabalho intitulado "Ditadura, redemocratização e apartheid no Brasil" de 2015, a retomada e fortalecimento do mito da democracia racial no Brasil ocorreu nas décadas de 1960 e 1970 com o intuito de estreitar as relações com as nações da África Negra (Dávila, 2015, p.4). Para que tal objetivo fosse concretizado utilizou-se dos laços históricos e culturais iniciados pelo tráfico de escravos, assim como também pela posterior crítica e condenação ao apartheid na África do Sul.

No início da década de 1960, o Brasil virou o primeiro país da América Latina a desenvolver relações com países africanos em processo de descolonização. Diplomatas e políticos brasileiros achavam que a África independente seria o polo comercial e geopolítico acima da qual o Brasil construiria sua potência mundial. Achavam que boas relações com o bloco afro-asiático emergente ajudaria à

diplomacia brasileira a realizar objetivos como a conquista de uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. Achavam também que os novos países seriam mercados naturais para produtos produzidos pelo nascente polo industrial brasileiro (na década de 70, eletrodomésticos brasileiros foram comercializados na África como “tecnologia tropical” mais adequada as condições africanas). (DÁVILA, 2015, 4p)

Luiz Rafael Mayer, Consultor-Geral da República, firmou durante Consultoria Geral realizada no ano de 1976 sua opinião contrária à adesão brasileira à Convenção Internacional sobre a Supressão e Punição do Crime de apartheid devido as "[...] ponderáveis inadequações a princípios tradicionalmente consagrados no sistema jurídico-penal [...]". Todavia, ao discordar abertamente das orientações do Ministro das Relações Exteriores Azeredo da Silveira, que recomendava a adesão brasileira à Convenção para que se firmasse um posicionamento coerente perante a nova política africana do Brasil, Mayer se utilizou não apenas de justificativas do campo jurídico, citando as imputações negativas dos pontos da Convenção em âmbito nacional, como também se utilizou de ideias e argumentos que se baseavam na ideia de que o país realmente representava em sua totalidade uma democracia racial²⁴:

[...]Por último, salienta-se que se o Brasil deixar de aderir à referida Convenção, não terá abdicado de sua política anti-racista a nível de posição com validade diplomática, na conformidade das atitudes que o Governo brasileiro tem assumido, no particular. As razões para tanto, de ordem técnico-jurídica, parecem não infirmá-la. Em reforço disso, bastaria apontar, além do que já foi dito, com muita propriedade, no documento do Ministério das Relações Exteriores, a sensível preocupação do ordenamento jurídico brasileiro em profligar as manifestações de discriminação racial, transformando em bem jurídico, sob a proteção das leis, igualdade das raças. A Constituição Brasileira ao repudiar a discriminação racial, determina que seja punido por lei o preconceito de raça (art.153, §1º). A Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, inclui entre as contravenções penais, sujeitas à pena de prisão, prática de determinados atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor; a Lei nº 2.889, de 1 de Outubro de 1956, que define e pune o crime de genocídio, inclui como um dos elementos internacionais de sua configuração a destruição de grupo racial; e o Decreto -lei nº898, de 29 de setembro de 1969, que define os crimes contra a segurança nacional, e a ordem política e social, capitula como crime, a que comina a pena de reclusão de 10 a 20 anos, o incitamento ao ódio ou à discriminação racial (art.39). (MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE RB 1974.08.19 17p)

Foi possível observar a utilização e a relevância da ideia de democracia racial no Brasil não somente nos discursos oficiais e públicos do governo brasileiro, como também nos documentos de circulação exclusivamente interna do Itamaraty. Não seria diferente no que se refere às relações bilaterais com outros países. Em documento que relata os tópicos discutidos entre o Presidente Jimmy Carter dos Estados Unidos em visita ao Brasil com o Presidente

24 Política Externa 1977 (ano base 1976). Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 30 p. p.2

Ernesto Geisel, afirmou-se que "é parte essencial da política brasileira com relação à África a condenação inequívoca ao racismo e aos remanescentes do colonialismo". A ideia que se pode observar é a necessidade de manter uma visão em que o Brasil é inerente contra a discriminação racial e por conseguinte ao apartheid: ignorando o cenário nacional, exceto quando necessário reconhecer os atos legislativos referentes ao racismo²⁵.

O episódio em que um professor brasileiro é boicotado pelos representantes do governo brasileiro durante o II Festival Mundial de Artes Negras, que foi sediado em Lagos no ano de 1977, evidencia a importância da manutenção da imagem da democracia racial no Brasil perante o Sistema Internacional, em especial para as nações da África Negra. No episódio em questão, o professor Abdias Nascimento foi barrado de apresentar sua monografia intitulada "Democracia racial no Brasil - mito ou realidade?".

Em documento assinado pelo Chanceler Azeredo da Silveira destinado ao Presidente Geisel, o Ministro relatou a tentativa do professor de expor o governo brasileiro por tentar branquear a população do país: "Ele desenvolve aí a opinião de que, no Brasil [...] procura-se destruir o negro por casamento interraciais". Azeredo prosseguiu o relato, ressaltando que Abdias residia há anos nos Estados Unidos e que o mesmo "recentemente casou-se com uma norte-americana, branca, de 19 anos". Fica explícito no relato de três páginas do Chanceler de que o mesmo acredita haver envolvimento do governo estadunidense na participação de Abdias durante o evento ou ao menos na intenção dos representantes norte-americanos em chamar atenção para as questões abordadas pelo professor brasileiro. Silveira afirmou que os representantes brasileiros realizaram os devidos esforços para que a participação de Abdias fosse barrada. Entretanto, mesmo com os esforços da delegação brasileira, ainda assim, foi levantada a possibilidade da "elaboração de uma pesquisa sobre a situação do negro no Brasil". O imbróglio teria sido resolvido com a instrução de Silveira para que a Embaixada em Lagos tomasse as medidas necessárias para que não houvesse consequências negativas para o Brasil e assim teria sido feito ao receber a garantia do Ministro da Educação da Nigéria de que a situação estava sob controle²⁶.

Na cerimônia de encerramento do colóquio, o Senhor Ron Karanga, chefe da representação norte-americana, de quem se esperava um discurso de circunstância, atacou o Brasil, "onde uma maioria branca oprime os negros". (telegrama 61). Essa intervenção reforçou as suspeitas do Embaixador em Lagos de que "grupos negros americanos estão orquestrando uma campanha, igual à festa ao índio na Europa, com

25 Relatório - Realizações do Governo Geisel (1974-1978). Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16 298p.

26 Política Externa. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 11 p. p.6

o fito de, aproveitando a repercussão do Festival de Lagos, mover ampla campanha difamatória em órgãos da imprensa americana e mundial, até mesmo para obter efeito de economia interna para a plateia negra americana, em que o Brasil, e não os Estados Unidos, passaria a ser o país execrado por nova modalidade de apartheid (telegrama 51). (MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE D 1974.03.26 3p.)

3.2 - Brasil-África do Sul durante o governo Geisel (1974-1979)

O regime de discriminação racial do apartheid foi estabelecido na África do Sul em 1948. Em artigo intitulado: "Direitos Humanos e política externa no Brasil e na África do Sul: o mito da democracia racial, o apartheid e as narrativas da redemocratização" (2019), Pablo de Rezende Saturnino e Carlos R. S. Milani afirmam que antes mesmo do estabelecimento do regime do apartheid já havia na sociedade sul-africana formas de segregação racial que foram regulamentadas e institucionalizadas pela formalização do regime.

O apartheid e as formas anteriores de supremacia branca em terras sul-africanas subordinaram os negros sistematicamente, reservaram terras para brancos e proibiram negros de possuí-las, isolaram negros em reservas (naquilo que, posteriormente, veio a ser denominado de homelands) e limitaram o acesso do negro ao mercado de trabalho. (SATURNINO; MILANI, 2019, p.11)

Ao passo que a África do Sul oficializava e legitimava a discriminação racial, no Brasil o mito da democracia racial se fortalecia. De acordo com Saturnino e Milani (2015), a ideia de democracia racial partiu da elite brasileira com o intuito de “afirmação da excepcionalidade brasileira no mundo, e ao mesmo tempo, com claro propósito de evitar o que se convencionou chamar de "haitianismo", ou seja, o medo das elites de que uma revolta popular capitaneada por antigos escravos ou seus descendentes pudesse ocorrer no país (Braga, 2011, p.13)”.

Em seu artigo intitulado: "Ditadura, redemocratização e apartheid no Brasil" de 2015, Jerry Dávila categoriza a relação do Brasil com o regime de discriminação racial na África do Sul em três fases, sendo a primeira delas durante a década de 1950, período no qual a ideia de democracia racial no país estava em alta, fazendo com que o regime do apartheid fosse considerado como "incompatível com a cultura brasileira" (Dávila, 2015, p.93). A segunda teria ocorrido durante o regime militar ditatorial no Brasil, onde houve um interesse maior pelo continente africano e a política africana brasileira se colocou novamente em posição ambígua uma vez que "publicamente repudiava o apartheid para cultivar relações com países africanos, mas mantinha com a África do Sul seu principal circuito comercial no continente africano"(Dávila, 2015, p.93). E a terceira e última fase teria sido durante a década de 1980 "quando o movimento negro e cientistas sociais apropriaram a questão do apartheid como

ferramenta para traçar as linhas da discriminação e desigualdade no Brasil” (Dávila, 2015, p.94).

Dávila (2015) também descreve como a política africana brasileira durante o regime militar ditatorial foi não somente ambígua como também incoerente, uma vez que embora houvesse o interesse em exportar bens industrializados brasileiros para o mercado dos países da África Negra, perdurava a postura de amizade com o colonialismo português, assim como permanecia a dependência de "minerais sul-africanos como manganês, tungstênio e cromo" (Dávila, 2015, p.95). A África do Sul mantinha durante este período, alto grau de relevância no comércio exterior brasileiro se tratando do continente africano embora houvesse uma ofensiva para conquistar o mercado dos países da África Negra.

Penna Filho (2008) afirma que o posicionamento da política externa brasileira em relação à África do Sul, só vai passar por uma mudança de fato a partir do ano de 1975 quando "[...] o governo brasileiro passou a tratar com mais severidade as questões à África do Sul no seio das Nações Unidas e no planos das relações bilaterais" (Penna Filho, 2008, p.21). É neste período que o posicionamento brasileiro em relação ao governo sul-africano vai se tornar mais independente, sem estar associado ao alinhamento automático dos posicionamentos dos Estados Unidos e outras potências europeias.

A inflexão da política africana do Brasil implicava também a mudança de atitude com relação a Pretória. Se até 1974/75, o governo brasileiro ainda se preocupava em manter discretos laços com Pretória tendo em mente a manutenção das boas relações comerciais, a partir desse período a tendência foi a de abandonar a atitude comercial e a de assumir uma atitude política mais vigorosa e inflexível. Implícito, na transformação da visão do Brasil sobre o seu relacionamento com a África do Sul, estava o cálculo estratégico de relações comerciais e econômicas mais intensas com outros países africanos, o que forçou uma demonstração concreta de que havia se operado na política externa brasileira mudanças reais, e não somente vagas declarações oficiais de apoio aos povos africanos em sua aspiração de independência, superação do subdesenvolvimento e luta contra a discriminação racial. (PENNA FILHO, 2008, p.22-23)

Ao assumir o Itamaraty, o chanceler Azeredo da Silveira colocou em prática a nova política africana do Brasil. O ministro entendia (em consonância com o presidente Geisel), que para priorizar o estreitamento de laços com os países da África Negra, a postura ambígua brasileira em relação ao colonialismo e ao regime de discriminação racial na África do Sul deveria ser amenizada. Uma das medidas tomadas por Silveira foi abordar os temas do colonialismo e da discriminação racial com maior frequência e firmeza, delimitando a nova postura brasileira:

[...] O discurso brasileiro passava a enfatizar, mais do que sempre, o apoio incondicional ao processo descolonizatório, bem como à eliminação dos sistemas segregacionistas, do qual o apartheid representava o exemplo mais flagrante. Silveira, em Brasília, afirmaria que o Brasil repele “quaisquer formas de colonialismo em todas as suas manifestações e por disfarçada que seja a roupagem com que se apresentem”. Da mesma maneira, reiteraria que o Brasil “repudia todas as teorias, práticas e regimes que pretendem perpetuar supostas supremacias raciais”¹⁸⁵. Em outra ocasião, dirigindo -se à imprensa senegalesa, afirmou que “o Brasil é visceralmente contra o apartheid”, porquanto ele é “uma aberração, uma atitude contrária a todos os valores humanos mais essenciais”. (VILALVA, 2016, P.121)

Em documento que aborda a política externa brasileira durante o ano de 1976, ao descrever a relação entre Brasil e continente africano, enfatiza-se a importância da África para o Brasil e em como a questão do regime do apartheid na África do Sul pode influenciar no estreitamento de laços com os países da África Negra. Por conseguinte, afirma-se em relação aos países da África Negra, que nos anos de 1976/1977 "a cooperação será aprofundada e compreenderá não apenas os campos econômico e técnico, mas também o necessário apoio político à causa da eliminação da discriminação racial²⁷".

De acordo com Schlickmann, Silva e Pacheco (2019), em seu artigo intitulado: "Brasil e a África do Sul nas páginas da revista *Veja* (1968-1985)", a África do Sul "foi a maior parceira comercial do Brasil entre os países africanos" durante boa parte do século XX (Schlickmann; Pacheco, 2019, p.107). A mudança expressiva em relação à África do Sul teria iniciado durante o governo Geisel (1974-1979) e se mantido pelos governos seguintes até a derrocada do regime de discriminação do apartheid na África do Sul. Ainda de acordo com Schlickmann, Silva e Pacheco (2019), dentre as formas utilizadas para tratar a relação bilateral com a África do Sul, o governo brasileiro se utilizou de estratégias que incluíam desencorajar qualquer ofensiva de caráter comercial, seja de iniciativa privada ou governamental a realizar boicotes de cooperação esportiva.

O Governo do Presidente Geisel adotou uma série de medidas que vão claramente além das condenações morais do apartheid, e que atestam clara disposição de evitar qualquer forma de aproximação com a África do Sul. Entre essas medidas vale destacar: a) proibição da realização da regata Capetown-Rio e Janeiro; b) repúdio e desmentidos formais a qualquer vinculação militar ou de segurança com a África do Sul; c) desestímulo a qualquer forma de emigração da África do Sul para o Brasil; d) contribuição a vários fundos criados para promover o combate ao apartheid; e) decisão de não vender quaisquer equipamentos militares ou paramilitares à África do Sul; f) não-reconhecimento do Transkei e o repúdio à política de "bantustans" promovida pela África do Sul; g) fechamento do Consulado-Geral do Brasil em Capetown. (MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 298 p.)

²⁷ Relatório - Realizações do Governo Geisel (1974-1979). Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 298p.

A estratégia utilizada pelo governo brasileiro de driblar todas as formas de envolvimento do país com a África do Sul se fazia necessária não apenas para manter os objetivos da política africana brasileira de aproximação com os países da África Negra tanto no âmbito bilateral como multilateral mas como também para barrar a estratégia do governo Sul-Africano de tentar se utilizar de eventos culturais, diplomáticos, entre outros para romper com o isolamento internacional, o qual era submetido pelo sistema internacional devido ao regime do apartheid.

Com a mudança do eixo comercial brasileiro no continente africano, o governo brasileiro passou a se distanciar do governo sul africano e ser mais veemente em suas críticas ao apartheid. O governo brasileiro procurou evitar colaboração cultural ou esportiva, limitar visitas diplomáticas, e obrigando políticos estaduais e municipais a submeter propostas de viagem a África do Sul – para onde foram frequentemente convidados – a aprovação pelo Itamaraty. Estas restrições respondiam, segundo o chanceler brasileiro Antônio Azeredo da Silveira, aos “esforços permanentes da representação diplomática sul-africana, contornando as restrições impostas pelo Governo brasileiro, para promover a participação, em eventos na República da África do Sul, de autoridades brasileiras não suficientemente informados do caráter do ‘apartheid’ e de nossa repulsa formal e oficial a essa política.” Silveira explicou que “Através desse expediente, visa o Governo sul-africano a usar o nome do Brasil para dar a impressão de que não está tão isolado e que o regime do ‘apartheid’ não é tão universalmente repudiado.”⁶ Uma ordem presidencial também pressionou empresas brasileiras importadoras de produtos sul-africanos a procurar mercados alternativos. (DÁVILA, 2015, P.98)

Segundo Penna Filho (2018), em direção contrária às tentativas do governo brasileiro de manter o distanciamento entre as nações, o governo Sul-Africano optou por manter em nível “prioritário” a relação com o Brasil. De acordo com o autor, os incentivos advinham do próprio Secretário de Assuntos Externos Sul-africano J. Van Dalsen (Penna Filho, 2008, p.272). Não somente foram feitas as recomendações de incentivos ao fortalecimento das trocas comerciais entre os países, como também atuou a embaixada Sul-africana em território brasileiro de forma não oficial, tratando diretamente com o setor privado ou estados brasileiros:

O caso mais grave da ação da diplomacia sul-africana no Brasil, contudo, recaiu nas gestões que foram feitas a alguns governos estaduais. Os sul-africanos ofereceram, por exemplo, ao governo do Paraná, cooperação para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, utilizando se o carvão para dele extrair petróleo, com uma tecnologia desenvolvida pela estatal sul-africana SASOL. O problema residia no fato de que essas ações eram efetuadas sem o conhecimento ou o consentimento do Itamaraty, o que acabava por gerar um atrito entre o MRE e a embaixada sul-africana (PENNA FILHO, 2008, p. 272)

Em relatório do Ministério das Relações Exteriores que aborda as realizações do Governo Geisel (1974-1979), ao descrever o estreitamento das relações com o continente

africano, em especial com as ex-colônias de Portugal, destacou-se a importância do "apoio político à causa da eliminação da discriminação racial e do colonialismo"²⁸. Por conseguinte, a importância de tal posicionamento, se associava diretamente à necessidade em manter a imagem de que o Brasil e a África do Sul mantinham o mínimo possível de laços. Desta forma, a atuação do Brasil nos foros internacionais deveria refletir apoio à independência do Zimbábue e Namíbia, assim como combate direto ao apartheid.

Enquanto nos foros internacionais o Brasil participava de debates sobre a situação na África do Sul, no âmbito bilateral a relação com os sul africanos era descrita como em processo de "esfriamento" (Vilalva, 2016, p.123): “Tratava-se, apenas, de reconduzi-las ao nível adequado e próprio, mediante redução nos contatos oficiais, desestímulo ao aumento dos fluxos comerciais e cumprimento das resoluções da ONU, especialmente no tocante à suspensão do intercâmbio cultural e desportivo.” (Vilalva, 2016, p.123).

O denominado congelamento da relação Brasil-África do Sul foi recebido com resistência tanto por alguns setores do Estado como também pelo setor privado. A manutenção de trocas comerciais, ainda que não advindas do governo, geraram uma posição ambígua em relação à postura interna e externa brasileira. De acordo com Mário Vilalva (2016), os produtos importados da África do Sul tiveram um relevante aumento de 220% no ano de 1977. Tanto as importações de produtos sul-africanos, quanto a injeção de capital da África do Sul em território nacional aumentaram consideravelmente nos anos seguintes.

Relação Comercial entre Brasil e África do Sul

Ano	Exportação em U\$	Importação em U\$
1974	45.366,7	28.836,0
1975	36.323,4	26.624,3
1976	33.381	37.914
1977	27.539	121.690
1978	37.261	115.845

Fonte: Penna Filho, 2008. Elaboração própria.

²⁸ Convenção Internacional sobre a Supressão e Punição do Crime de Apartheid. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE RB 1974.08.19 17p.

Embora o posicionamento brasileiro se tornasse mais firme, uma postura mais ativa não fazia parte da estratégia do governo Geisel. Desta forma, a defesa do princípio de não-intervenção prevalecia e a responsabilidade de sanar questões como a do apartheid eram colocadas nas mãos das Nações Unidas. A prevalência da defesa pela soberania dos países era essencial nas diretrizes do Pragmatismo Ecumênico Responsável, pois desta forma o governo brasileiro se resguardava de possíveis represálias.

3.3 - A Política Africana do Brasil nas Nações Unidas durante o governo Geisel (1974-1979)

Camila Castro Kowalski realizou em sua dissertação, uma análise dos discursos brasileiros em relação ao continente africano durante as Assembleias Gerais das Nações Unidas. A autora constatou que foi no ano de 1961 que o Brasil utilizaria o princípio de autodeterminação dos povos pela primeira vez ao se referenciar sobre o colonialismo, princípio este que seria defendido em menor ou maior grau durante os governos da ditadura militar (Kowalski, 2018, p.85).

Durante o governo Castello Branco (1964-1967), o Brasil se manifestou contra as guerras de independência no continente africano e frisava seu apoio à Portugal: "[...] um trecho do discurso brasileiro em elogio a Portugal torna patente a falta de interesse brasileiro em condenar suas práticas coloniais." (Kowalski, 2018, p.84) No que se refere à questão do racismo, a decisão da diplomacia brasileira foi permanecer em silêncio nos foros internacionais. Sendo que no período do regime militar brasileiro, foi realizado apenas um discurso oficial em relação à discriminação racial no ano de 1968, durante o Governo Costa e Silva (1967,1969), buscando retratar principalmente a questão do apartheid na África do Sul.

Essa postura mudou com o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) e com o chanceler Azeredo da Silveira: “[...] Silveira elenca os problemas que o Brasil considera mais urgentes no contexto mundial daquele momento. Em primeiro lugar, aparece a questão da descolonização. [...]” (Kowalski, 2018. p.86). O segundo ponto a ser defendido por Azeredo da Silveira foi o combate ao apartheid, o que findava o longo silêncio brasileiro em relação à África do Sul.

Com a crise do Petróleo (1973), o governo brasileiro finalmente se viu em uma posição onde a longínqua postura de apoio ao colonialismo português e o silêncio em relação ao apartheid na África do Sul, se colocavam contra as necessidades básicas da economia brasileira

no momento. De acordo com Letícia Pinheiro (2013), o país dependia do petróleo importado para "executar aproximadamente 80% das necessidades", por conseguinte com o aumento do preço do petróleo e a difícil missão de controlar a inflação e a dívida externa, o Brasil não poderia correr o risco de sofrer boicotes internacionais que poderiam ser realizados pela aliança Árabe-Africana que se formava no sistema internacional (Pinheiro, 2013, p.235):

Indeed, on November 24, 1973, a resolution signed by 17 countries from Central and East Africa included Brazil as one of the six countries recommended for diplomatic and economic sanctions unless they immediately ceased their support for white-minority governments in Southern Africa⁵⁹⁰. Therefore, Brazil took some steps towards the moderation of its Portuguese backing in the UN⁵⁹¹, as well towards the adoption of a more incisive language when publicly referring to African colonialism. (PINHEIRO, 2013, p. 235)

De acordo com Kowalski (2018), na década de 1970, com a posse do presidente Jimmy Carter (1977-1981) nos Estados Unidos e a ascensão da discussão dos Direitos Humanos nos foros internacionais, o impacto sentido pelo Brasil era claro e a necessidade de se defender de acusações era eminente. A defesa do princípio de não-intervenção e a abordagem para lidar com os Direitos Humanos advinha de uma "oportunidade de desenvolvimento" (Kowalski, 2018, p.90): "A negativa dos países desenvolvidos em facilitar o estabelecimento de uma ordem econômica internacional mais justa e mais estável é qualificada como obstrução aos direitos humanos." (Kowalski, 2018, P.90)

A defesa dos princípios de autodeterminação dos povos, não-intervenção e a proteção da soberania das nações coexistiram durante o governo Geisel. Embora o fim do colonialismo e o combate ao apartheid estivessem como prioridade para a política africana brasileira, isso não significava aceitar qualquer ofensiva contra a África do Sul ou ao regime discriminatório. Mário Vilalva (2016), explica que durante o Governo Geisel houve resistência e negativa do Itamaraty para assinar a Convenção Internacional sobre a Eliminação e a Punição do Crime de apartheid:

O Brasil considerou que tanto a Convenção quanto o seu Protocolo, de autoria da Nigéria, do Paquistão e da Tanzânia, contrariavam, em vários aspectos, a ordem constitucional e a ordem jurídica internacionais. Como exemplo, citava -se que a previsão de julgamento, por tribunal de qualquer Estado -parte, de pessoas culpadas do crime do apartheid, equivalia a desrespeitar o princípio da territorialidade da legislação criminal. Recordava -se que as convenções que tratam de crimes internacionais, como a Convenção de Crime de Genocídio, aplicam -se entre as partes e supõem a incorporação de suas normas ao direito interno. Excluída a hipótese de adesão da África do Sul à Convenção, inexistiria o liame que tornaria eventualmente possível a sua aplicabilidade (cf. Instruções para a Delegação do Brasil à XXVII sessão da Assembleia Geral da ONU, p. 70 -73). (VILALVA, 2016, P.122)

Todavia, a postura brasileira em relação ao apartheid não se baseou apenas em negativas, o país participou de marcos históricos que abordaram o assunto tal como a Conferência Mundial de Ação contra o apartheid em 1977 e a Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial em 1978.

No ano de 1974, em seu primeiro discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, Azeredo da Silveira não apenas explica os princípios do pragmatismo ecumênico e responsável, como também utiliza a essência de tais princípios nas entrelinhas de seu discurso: aborda a questão e defesa pelo fim do colonialismo sem mencionar diretamente Portugal, condena a discriminação racial e o apartheid sem condenar abertamente a África do Sul e enfatiza a importância das nações da África Negra na política externa brasileira ao parabenizar a Guiné-Bissau pela recém conquistada independência e frisar os laços históricos e culturais que ligam o Brasil à diversos países africanos de língua portuguesa, mencionando inclusive os países que viriam ter grande enfoque na política africana do Brasil: Moçambique e Angola.

Temos sobre esta questão uma posição de absoluta clareza: o Brasil acredita, sem restrições, que não se justificam protelações ou subterfúgios na condução do processo descolonizatório, no próprio Continente americano e em todo o mundo. O Brasil prestará o seu apoio a que os povos ainda sujeitos a formas de dominação colonial possam alcançar, no mais curto prazo possível, a independência nacional a que aspiram. Acreditamos que, na medida em que se generalize a disposição, por parte da comunidade de nações soberanas, de apoiar a aceleração do processo de descolonização, maiores serão as possibilidades de que ele se realize de forma pacífica e em condições que permitam a cooperação construtiva entre os povos dos países que vinham sendo colonizados e aqueles cujos Governos seguiam, antes, uma política colonizadora. Nesse sentido, é tão importante o apoio que se preste à emancipação, quanto a ação junto aos Governos metropolitanos, para que se desliguem, com rapidez e convicção, de suas políticas de dominação colonial. Em ambas as formas de atuação, o foro das Nações Unidas se tem revelado profícuo e é nossa intenção prestigiá-lo como tal. O Brasil está seguindo essa trilha, nem sempre a mais fácil ou a que agrade aos que não sabem distinguir as aparências da realidade. Para o Governo brasileiro, o desafio que enfrentam os que sinceramente desejam ver o mundo livrar-se da mancha colonial é o da eficácia. O que importa não é vilipendiar o passado colonizador, mas ajudar a construir o futuro das nações livres. Essa orientação corresponde ao que de mais profundo existe na alma brasileira. Estamos dispostos a explicitar esses sentimentos e as aspirações que a eles correspondem, oferecendo a nossa cooperação concreta para a edificação dessas novas nações. [...] O mesmo sentimento de fraternidade nos liga a Moçambique e a Angola, cuja independência desejamos ver concluída. Saudamos o acordo que, em 7 de setembro, celebrou o Governo português com a Frente de Libertação de Moçambique. Há pouco mais de um século e meio, essa data marcou a primeira independência de uma ex-colônia portuguesa. E é essa ex-colônia, aqui representada pelo meu país, o Brasil, que oferece a mão a seus irmãos africanos. Para o Brasil, esse gesto não significa apenas a adesão inflexível ao princípio inalienável da autodeterminação. Para nós, a emergência das Nações africanas para a vida independente tem uma dimensão adicional, que é a de nos

permitir retomar, em pé de igualdade, o convívio estreito com povos que se constituíram em fontes das mais copiosas de nossa maneira de ser. Senhor Presidente, À abertura de perspectivas para as populações dos territórios sob administração portuguesa na África, não corresponderam, infelizmente, progressos sensíveis pelo que toca a áreas ainda sob dominação colonial em outros Continentes. Da mesma maneira, perduram formas de sujeição em razão de preconceitos de raça ou de credo. Nas Nações Unidas e fora delas, o aparteidismo tem sido universalmente condenado em nome dos mais diversos princípios. Eticamente, ele se choca com os valores universais da consciência humana. Doutrinariamente, incorpora as mais desacreditadas teorias de supostas superioridades raciais. Ao repudiarmos o aparteidismo, repudiamos, também, qualquer pretensão da comunidade internacional de querer colonizar culturalmente as nações da África. Assim, quando nos regozijamos de que emergjam para a independência novas Nações de língua portuguesa, não estamos fazendo a apologia de qualquer supremacia cultural, mas simplesmente nos congratulando com as oportunidades que as comunidades de língua abrem para um maior entendimento fraterno. Às Nações africanas de língua portuguesa, e às outras Nações, o que desejamos é que sejam autênticas na expressão de sua rica e variada cultura. Nós, o Brasil, que tanto devemos a diferentes culturas africanas, só podemos desejar que elas se revigorem no clima de liberdade que a independência nacional lhes propicia. (CORRÊA, 2012, p.311-312)

A tentativa de Azeredo da Silveira de causar comoção das nações da África Negra em seu discurso é evidente: a ênfase quase que repetitiva na língua portuguesa, o lembrar que o Brasil era uma ex colônia portuguesa, as saudações aos países africanos de interesse para a política externa brasileira e a lembrança de contribuição das nações africanas na constituição da sociedade brasileira. Mas o verdadeiro “cream of the crop” foi a utilização de parte do discurso de Amílcar Cabral (figura importante para a independência de Guiné-Bissau), onde é enfatizado o interesse em manter relações com o Brasil:

Dessa vocação anticolonialista do povo brasileiro apercebeu-se o grande líder da independência da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral. Dele são as palavras, tão parecidas com as que temos tantas vezes pronunciado, com relação aos povos africanos sob dominação colonial, que parecem surgidas da mesma boca. E cito: “Nosso interesse (em desenvolver as relações de amizade, solidariedade e cooperação com o Brasil) é tanto maior quanto nos sentimos ligados ao povo brasileiro por laços de sangue, cultura e história e desejamos ardentemente estabelecer com o Brasil, depois da conquista de nossa independência, amplas relações fraternais em todos os planos, assim como com o povo de Portugal, que nunca confundimos com o colonialismo português.” (CORRÊA, 2012, p. 312)

Em relação a atuação da Delegação brasileira e sua participação na Assembleia Geral das Nações Unidas no ano de 1974, o governo brasileiro enfatizou o apoio do Brasil às iniciativas em favor da descolonização, em especial as relacionadas "aos territórios da Namíbia

e da Rodésia²⁹". Ainda de acordo com um documento presente no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), a delegação brasileira não somente se colocou à disposição para ajudar no ramo da educação os territórios recém-independentes e em processo de independência, como também atuou de forma a liderar propostas de assistência nos ramos financeiro, econômico e técnico:

Simultaneamente, nas Nações Unidas, a Delegação brasileira apoiou numerosas resoluções em matéria de descolonização, notadamente quanto aos territórios da Namíbia e da Rodésia. Partiu também da Delegação brasileira a iniciativa, aprovada, que estabeleceu bases concretas para assistência no campo econômico, financeiro e técnico, por parte dos organismos especializados da ONU aos territórios já independentes da administração portuguesa e também aos que se tornarão independentes em breve meses. Na ocasião, comprometeu-se o Brasil a proporcionar ajuda, no campo educacional, a territórios não-autônomos. (MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 11 p. p.6)

Partiu também da Delegação brasileira a iniciativa, aprovada, que estabeleceu bases concretas para assistência no campo econômico, financeiro e técnico, por parte dos organismos especializados da ONU aos territórios já independentes da administração portuguesa e também aos que se tornarão independentes em breve meses".

No ano de 1975, em seu discurso na XXX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, Azeredo da Silveira parabenizou Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde pelos processos de independência e por serem os novos membros das Nações Unidas. Assim como no ano anterior o ministro das relações exteriores do Brasil, utilizou os laços históricos e culturais para expressar solidariedade não apenas aos países africanos que recém conquistaram a independência, como também para firmar um posicionamento de fraternidade para com Angola que passava pelo longo e violento processo de independência, enfatizando a necessidade da manutenção de "sua integridade territorial e sua independência, livre de ingerências externas de qualquer espécie" (Corrêa, 2012, p.322).

Também me é grato deixar constância do reconhecimento da Delegação do Brasil pela dedicação e eficiência com que o Ministro das Relações Exteriores da Argélia, o eminente Embaixador Abdel Aziz Bouteflika, dirigiu os trabalhos da Vigésima-Nona Sessão Ordinária e da Sétima Sessão Especial, há pouco encerrada. A praxe de que a Delegação do Brasil inicie o debate geral me oferece a satisfação muito particular de poder dar as primeiras boas-vindas às Delegações de três novos membros desta sociedade de nações. São eles Cabo Verde, São Tomé-e Príncipe e Moçambique. A esses países está o Brasil especialmente ligado pelos laços de um passado em muitos pontos comum, que desejamos ver agora projetado num futuro de colaboração e de entendimento. Estou certo de que a presença dos três membros nesta Organização

29 Relatório da visita do Ministro Ítalo Zappa à África. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE D 1974.03.26 4p.

redundará em benefício da comunidade internacional. Ao saudar os novos países de língua portuguesa que ingressam na Organização, desejo deixar constância da fraterna compreensão com que o Brasil acompanha o desenrolar do processo de descolonização em Angola. O Brasil se sente ligado ao futuro novo Estado africano por vínculos históricos e de sangue, que reforçam a comunidade de interesses resultante da vizinhança forjada sobre o Atlântico. Fazemos votos para que aqueles que tão vigorosamente souberam promover a libertação de Angola superem as dificuldades da hora presente para proporcionar à nova nação as condições de estabilidade política que assegurem em definitivo sua integridade territorial e sua independência, livre de ingerências externas de qualquer espécie. (CORRÊA, 2012, p.321-322)

O discurso realizado por Azeredo da Silveira ocorreu em Nova Iorque em 22 de Setembro de 1975, dois meses antes da independência de Angola. Neste período já havia sido instalada a representação especial em Luanda, onde o representante brasileiro Ovídio de Melo acompanhava de perto o processo de independência angolano e auxiliava o Itamaraty a firmar mais um passo da política africana do Brasil que seria o reconhecimento da independência de Angola antes que qualquer outra nação assim o fizesse. A ênfase na necessidade em abordar o entendimento da não ingerência externa, pode vir de encontro com a ideia de que mesmo cientes do envolvimento de tropas estrangeiras em Luanda, o país não seria a favor delas, independente da origem e também de que tal fato, não deveria interferir na postura de amizade com Angola.

Durante a trigésima primeira Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, realizada em setembro de 1976, o ministro Antônio Azeredo da Silveira enfatizou as críticas à estruturação do Sistema Internacional, das Nações Unidas assim como a atuação do conselho de Segurança da ONU:

A experiência dos últimos anos confirma a percepção amplamente partilhada de que, na ausência de soluções rápidas e justas para os conflitos ou disputas regionais, esses acabam por internacionalizar-se, propagando-se, assim, a outras regiões e ao sistema internacional como um todo, a intranqüilidade antes localizada. Ao contrário do que se poderia esperar, a presente situação de relativo equilíbrio estratégico internacional não tem criado condições favoráveis à pronta correção dessas situações localizadas. A Delegação do Brasil está convencida de que, no encaminhamento dessas delicadas questões, as Nações Unidas devem ser utilizadas mais intensamente, não apenas porque podem oferecer oportunidades de negociação para as partes, mas também, porque, entre os princípios da Carta, figura o da não-utilização da força, ou de sua ameaça, nas relações internacionais. (CORRÊA, 2012, P.334)

Ao realizar tais críticas em seu discurso, o ministro utilizou-se das situações que se encontravam na África Meridional e no Oriente Médio. No que se referia à África Meridional, enfatizou-se a "opressão racial", uma forma indireta de criticar o regime do apartheid sem precisar mencionar a África do Sul ao mesmo tempo que ao defender soluções pacíficas para esse tipo de situação, justifica-se a postura brasileira de se opor ao isolamento internacional

proposto contra a África do Sul. As críticas feitas a estruturação do sistema internacional e se utilizar do processo de descolonização como uma alternativa para uma nova conjuntura internacional, o país mais uma vez se colocava diplomaticamente a favor do processo de descolonização e finalmente, ao criticar sistemas de opressão racial, se colocava em posição de solidariedade em especial aos "povos do Zimbábue e da Namíbia" (Corrêa, 2012, p.334).

Os impasses no campo político são um aspecto da estratificação que caracteriza a presente estrutura internacional. Talvez apenas os avanços no caminho da descolonização permitam hoje vislumbrar uma tendência oposta a essa estratificação, uma tendência que antecipa novas possibilidades de convivência e de um ordenamento internacional mais justo. A África Meridional, onde persiste a opressão racial, está hoje não apenas tomada pela intranquilidade e pelo temor, mas assolada pela violência e pelo morticínio. Os itens ora em nossa agenda sobre os problemas que afligem aquela região ganham importância inusitada diante dos acontecimentos recentes. O Brasil sempre favoreceu soluções pacíficas para esses problemas e sempre esteve convencido de que não havia tempo a perder. Nossa opinião, inúmeras vezes manifestada através dos anos, era a de que, caso tais soluções não pudessem ser prontamente alcançadas, fatalmente a região caminharia para conflitos abertos. Infelizmente, não temos motivos para rever este diagnóstico, mas queremos ainda crer que a unânime repulsa internacional às injustiças cometidas servirá de grave advertência aos que consideram possível a preservação da opressão racial. É nossa esperança que os povos do Zimbábue e da Namíbia, que ainda não lograram sua independência, possam realizar livremente, e em curto prazo, sua autêntica vontade nacional. A experiência dos últimos anos confirma a percepção amplamente partilhada de que, na ausência de soluções rápidas e justas para os conflitos ou disputas regionais, esses acabam por internacionalizar-se, propagando-se, assim, a outras regiões e ao sistema internacional como um todo, a intranquilidade antes localizada. Ao contrário do que se poderia esperar, a presente situação de relativo equilíbrio estratégico internacional não tem criado condições favoráveis à pronta correção dessas situações localizadas. A Delegação do Brasil está convencida de que, no encaminhamento dessas delicadas questões, as Nações Unidas devem ser utilizadas mais intensamente, não apenas porque podem oferecer oportunidades de negociação para as partes, mas também, porque, entre os princípios da Carta, figura o da não-utilização da força, ou de sua ameaça, nas relações internacionais. (CORRÊA, 2012, p.333-334)

Em relatório sobre as realizações do Governo Geisel(1974-1979), afirma-se que "O Brasil nunca manteve relações de qualquer natureza com o regime ilegal de Ian Smith e apoiou sempre as resoluções da ONU condenatórias do regime de Salisbury"³⁰. É a partir de 1976, que o país se posiciona de forma explícita contra o regime de apartheid na África do Sul, assim como também condena a interferência sul-africana na Rodésia do Sul e Namíbia. Neste período, a delegação brasileira votou a favor das resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU que eram contra a intervenção da África do Sul em outros territórios.

30 Itamaraty. Pesquisa. Consulta em arquivo para pesquisa. Mensagem recebida por <pesquisa.brasilia@itamaraty.gov.br> em Junho de 2023.

Ressalta-se no relatório a contribuição brasileira para o Fundo das Nações Unidas para a Namíbia, assim como também para o Instituto da Namíbia, além da disponibilização de bolsas de estudo para Namibianos e o reconhecimento pelo Governo brasileiro do movimento de libertação da Namíbia (SWAPO).

Pelo Decreto 77.742, de junho de 1976, o Governo brasileiro incorporou à legislação interna as disposições da Resolução 388 (1976) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que estendem as sanções contra a Rodésia do Sul aos campos dos seguros, marcas comerciais e patentes, completando, dessa forma, as sanções econômicas impostas àquele território pela resolução 253 (1968) do Conselho de Segurança, incorporada à legislação brasileira pelo Decreto 62.980, de 1968. (MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 298p.)

Em documento confidencial Luiz Rafael Mayer, Consultor-Geral da República realizou uma Consultoria Geral requerida pelo Ministério das Relações Exteriores e aprovada pelo Presidente Ernesto Geisel sobre a possível adesão brasileiro à Convenção Internacional Sobre a Supressão e Punição do Crime de apartheid em 1976.

Mayer afirmou que Azeredo da Silveira havia salientado a necessidade real de manter coerência com a política africana do Brasil (em especial ao repúdio ao apartheid e à discriminação racial como um todo) perante não somente os países da África Negra como também à todas as nações integrantes das Nações Unidas. Para que houvesse tal coerência no posicionamento brasileiro, necessitava-se "do cumprimento das resoluções do Conselho de Segurança sobre a matéria e da observância, tanto quanto possível, das recomendações da Assembleia Geral³¹." Com o intuito de elucidar o posicionamento brasileiro durante a XXIX Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, descreveu os feitos da delegação brasileira relevantes para a manutenção da postura contra o apartheid:

Com efeito, esclarece a ilustre autoridade, a posição brasileira nas questões da África austral já está, no essencial, balizada, pois, na XXIX Sessão da Assembleia Geral, a Delegação do Brasil condenou a discriminação racial e, expressamente, o regime do apartheid. Demais disso, confirmando essa atitude "anti-apartheidista", votou a favor da resolução 2.054 B (XX) que criou o fundo destinado a financiar o Programa Educacional e de Treinamento para a África Meridional e para ele contribuiu. Votou, ainda, a favor da Resolução 3.151 C (XXVIII) que estabeleceu o Fundo Fiduciário para expandir as atividades de informações das Nações Unidas sobre os males do apartheid, já estando anunciada pelo Governo Brasileiro a contribuição para esse Fundo no valor de 10.000 dólares, no exercício de 1975. A par dessa demonstração inequívoca de atitude "anti-apartheidista", ressalta o apoio às atividades das Nações Unidas, no particular, evidenciado pela participação dos Três Poderes da República

31 "[...] O exemplo mais sistemático dessa resistência advinda exatamente do ministro da Fazenda, Delfim Netto, para o qual, por estarmos dentro do milagre econômico e nos transformando em grande potência, nenhum valor teria a aproximação com nações que pouco tinham a dar em termos imediatistas, seja no plano político, seja no econômico." OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política Externa Brasileira. [S.L.]: Saraiva, 2005. P.156-157

nas comemorações do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. (MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE RB 1974.08.19 17p)

No ano 1977, com a administração de Jimmy Carter e a ofensiva sobre os Direitos Humanos no Sistema Internacional, o discurso do ministro Azeredo da Silveira buscou abordar mais questões de impasse entre o governo brasileiro e o governo estadunidense. Por conseguinte, ao precisar realizar certa "abertura" para tratar sobre o tema dos direitos humanos, uma das estratégias foi abordar a questão do regime de discriminação racial do apartheid e também sobre o combate ao colonialismo. Todavia, ao abordar tais temas, enfatizava-se do princípio de não-intervenção, o que pode ser entendido como estratégia para que nenhuma crítica pudesse se voltar à situação interna no Brasil.

Devido à opressão racial e à persistência do colonialismo, a África Meridional é outra região onde grassam sérias tensões, que põem em risco a própria manutenção da segurança e da paz internacionais. Seguidamente, tem o Brasil manifestado seu repúdio ao racismo e ao colonialismo, bem como sua crescente apreensão com essa situação, que desafia a consciência da humanidade. Foi, pois, com especial interesse, que participamos das grandes reuniões internacionais realizadas, neste ano, em Maputo e em Lagos, respectivamente a Conferência de Apoio aos Povos do Zimbábue e da Namíbia e a Conferência Mundial de Ação contra o Apartheid. As questões de interesse dos povos da África Meridional devem ser resolvidas sem maior perda de tempo. A comunidade internacional tem o indeclinável dever moral e político de criar condições para acelerar a solução dessas questões internacionais. Apesar dos numerosos obstáculos opostos pelos que, na região, ainda se beneficiam da situação atual, o caminho aberto à negociação deve ser trilhado com perseverança. Devem ser utilizadas, inclusive, opções facultadas pela Carta das Nações Unidas, de modo a deixar perfeitamente claro que a comunidade internacional está determinada a fazer com que as negociações sejam conduzidas com presteza. A discriminação, a segregação e o ódio racial constituem uma das expressões máximas da violação dos direitos da pessoa humana. As práticas do apartheid merecem condenação, tanto no plano ético e jurídico quanto no político, pois, além de ofenderem a consciência moral e transgredirem os direitos do homem, representam fator de perturbação da paz. (CORRÊA, 2012, p.345)

O ano de 1978, seria o ano em que o ministro das relações exteriores do Brasil Azeredo da Silveira iria pronunciar seu último discurso durante a XXXIII Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas. Ao realizar um balanço geral dos últimos anos da política externa brasileira sob sua administração, o ministro aborda o aprofundamento das relações com os países do continente africano, dando ênfase na atuação brasileira contra o colonialismo e contra o regime do apartheid.

Para mencionar apenas um desses problemas, referi-me então, em primeiro lugar, ao tema geral da descolonização e da desumana política do apartheid. Os anos decorridos causaram grande regozijo ao Brasil, com a independência e o ingresso nas Nações

Unidas de todos os antigos territórios portugueses na África. Mas nossas atenções continuam voltadas para os povos da Namíbia e Zimbábue, que ainda buscam sua autodeterminação e independência, para não mencionar outros povos, em outras partes do mundo, que ainda se encontram sob o jugo da dominação estrangeira. Esperamos, ansiosamente, a ocasião de dar, muito em breve, à nação namibiana, afinal livre e soberana, e com sua integridade territorial preservada, as boas-vindas a esta Organização das Nações Unidas. Mas a nossa satisfação cautelosa com os aparentes progressos em direção à independência desse país africano— tema este ano de histórica Sessão Especial da Assembléia – não chega a contrabalançar a continuada frustração das expectativas da comunidade internacional com relação à autodeterminação do povo do Zimbábue e à abolição do regime do apartheid. (CORRÊA, 2012, p.368)

CONCLUSÃO

O Pragmatismo Ecumênico e Responsável do Governo Geisel (1974-1979) embora tenha se utilizado de justificativas nacionalistas e se apresentado em diversas situações como parte de uma nova abordagem da Política Externa do Brasil, não apresentou em seu cerne nenhuma inovação visto que os principais elementos formuladores da política externa do período em questão foi um resultado de uma análise de conjuntura do sistema internacional e das crescentes demandas do âmbito interno.

Enquanto já no governo anterior - Governo Médici (1969-1974) - se encontrava no plano internacional o fortalecimento do movimento terceiro-mundista e a iminente derrocada do colonialismo português, ao assumir o poder em 1974, o Presidente Ernesto Geisel e o Ministro das Relações Exteriores Antônio Azeredo da Silveira se depararam com nações (até então amigas) em estado de fragilidade, na medida em que os Estados Unidos lidavam com o saldo negativo pós Guerra do Vietnã (1959-1975) e Portugal passava pela Revolução dos Cravos (1975). A primeira Crise do Petróleo (1973) e o fortalecimento e alinhamento das nações africanas e asiáticas nos foros internacionais ensejaram os elementos formadores do Pragmatismo Ecumênico e Responsável.

No âmbito interno, o regime militar ditatorial apresentava seus primeiros sinais de cansaço e a necessidade de anunciar uma abertura política “lenta, gradual e segura” era

evidente. Não somente o governo precisava encontrar novas maneiras de assegurar a anistia para os militares, mas também precisava assegurar o fornecimento energético para o país e garantir novos mercados e parceiros comerciais. Era o momento oportuno para apresentar o Brasil como um ator relevante no plano internacional, capaz de se envolver nos principais e mais importantes assuntos daquele momento.

Azeredo da Silveira se aproveitou dos estudos já realizados sob o comando do Chanceler Mário Gibson Barboza em 1972 e optou (com o aval do Presidente Geisel) por utilizar a histórica relação com as nações africanas junto ao mito da democracia racial para finalmente “libertar” o país da longa e negativa relação de subserviência com Portugal para enfim, investir no estreitamento de laços com as nações africanas que logo se tornaram independentes.

A inegável hipoteca gerada por anos de apoio ao colonialismo de Portugal somada à necessidade não só de evitar um isolamento no plano internacional mas também de formalizar novas alianças em prol dos interesses nacionais tornou-se uma prioridade para o governo Geisel. Assim se desenvolveu a política africana do Brasil daquele período: resultado de análises cuidadosas dos âmbitos nacionais e internacionais, com enfoque nos maiores ganhos possíveis.

As nações da África Negra foram escolhidas devido a seu “valor estratégico”, tendo como os maiores destaques o fortalecimento das relações bilaterais: Angola, Moçambique, Nigéria e Guiné-Bissau³². Para cumprir o objetivo de conquistar as antigas colônias portuguesas, foram necessários esforços que se estenderam além da retórica da histórica parceria entre Brasil e África e antigos laços culturais e raciais. O rompimento com Portugal e o congelamento das relações com a África do Sul também se mostraram insuficientes para adentrar ao mercado da África Austral. Com o auxílio dos diplomatas Ítalo Zappa e Ovídio de Melo, o chanceler Azeredo da Silveira e o presidente Geisel traçaram juntos a tática que seria a porta de entrada para o aprofundamento das relações entre o Brasil e as nações da África Negra: o reconhecimento da independência de Angola.

A política africana do Brasil durante o Governo Geisel (1974-1979), precisou se afirmar de forma mais autônoma, indo além da bipolaridade ideológica do pós Guerra Fria no plano internacional e contrariando as pressões internas dos lobbies portugueses e sul-africanos, além

32“‘The Argentine government fought the dam because of concerns about ceding control over a river that flowed through its territory to a rival country. (Theoretically, opening the dam could flood Argentina’s agricultural heartland all the way to Buenos Aires). In 1973 Argentina secured a United Nations resolution requiring prior consent for the use of shared water resources, halting the dam project despite the Brazilian delegation’s “determined and tireless efforts.” Gibson Barboza attributed its success solely to a decision by African countries to collectively vote in favor of Argentina and “teach Brazil a lesson for its support of Portuguese colonialism.”.DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950- 1980*. [S.L.]: Paz &Terra, 2012. 336 p. p.168

dos militares da linha-dura. Todavia, essa autonomia não demonstrava uma inovação de Geisel e Azeredo, mas sim uma adequação a um período em que as grandes potências se viam criticadas pelo intervencionismo e pela ascensão de um diálogo Sul-Sul e um regime militar que se encontrava com sintomas de esgotamento.

No final da década de 1970, já colhendo frutos da aproximação com as nações da África Austral e do bloco afro-asiático como um todo, precisou o Brasil se assegurar de que não seria colocado como um pária no sistema internacional devido ao fortalecimento dos direitos humanos nos foros internacionais sob o gerenciamento cuidadoso e vigilante da administração de Jimmy Carter.

Por conseguinte, a garantia de demonstração de afastamento da África do Sul, assim como o acolhimento das decisões do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas com o intuito de condenar a postura intervencionista e discriminatória dos sul-africanos nada mais foi do que uma estratégia para afastar possíveis questionamentos sobre as violações de direitos humanos no Brasil, assim como demonstrar de forma eficiente a transição que logo que seguiria em âmbito interno.

A política africana do Brasil sempre esteve conectada ao compartilhamento de laços históricos e culturais. Por séculos, a política externa do Brasil voltada para a África foi mediada por Portugal, seja através do diálogo com a antiga metrópole, seja pelo poder exercido pelo lobby português presente na elite brasileira. É inegável que a égide da política africana do Brasil tenha sido em diferentes períodos da história o mito da democracia racial. Gilberto Freyre conseguiu estabelecer não somente uma unicidade da identidade nacional que protegeu a elite brasileira dos dividendos da política escravagista, como também minou o desenvolvimento do movimento negro no Brasil. Por conseguinte, foi possível realizar a manutenção da imagem brasileira perante o sistema internacional através dos anos, como sendo uma nação pioneira e modelo para alcançar o patamar de nação unificada e bem sucedida.

A política africana do Brasil como parte do Pragmatismo Ecumênico e Responsável foi, portanto, reflexo de uma leitura iniciada ainda no governo anterior e aprofundada em nível de alta concordância entre o Ministro Azeredo da Silveira e o Presidente Geisel, com o intuito de adequar o país ao contexto internacional ao mesmo tempo em que procuraram garantir os melhores ganhos nacionais. A política africana do Brasil foi uma combinação de quebra de antigos hábitos resultando no afastamento de Portugal e um posicionamento mais firme na condenação do colonialismo. Assim como a nova ação diplomática representou a retomada de antigas abordagens que ocasionou no resgate do mito da democracia racial, reintegrando as

relações do Brasil com antigas nações amigas como a Nigéria, afastando o país de antigos parceiros comerciais como a África do Sul e renovando a imagem de país modelo, onde diferentes raças coexistem harmoniosamente.

*"Apenas um raio de sol é suficiente para afastar
várias sombras."*

São Francisco de Assis

REFERÊNCIAS

II Festival Mundial de Artes Negras. Acusações de racismo ao Brasil. Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE RB 1974.03.26 3p. https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/58355

ALMEIDA, João Daniel. L. .Manual do Candidato - História do Brasil. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2013. v. 1. 596p .

ANDREWS, George Reid. Brazilian Racial Democracy, 1900-90:: an american counterpoint. Journal Of Contemporary History, [S.L.], v. 31, n. 3, p. 483-507, jul. 1996.

A política externa do governo do presidente Ernesto Geisel. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 20 p. https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/47090

Assembleia Especial sobre a Namíbia. Visita do Presidente Carter. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE BE 1976.00.00 10p. https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/27584

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. África do Sul: a rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do sul. [S.L.]: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 342 p.

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino; MILANI, Carlos R. S.. Direitos humanos e política externa no Brasil e na África do Sul: o mito da democracia racial, o apartheid e as narrativas da redemocratização. Revista Brasileira de Ciência Política, [S.L.], n. 29, p. 7-44, ago. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220192901>.

CARDOSO, Sandra Aparecida; MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa dos governos Geisel e Lula: similitudes e diferenças. Revista de Economia e Relações Internacionais, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 33-49, jul. 2012

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 2. ed. Brasília: Editora Unb, 2002. 525 p. (Coleção O Brasil e o Mundo).

CLARK, Nancy; WORGER, William. South Africa: the rise and fall of apartheid. London: Routledge, 2011.

Convenção Internacional sobre a Supressão e Punição do Crime de Apartheid. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE RB 1974.08.19 16p. https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/13111

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org.). O Brasil nas Nações Unidas 1946 – 2011. Brasília: Funag, 2012. 988 p

Cuba e África. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 1p. https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/47220

CUNHA, Raphael Coutinho da; FARIAS, Rogério de Souza. As relações econômicas internacionais do governo Geisel (1974–1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 2, n. 54, p. 46-69, 14 fev. 2011.

DAVENPORT, T.R.H.SAUNDERS, CHRISTOPHER. *South Africa: a modern history*. In *Great Britain: Macmillan Press Ltd*, 2000.

DÁVILA, Jerry. DITADURA, REDEMOCRATIZAÇÃO E APARTHEID NO BRASIL. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 63, n. 2, p. 91-106, dez. 2015.

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950- 1980*. [S.L.]: Paz & Terra, 2012. 336 p.

Discurso do dep. Batista Miranda (Arena). Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 12p.
https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/47269

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese em ciências humanas*. [S.L.]: Editorial Presença, 1977.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 546 p.

GLASGOW, Roy. Pragmatism and idealism in Brazilian foreign policy in southern africa. *Munger Africana Library Notes*, Pasadena, v. 23, p. 1-37, fev. 1974.

KOWALSKI, Camila Castro. *A ÁFRICA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DE ERNESTO GEISEL (1974-1979) E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)*. 2018. 119 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. (PDF)

LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil?: a construção da política africana pelo Itamaraty. *Nueva Sociedad*, México, D.F., n. 32, p. 55-71, out. 2008.

LIMA, Maria Regina Soares de. MOURA, Gerson. A trajetória do pragmatismo: uma análise da política externa brasileira. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 349-363, 1982.

Linhas Mestras da Política Externa Brasileira. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 6p.
https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/47216

MELO, Ovídio de Andrade. *Recordações de um Removedor de mofo no Itamaraty: relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Funag, 2009. 188 p.

Mensagem 1979 (ano-base 78). Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 6p https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/47744

Mensagem de 1978 (Ano-base 77). Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 44p. https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/47281

Mensagem ao congresso nacional (1974). Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 7p. https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/47359

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política Externa Brasileira. [S.L.]: Saraiva, 2005.

PENNA FILHO, Pio. A parceria africana: as relações brasil - África do sul. [S.L.]: Fino Traço, 2013. 164 p.

PENNA FILHO, Pio. O Brasil e a África do Sul: o arco atlântico da política externa brasileira (1918-2000). Porto Alegre: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 364

PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África: As origens da política africana do Brasil. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 39, p.57-81, 2007.

PIMENTEL, Alessandra. *O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica*. Cadernos de Pesquisa, [s.l.], n. 114, p.179-195, 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742001000300008>.

PINHEIRO, Leticia. Foreign Policy Decision-Making unDer the geisel governMent. Brasília: Funag, 2013.

Política Externa. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 11 p. https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/47127

Política Externa 1977 (ano base 1976). Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 30 p. https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/47195

Política Externa Brasileira Durante o Governo Geisel - Iniciativas e Ocorrências de 15 de Março de 1974 a 15 de Março de 1979. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 29p. https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/47668

Primeira Reunião do Presidente Ernesto Geisel com o Presidente Jimmy Carter. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE BE 1976.00.00 12p. https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/27543

PRINSTROP, Justine; MARTINS, Rodrigo Perla. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DE GEISEL E O LUSOTROPICALISMO NO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO ANGOLANO EM “A GERAÇÃO DA UTOPIA” DE PEPETELA. In: SIMPÓSIO

NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. Anais [...] . Rio de Janeiro: Uerj e Uva, 2021. p. 1-10

Pronunciamento do Senhor Embaixador Antônio F. Azeredo da Silveira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, perante as comissões de relações exteriores do senado federal e da câmara dos deputados, em reunião conjunta, no dia 11 de agosto de 1976. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 25 p. https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/47142

PINTO, Paulo Antonio Pereira. PERCURSO DIPLOMÁTICO DIFERENCIADO PELA ÁFRICA. [S.L]: Age, 2021. 112 p.

Realizações do Governo Geisel. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 298p. https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/47366

Relatório da visita do Ministro Ítalo Zappa à África. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE D 1974.03.26 4p. https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/32441

Representação Especial em Luanda. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE RB 1974.08.19 4p. https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/13027

RICUPERO, Rubens. A Diplomacia na Construção do Brasil. [S.L.]: Versal, 2017. 724 p.

RODRIGUES, José Honório. Brasil e África: outro horizonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961. 359 p.

Roteiro das conversações. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE RB 1974.08.19 9p. https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/12995

ROSI, Bruno Gonçalves. S RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA NO REGIME MILITAR E NA ATUALIDADE. Revista Conjuntura Austral, [s. l], v. 2, n. 3-4, p. 31-46, dez. 2010.

SANTOS, Luiz Cláudio Machado dos. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA NEGRA: DA “INTERDEPENDÊNCIA” AO “PRAGMATISMO RESPONSÁVEL” (1964-1979). Disponível em:

<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/face/article/view/597>. Acesso em: 09 maio 2022.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico**: relações internacionais do brasil e da áfrica no início do século xxi. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. 166 p.

SCHLICKMANN, Mariana; SILVA, Cristiane Mare da; PACHECO, Ana Júlia. BRASIL E A

ÁFRICA DO SUL NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA (1968- 1985). Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, [S.I.], p. 93- 116, maio 2019.

SCHLICKMANN, Mariana. BRASIL E ÁFRICA DO SUL NO CONTEXTO DO APARTHEID: relações e rupturas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2016, Brasília. Anais [...] . Brasília: Unb, 2016. p. 1-12.

SCHLICKMANN, Mariana. DIVISÃO ÁFRICA: AS DIRETRIZES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O CONTINENTE AFRICANO DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964 – 1985). Cadernos de Campo, Araraquara, v. 23, n. 23, p. 203-216, dez. 2017.

SCHUTZER, Herbert. Geopolítica brasileira na África subsaariana: assertivas cooperativas e ou conflitivas dos governos de Geisel (1974-1979) e Lula (2003-2006): um estudo comparado. 2009. 210 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SPEKTOR, Matias. KISSINGER E O BRASIL. [S.L]: Zahar, 2009. 236 p.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável: (1974-1979). Revista Brasileira de Política Internacional, [s. l], v. 2, n. 47, p. 191-222, nov. 2004.

Subsídios para pronunciamento do senhor presidente da república. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE AG 1974.01.16. 2 p.
https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/47088

TRACHTENBERG, Marc. The Craft of International History_ A Guide to Method. [S.L]: Princeton University Press, 2006.

TROITINHO, Bruna Ribeiro; SILVA, Igor Castellano da. A POLÍTICA EXTERNA AFIRMATIVA DO BRASIL: MOVIMENTO NEGRO, ESTADO E POLÍTICA EXTERNA AFRICANA EM GEISEL E LULA. Monções: revista de relações internacionais, [s. l], v. 6, n. 10, p. 102-195, 22 fev. 2017.

VILALVA, Mario. ÁFRICA DO SUL: DO ISOLAMENTO À CONVIVÊNCIA: Reflexões sobre a relação com o Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016. 232 p.

Visita do Ministro de Estado à África. Arquivo Pessoal Antônio Azeredo da Silveira MRE, FGV, CPDOC, AAS MRE RB 1974.10.00 4p.
https://docvirt.com/docreader.net/aas_mre/13686

VISENTINI, Paulo Fagundes. África na Política Internacional, A: o sistema interafricano e sua inserção mundial. [S.L.]: Juruá Editora, 2010. 272 p.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios?. [S.L.]: Alta Books, 2016. 240 p.

VISENTINI, Paulo G Fagundes. O regime militar e a projeção mundial do Brasil: autonomia nacional, desenvolvimento econômico e potencia média - 1964-1985. [S.L.]:

Edições 70, 2020. 344 p.